

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

SUBSTÂNCIA E VIR A SER EM *METAFÍSICA Z*

RAPHAEL ZILLIG

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Filosofia

PROF. DR. BALTHAZAR BARBOSA FILHO
(*in memoriam*)

Porto Alegre, maio de 2008

Dedicado a Balthazar Barbosa Filho
(*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão aos membros da banca examinadora, Professores Marco Zingano, Lucas Angioni, Alfredo Storck, Lia Levy e Gerson Lousado.

Gostaria de agradecer ao Prof. Jonathan Barnes, por me haver acolhido como estudante visitante no Centre Léon Robin (Université de Paris-IV), durante meu estágio de doutoramento no exterior. Nesse período, fui também gentilmente acolhido nos seminários dos Professores Luc Brisson, Francis Wolff e David Lefebvre.

A experiência no exterior excedeu em muito os limites da aprendizagem acadêmica, em grande medida devido à amizade de Marc Prochason, Odile Tomès e dos Professores Paulo Faria e Flavio Fogliatto.

Desde muito antes da elaboração desta tese contei com o apoio incondicional de meus pais, Cezar e Karin, assim como da família Ransolin, à qual gostaria de agradecer de modo especialmente afetuoso.

Nos momentos mais difíceis da redação deste trabalho encontrei o companheirismo e amor de Cláudia.

Finalmente, cabe dizer que cada linha deste trabalho foi redigida com a expectativa da leitura e opinião do Prof. Balthazar Barbosa Filho. Dedicar este trabalho à sua memória é

mera expressão do esforço constante de estar à altura da sua leitura rigorosa e seu comentário preciso e justo.

SUMÁRIO

NOTA ACERCA DAS CITAÇÕES.....	7
INTRODUÇÃO.....	8
1. A DUPLICIDADE DE OUSIA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS SOBRE A ESTRUTURA DA ARGUMENTAÇÃO NO LIVRO Z.....	13
1.1 <i>Uma tensão na pesquisa de Z: dois usos de ούσία</i>	13
1.2 <i>Uma alternativa: a unidade de Z a partir do interesse na causa</i>	19
1.2.1 <i>Exame da interpretação de Frede e Patzig</i>	26
1.2.2 <i>Exame das interpretações de Bolton e Wedin</i>	29
1.2.3 <i>A formulação de uma nova alternativa de interpretação “causal irrestrita”</i>	35
2. O PROJETO DE INVESTIGAÇÃO DA ΟΥΣΙΑ EM USO MONÁDICO DO LIVRO Z.....	38
2.1 <i>A introdução do projeto de pesquisa do livro Z (Z1)</i>	38
2.1.1 <i>Uma concepção de ser primeiro (Z1, 1028^a10-31)</i>	40
2.1.2 <i>Predecessores e antagonistas: o estudo do ser e o estudo da substância (1028^b2-7)</i>	43
2.1.3 <i>Os sentidos de “primeiro” (1028^a31-^b2)</i>	45
2.1.4 <i>A estrutura geral de Z1</i>	48

2.2 <i>O âmbito da pesquisa de Z (Z2: de que o estudo da substância deve apontar uma causa ou explicação?)</i>	52
2.3 <i>A revisão do modelo inicial</i>	59
2.3.1 <i>Descrição da mudança e essência</i>	61
3. O SUBSTRATO DE MUDANÇA É SUBSTÂNCIA? (RECONSTRUÇÃO DE Z3)	68
3.1 <i>A introdução do programa de pesquisa em Z3</i>	70
3.1.1 <i>As hipóteses a respeito da compreensão do conceito de οὐσία</i>	70
3.1.2 <i>A prioridade do substrato na ordem do exame</i>	74
3.2 <i>Caracterização geral da leitura para o argumento central</i>	81
3.2.1 <i>A introdução de matéria, forma e composto</i>	87
3.3 <i>O argumento central</i>	90
3.3.1 <i>A primeira etapa do argumento (1029^a10-19)</i>	95
3.3.2 <i>A segunda etapa do argumento (1029^a20-26)</i>	100
4. ESSÊNCIA, FORMA E SUBSTÂNCIA MUTÁVEL.....	105
4.1 <i>Substrato lógico e substrato de mudança: algumas alternativas</i>	106
4.1.1 <i>Uma proposta materialista</i>	106
4.1.2 <i>A hipótese platônica e o exame da essência</i>	109
4.1.3 <i>A alternativa aristotélica: o contraste entre as Categorias e o livro Z</i>	115
4.2 <i>Essência e forma</i>	118
4.2.1 <i>O τί ἐστὶ e a substância</i>	118
4.2.2 <i>A forma como critério para delimitar a essência e as exigências formais da essência</i>	123
4.2.3 <i>As condições da descrição da geração</i>	127
4.2.4 <i>A forma como τοιόνδε e como τόδε τι</i>	130
4.2.5 <i>A forma e os níveis de estruturação da matéria</i>	134
4.2.6 <i>A forma e a substância mutável</i>	140
4.2.7 <i>A substância imperfeita</i>	144

CONCLUSÃO.....	148
APÊNDICE: TRADUÇÃO DE <i>METAFÍSICA</i> Z1-3.....	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	162

NOTA ACERCA DAS CITAÇÕES

Todas as traduções dos textos citados de Aristóteles, salvo quando indicado, são de minha autoria. As edições dos textos gregos correspondentes são aquelas incluídas no item “Edições de base das obras de Aristóteles” das Referências Bibliográficas. As únicas divergências com relação a essas edições estão indicadas na nota introdutória à tradução apresentada no Apêndice.

Citações longas de *Metafísica* Z1-3 não são, como as demais, acompanhadas do texto grego em nota, uma vez que a tradução completa desses capítulos é fornecida em apêndice juntamente com o correspondente texto grego.

Todas as citações dos textos de Aristóteles que não são precedidas do nome da obra abreviado são extraídas da *Metafísica*.

A obra coletiva *Notes on Zeta* (Burnyeat *et al.*, 1979) não é, como de praxe, referida pelo nome do principal autor. Uma vez que este, em sua obra individual posterior, diverge significativamente das posições apresentadas em *Notes on Zeta*, optou-se por referir este trabalho a partir do nome da obra por extenso.

Todas as citações da bibliografia secundária foram traduzidas para o português com vistas a manter a unidade idiomática do trabalho.

INTRODUÇÃO

O livro Z da *Metafísica* de Aristóteles é apresentado em seu primeiro capítulo como um estudo sobre o ser primeiro, a οὐσία ou “substância”. Trata-se, evidentemente, de um tema de importância fundamental, como seria possível perceber já a partir da tradição filosófica na qual Aristóteles se insere, para a qual a οὐσία corresponde à realidade básica, ao que é real em sentido fundamental. Não bastasse o testemunho da tradição, a importância do assunto é reforçada pelo projeto filosófico exposto na própria *Metafísica*. Recusando a univocidade da noção de “ser”, Aristóteles garante a unidade do estudo a ela dedicado através da dependência dos diversos sentidos de “ser” àquele que, dentre eles, é o mais fundamental, à οὐσία (cf. *Metafísica*, Γ2).

Ainda que o livro Z não restrinja de qualquer modo seu âmbito de investigação, o estudo ali desenvolvido é claramente voltado, não à substância em geral, mas à substância do mundo sensível e mutável. Mesmo que se tome a substância imutável, objeto do livro Λ, como tema de maior excelência e ponto alto da metafísica (posição mais popular em outras épocas do que atualmente), o estudo da substância mutável será, no mínimo, etapa indispensável à pesquisa acerca da substância imutável. Além disso, esse estudo será, de qualquer modo, a arena no qual serão estabelecidos grande parte dos resultados do rompimento de Aristóteles com Platão.

Diante da evidente importância do livro Z para a filosofia teórica de Aristóteles, é de se lamentar que nele estejam reproduzidos de forma aguda os problemas de edição

usualmente atribuídos ao conjunto da *Metafísica*. Aparentemente, há guinadas radicais na abordagem (como a transição de Z3 a Z4), excursos que pouco se harmonizam com o contexto no qual estão inseridos (como Z7-9, entre Z4-6 e Z10-11) e textos que pouco acrescentam à discussão geral (como Z12).

Como resultado, tem-se um conjunto de textos de articulação pouco evidente expondo uma pesquisa de rumos igualmente pouco claros. Torna-se difícil ver em *Z* uma argumentação unificada. Parece haver, quando muito, um conjunto de tentativas independentes orientadas a uma mesma direção.

Deixando à parte os problemas de edição, a identificação da direção na qual se desenvolve o estudo de *Z* enfrenta ainda uma dificuldade adicional. A noção de οὐσία em Aristóteles está sujeita a uma dualidade que se torna visível a partir de sua compreensão como realidade em sentido fundamental. Pode-se tomar como realidade fundamental aquilo que, no sentido mais genuíno, é real. Nesse sentido, uma pessoa, uma mesa e mesmo uma nuvem são realidades de um modo que, por exemplo, uma mesa sonhada evidentemente não é. Por outro lado, pode-se também dizer que realidade é o que uma pessoa, mesa ou nuvem *têm* em oposição ao sonho. Nesse sentido, a realidade *da* mesa é o que a torna real, o fundamento da sua diferença em relação ao sonho. Esse mesmo sentido de realidade pode ser expandido de modo a ser aplicado também ao sonho. Uma mesa sonhada, ainda que não tenha o mesmo grau de realidade da mesa material, tem *uma certa realidade*, aquela característica dos sonhos. Nesse sentido, qualquer coisa que, *em algum sentido*, existe, tem uma certa realidade.

Pode-se, assim, dizer que, no livro *Z*, há problemas para se determinar tanto *o que* está em questão, quanto o *modo* através do qual procede a investigação. Cruzando os dois tipos de dificuldades, pode parecer que o estudo exposto em *Z* não seja sequer um conjunto de tentativas seguindo uma única direção. O livro *Z* seria um apanhado de investidas sobre a questão do ser primeiro que não parte de uma decisão a respeito de qual abordagem dar a essa investigação (ainda que se possa pensar que a determinação dessa abordagem seja precisamente buscada ao longo do livro).

Como se verá no primeiro capítulo deste trabalho, esse modo de ver o texto originou uma interpretação de não pouca tradição. O exame dessa interpretação, que é defendida no trabalho clássico de David Ross, permitirá identificar a suposta tensão interna ao conceito de οὐσία e o seu possível efeito sobre a estrutura do livro Z. A alternativa de Ross, segundo a qual a pesquisa de Z não tem unidade em virtude da natureza do método empregado, será rejeitada por enfraquecer o texto. O livro Z, nessa leitura, explora diferentes abordagens do tema da οὐσία, sem pretender que delas resulte uma unidade. Isso, evidentemente, torna a importância do percurso geral secundária em relação à porção final de Z, na qual surgiria a abordagem definitiva do tema. Essa poderia ser uma consequência aceitável, se houvesse razões bastantes para a atribuição de um tal método ao livro Z. Como não há bases suficientes para essa atribuição, seria preciso admitir que Z emprega um método bastante peculiar sem dar qualquer sinal dessa opção. Assim, a atribuição do método que explicaria a falta de unidade da pesquisa não apenas diminuiria a importância da maior parte de Z, mas também carece de fundamentos.

Nas últimas décadas, uma corrente interpretativa de grande aceitação tem procurado mostrar a unidade da argumentação e da pesquisa de Z a partir do papel da noção de causa ao longo do texto. Não se trata de uma alternativa óbvia, uma vez que essa noção não é explícita antes do terço final de Z e só passa ao primeiro plano no capítulo final. Nas interpretações examinadas, a adoção dessa alternativa ocorre a partir da ênfase à compreensão da οὐσία como a realidade que um ser determinado e de existência independente tem em oposição aos demais seres. Nessa perspectiva, o livro Z não estaria primeiramente empenhado em determinar o que existe por si, mas qual o fundamento da existência independente das coisas que existem por si.

A alternativa de limitar desse modo o escopo de Z, como será visto na porção final do primeiro capítulo, é desenvolvida de modo distinto por duas linhas de leitura, a primeira desenvolvida em conjunto por Michael Frede e Günther Patzig e, a segunda, de modo independente por Michael Wedin e Robert Bolton. No primeiro caso, procura-se reconstruir a noção de realidade independente a partir da idéia de ser causa ou princípio de algo. O resultado é a identificação da οὐσία com a forma substancial em detrimento do ser

sensível. No segundo caso, a limitação do âmbito de pesquisa de *Z* resulta de uma divisão de tarefas entre *Z* e as *Categorias*. Essa última alternativa encontra pouco apoio no texto, ao passo que a anterior parece chocar-se com o projeto ontológico aristotélico geral.

A leitura proposta neste trabalho pretende reter dessas interpretações recentes a capacidade de conferir unidade a *Z* e de integrá-lo com as diversas referências à “ciência da οὐσία” que, ao longo da *Metafísica*, estabelecem o vínculo com o estudo das causas. A importância da noção de causa, portanto, deve permanecer constante no horizonte da leitura. Essa decisão, no entanto, não deverá, como nas interpretações em questão, limitar a pesquisa de *Z* à compreensão da οὐσία como causa de algo. Pretende-se defender que o livro *Z* ocupa-se da questão a respeito de que coisas, no mundo mutável, são realidades últimas, ou, no vocabulário tradicional, substâncias. A resposta de *Z* a essa questão deve permitir identificar as substâncias genuínas no mundo submetido à mudança.

Desse modo, o segundo capítulo do trabalho será dedicado a mostrar que a questão a respeito do ser independente no mundo sensível está, de fato, presente em *Z*. Isso será feito sobretudo a partir de um exame de *Z1* e *2*.

Nesse capítulo, deve-se também procurar mostrar que essa questão é formulada com vistas a tornar compreensível o ser das coisas submetidas à mudança. Com isso, pode-se dizer que o projeto está, desde o início, interessado nas causas do ser mutável, ainda que de um modo significativamente diferente daquele apontado pelas interpretações examinadas no primeiro capítulo.

Na parte principal deste trabalho deve-se tentar responder a pergunta sobre a caracterização, no livro *Z*, da substância mutável. A esse respeito, o exame do argumento de *Z3* é central, uma vez que a partir dele estrutura-se a questão da substância mutável. O argumento, o faz, notoriamente, a partir de um resultado negativo, segundo o qual uma caracterização esquemática da substância como substrato (ὕποκείμενον) tem o indesejável resultado de fazer da matéria substância. No terceiro capítulo deste trabalho, espera-se mostrar que é possível retirar do argumento de *Z3* um itinerário a ser seguido para a

caracterização de algo que existe por si no âmbito dos seres mutáveis. Esse itinerário deve ser desenvolvido, como deve ficar claro a partir do quarto capítulo desta tese, no restante do livro Z, dedicado principalmente às noções de essência e forma.

Não se tem aqui a pretensão de apresentar uma exposição exaustiva da estrutura da argumentação de Z. Pretende-se unicamente resolver aquele que é o maior ponto de tensão na sua estrutura: a inserção do estudo a respeito da noção de substrato, fundamental em Z3, na pesquisa subsequente, voltada principalmente à noção de essência. Se for possível integrar esses dois extremos da argumentação de Z, pode-se confiar que as demais questões estruturais são, igualmente, solúveis. Uma vez que as investigações dedicadas às noções de substrato e essência estejam no âmbito da mesma pesquisa, não haverá impedimento fundamental à integração das questões pertinentes, por exemplo, à relação das partes da definição entre si.

1. A DUPLICIDADE DE ΟΥΣΙΑ E SUAS CONSEQÜÊNCIAS SOBRE A ESTRUTURA DA ARGUMENTAÇÃO NO LIVRO Z

1.1 *Uma tensão na pesquisa de Z: dois usos de ούσία*

A pesquisa desenvolvida no livro Z da *Metafísica* tem por objeto a noção de ούσία. É evidente, não apenas a partir de Aristóteles, mas também da tradição por ele herdada, que uma tal pesquisa ocupe-se da realidade básica ou do ser em sentido fundamental. No entanto, a compreensão precisa da questão a respeito do ser em sentido fundamental, assim como a estrutura do tratamento que ela recebe no livro Z, está sujeita a uma duplicidade de aspectos que pode ser identificada em dois diferentes usos da noção de ούσία. Há um uso cuja ocorrência paradigmática é predicado monádico (“x é ούσία”) e outro uso melhor caracterizado nas ocorrências como predicado diádico (“x é ούσία *de* y”)¹. A distinção precisa entre os significados correspondentes a cada um dos usos depende da compreensão da doutrina da substância em sua totalidade. De modo geral, porém, pode-se dizer que, no primeiro caso, seu significado corresponde ao que tem realidade independente. Nesse sentido, diz-se que “Sócrates é ούσία”. No segundo, trata-se do que confere realidade a

¹ Não se pode, sem recorrer ao contexto, identificar cada um dos usos de ούσία nos textos. Não há, por exemplo, uma regra universalmente válida que recorra simplesmente à morfologia de cada ocorrência da expressão. Ainda assim, pode-se dizer que, de um modo geral, o uso de ούσία seguida de termo no genitivo indica tratar-se do emprego diádico (mas, veja-se a nota na p. 31 sobre o uso de ούσία com genitivo em Z2, 1028^b21), ao passo que no plural ούσία está sendo usado em sua acepção monádica. Um indicativo que admite ainda mais exceções são as ocorrências de ούσία no singular e precedida de artigo definido, que corresponde, na maioria dos casos, mas não em todos, ao uso monádico.

algo, de modo que se pode dizer que “a οὐσία *de* Sócrates é a forma de Sócrates”¹. Não raro o primeiro uso é traduzido por “substância” e o segundo, por “essência”. Aqui, optou-se por traduzir οὐσία, de um modo geral, por “substância”, reservando-se o termo “essência” para a expressão τὸ τί ἦν εἶναι².

A existência de uma dualidade desse tipo nos usos de um termo central como οὐσία cria, naturalmente, tensões no texto. As reações dos diversos leitores a essas tensões variam na mesma medida em que variam as compreensões do livro Z. Na literatura, há interpretações para a dualidade de οὐσία que variam da equivocidade mal resolvida à redução de um sentido a outro. Para mapear os pontos de tensão do texto, convém começar examinando o primeiro extremo do espectro, aquele no qual não há resolução para as tensões originadas dessa dualidade. Em seguida será examinada uma alternativa capaz de unificar a argumentação de Z, a despeito das tensões.

No primeiro extremo, encontra-se a interpretação de David Ross, que vê nessa dualidade uma *ambigüidade* constante na doutrina da substância desde as *Categorias* até a *Metafísica* ([1923] 1949 : p. 172; 1924 : v. I, p. xcii; v. II, p. 159-61). Em sua leitura, o uso monádico de οὐσία corresponde exclusivamente ao particular que subjaz aos atributos, ao passo que o uso diádico está por um ou mais universais capazes de exprimir o que é a coisa da qual se fala. Ross identifica o primeiro uso ao τὸδε τι (“este-algo”) e, nas *Categorias*, à “substância primeira”. O sentido diádico o é identificado a τί ἐστί (o que é) e à substância segunda das *Categorias*, da qual é certamente descendente direto (cf. Aubenque, 2000 : p. 97), ainda que a identidade sugerida por Ross esteja longe de ser unânime entre os autores (cf. Giorgiadis, 1973 : p. 22-24; Wedin, 2000 : p. 162).

Ross acredita que dessa dualidade surja uma tensão na doutrina da substância que jamais é resolvida. A caracterização dessa tensão, no entanto, não é igualmente explícita em

¹ Os dois usos de οὐσία estão registrados em Δ8, 1017^b13-16, 21-26.

² Esta opção conforma-se à tradição, mas também reflete a leitura que será defendida neste trabalho, segundo a qual o uso monádico de οὐσία é o fundamental no livro Z.

seu comentário. Talvez, no entanto, seja possível identificar a indeterminação resultante a partir do fato que a noção de *o que é* não se aplica exclusivamente à primeira categoria: em geral, sempre que se pode dizer de um ser, o que o torna isso que ele é, pode-se dizer que ele tem $\tau\acute{\iota} \acute{\epsilon}\sigma\tau\iota$. Assim, quando se diz que o branco é uma cor de tais e quais características, fala-se *do que é* o branco e, nesse sentido, da substância *do* branco¹. A partir disso, seria possível suspeitar que o uso diádico de substância não conduza inequivocamente à primeira categoria e que a sua convergência com o uso monádico não seja de todo coerente.

Esse problema na proposta de um estudo da substância poderia ser identificado no papel da noção de $\tau\acute{\iota} \acute{\epsilon}\sigma\tau\iota$ na exposição da prioridade “com relação ao conhecimento”, que se atribui à substância em Z1, 1028^a36-^b2. Nessa passagem², Aristóteles parece incluir na argumentação em favor da prioridade da substância sobre as demais categorias um apelo ao sentido de $\tau\acute{\iota} \acute{\epsilon}\sigma\tau\iota$ cuja aplicação é irrestrita. A idéia geral ali exposta dá conta que conhecemos o homem somente quando sabemos *o que é* ser homem (e não quando conhecemos, por exemplo, sua posição). A substância do homem, nesse sentido, teria, quanto ao conhecimento, prioridade sobre as demais categorias. De acordo com a leitura mais aceita, Aristóteles pretende reforçar essa idéia recorrendo ao fato que também conhecemos as demais categorias quando conhecemos *o que* cada uma delas *é* e não quando conhecemos suas demais propriedades³.

O comentário de Ross a respeito desse argumento pode sugerir a existência de um problema na própria formulação do projeto de Z:

¹ A ocorrência mais notória de uma aplicação da noção de *o que é* aos seres das demais categorias talvez seja a de *Tópicos* I 9, 103^b27-29. Há também um exemplo evidente do uso não-substancial de $\tau\acute{\iota} \acute{\epsilon}\sigma\tau\iota$ no livro Z (Z4, 1030^a18-27). O uso diádico de $\omicron\upsilon\sigma\acute{\iota}\alpha$ aplicado a seres não-substanciais pode ser encontrado, por exemplo, em *Categ.* 1, 1^a2; *Seg. An.* I 4, 73^a36 e II 9, 93^b26.

² “E julgamos conhecer cada coisa em mais alto grau quando conhecemos *o que é*, por exemplo, o que é o homem ou o que é o fogo e não quando conhecemos sua qualidade, sua quantidade ou sua posição, já que também cada um destes nós conhecemos quando conhecemos o que é a quantidade ou a qualidade.” (1028^a36-^b2)

³ Para uma interpretação distinta desse argumento, ver Frede e Patzig *ad loc.* Wedin (2000 : p. 60-61) retoma a interpretação tradicional com pequenas mudanças).

Se queremos conhecer alguma coisa pertencente a uma categoria diferente da substância, não devemos perguntar quais suas qualidades etc., mas o que ela é, qual é sua quase-substância, aquilo que a torna o que ela é. *Neste* argumento a substância evidentemente não está sendo concebida como a coisa concreta, mas como a *natureza essencial*. Este significado duplo atravessa todo o tratamento de Aristóteles para a substância. ([1923] 1995 : p. 172; itálico no original; texto praticamente idêntico em 1924 : v. I, p. xcii).

Seria possível ver nessa citação de Ross apenas a descrição de um aspecto da pesquisa sobre a substância e não a indicação de um problema de formulação que impediria a pesquisa de tratar unicamente da primeira categoria. Ainda que o argumento exposto ao final de Z1 favoreça a compreensão da substância como “natureza essencial” em oposição à coisa concreta, não é necessário ver nisso um conflito. No entanto, não parece haver espaço na leitura de Ross para essa alternativa. Se ele, como foi dito acima, termina por equacionar a coisa concreta ao particular e ao τóδε τι, compreendendo a essência e o τί ἐστὶ exclusivamente como universais, pode realmente não haver recursos capazes de unificar em uma única noção o particular concreto e a essência. Se τί ἐστὶ é compreendido unicamente como expressão universal disso que algo é, então não há diferença de fato entre sua aplicação à substância e sua aplicação às demais categorias.

O projeto de Z, assim concebido, tentaria conjugar duas linhas de investigação que jamais se tornam completamente convergentes: busca-se, de um lado, algo que é princípio de ser na medida em que existe de modo independente e, de outro, algo que é princípio de conhecimento e permite saber de cada coisa (em qualquer categoria) o que ela é. Nesse caso, torna-se compreensível a queixa de Ross acerca da noção de substância: “o fato é que na noção de primeira categoria essas duas noções [substância e substância *de*] são conjugadas de modo algo insatisfatório (...), o que se torna cada vez mais aparente ao longo do livro [a saber, do livro Z]” (1924 : v. II, p. 161)¹.

¹ Ross procura substanciar essa afirmação com uma referência a 1028^b1-2, onde, nas palavras de Ross, Aristóteles notaria que “mesmo coisas em categorias diferentes da substância tem um τί ἐστὶ, uma quase-substância que está para eles como a substância do homem está para o homem”. Isso reforça a idéia segundo a

Tendo compreendido o projeto de Z como baseado em uma noção ambígua de substância, Ross descreve o percurso de Z como uma sucessão de tentativas pouco frutíferas de fornecer a resposta à pergunta básica “o que é a substância?”.

A primeira tentativa de resposta baseia-se claramente na compreensão da questão a partir do uso monádico do termo. Da idéia segundo a qual a substância é a *coisa individual* na qual estão unidas todas as propriedades que a ela são atribuídas (1924 : v. I, p. xcii) surge a primeira linha de pesquisa desenvolvida em Z, a que investiga a substância como substrato (Z3). O resultado dessa parte da pesquisa é sobretudo negativo. A identificação da substância com o substrato tende a reduzi-la à matéria sem propriedades, o que, na leitura de Ross, deveria impor o abandono da hipótese. Aristóteles, no entanto, parece disposto a seguir pesquisando nessa direção, uma vez que Z3 anuncia o exame do substrato compreendido como forma.

O estudo prometido não parece ter lugar nos capítulos seguintes, dedicados, não à forma nem ao substrato, mas à essência. Ross compreende essa mudança de foco como “um novo começo” (“a fresh start”), vendo nisso o abandono inconcluso de uma parte da pesquisa. Diante das dificuldades de tratar a forma como substrato, Aristóteles teria simplesmente pulado para o exame da noção da essência (que não é, como a forma, tomada como variedade de substrato) (*Id.*: v. I, p. xciv).

Tal como descrita por Ross, a transição de Z3 a Z4 é sinal da crescente tensão entre οὐσία e οὐσία *de* que ele acredita caracterizar o livro Z. O exame do substrato, afinal, tinha sua origem na pretensão de explicar a substância em uso monádico. Ao ver-se em dificuldades para explicar como a forma (normalmente associada ao uso diádico de οὐσία) pode ser tomada como substrato, Aristóteles teria resolvido interromper o estudo da substância em uso monádico para concentrar-se no conceito de essência e na οὐσία *de*.

qual, para Ross, a fonte do conflito está no fato que a οὐσία não se aplica exclusivamente à primeira categoria.

No entanto, essa nova etapa da pesquisa também está sujeita a essa tensão originária. Aristóteles, afinal, não abandona a pretensão de dar conta da noção de substância como particular sensível, o que interfere no desenvolvimento do estudo da substância em uso diádico.

Compreendida a partir da noção de definição, a essência não permite distinguir os seres da primeira categoria em relação aos demais, a não ser que se leve em conta que os seres não-substanciais existem *em* um particular sensível. Por outro lado, a consideração do particular sensível (substância em uso monádico) parece impor a inclusão da matéria na definição e na essência, o que leva a uma nova hesitação. Aristóteles inicialmente parece inclinado a admitir a inclusão de certas partes do corpo na definição (e, por extensão, na essência) do ser humano, mas sua conclusão final limita a essência à forma (cf. Z11, 1037^a24-29).

O tratamento dado em Z à questão a respeito da inclusão ou não da matéria na essência é visto por Ross como vacilante (cf. *Id.* : v. I, p. civ) e sua conclusão é por ele tomada como simplesmente inadequada (*Id.* : v. II, p. 205). Se é correto ver o surgimento dessa questão na pretensão de não abandonar, no exame da essência, o compromisso com a substância em uso monádico (compreendida como particular concreto), então esse ponto, tal como exposto por Ross, fornece um dos exemplos mais eloqüentes do quão curto é o cobertor sob o qual se quer acomodar as duas acepções da noção de οὐσία.

Fato é que, para Ross, a porção de Z na qual são dedicados os maiores esforços à noção de essência (Z4-6 e 10-12) também não é conclusiva (*Id.* : v. II, p. 222). Aristóteles não chega, nesses textos, a determinar se a substância é essência (*Id.* : v. I, p. cv).

Esse percurso inconclusivo é interrompido em Z17, onde Ross identifica um “novo começo” adicional. Ao introduzir a compreensão de substância como causa, Aristóteles poderia finalmente desenvolver “o verdadeiro ponto de vista a respeito da substância” (título de Ross para a seção do seu comentário dedicado a Z17). Somente nesse último

capítulo, de acordo com Ross, Aristóteles estaria em posição de indicar a essência como boa resposta à pergunta “o que é a substância?”.

Compreendida a partir do novo viés, a essência não corresponde a uma resposta dada a perguntas do tipo *o que é*, mas a perguntas do tipo “por que x é y ?”. A essência, compreendida como forma, pode ser tomada como causa da substância na medida em que corresponde a isso que faz de um x , um y , ou seja, ao que faz de certa porção de matéria uma substância. Tem-se aqui uma diferença fundamental da essência que se aplica à primeira categoria em relação àquela de aplicação geral. A compreensão causal e estruturadora da essência associada à primeira categoria seria, assim, capaz de operar o que a análise da essência a partir da noção de definição não permitiu realizar a contento.

Interpretado à maneira de Ross, o livro *Z* consiste em um apanhado de argumentos que, com exceção daquele exposto no capítulo final, são inconclusivos ou têm resultados negativos (*Id.* : v. I, p. cxi). Se é possível identificar uma tendência geral por trás da sucessão de capítulos problemáticos, ela seria aquela de um percurso ao longo do qual o uso monádico de “substância” (que corresponderia ao particular sensível) progressivamente perde espaço em favor do uso diádico. É fundamental para a identificação dessa tendência geral o suposto abandono inconcluso do exame do substrato ao fim de *Z3* e a adoção do viés causal no capítulo final.

1.2 *Uma alternativa: a unidade de Z a partir do interesse na causa*

Ross apresenta a *Metafísica* como a expressão “[d]as aventuras de uma mente em busca pela verdade” (1924 : v. I, p. lxxvii). A pesquisa exposta na *Metafísica* não seria caracterizada pelo estabelecimento progressivo de resultados que têm por base o desenvolvimento adquirido nas etapas anteriores. O que lá se encontra é, muito antes, o exame sucessivo (e muitas vezes inconclusivo) de diferentes abordagens para um mesmo problema. Assim, a pretensão de testar com imparcialidade as várias hipóteses a respeito de um tópico, visando unicamente mapear as dificuldades inerentes ao assunto sem apresentar

um resultado positivo não estaria restrita ao livro B (onde é explícita), mas seria característica da *Metafísica* em geral. Compreendida desse modo, pode-se dizer que a *Metafísica* em geral é *aporética*, termo que qualifica o método de B¹.

Para Ross, o caráter aporético geral da *Metafísica* seria especialmente notável em Z (*Ibid.*). O maior sinal disso pode ser identificado precisamente na tensão entre as duas concepções de οὐσία e seu efeito sobre a argumentação de Z. As aparentes hesitações causadas pelas duas diferentes acepções de οὐσία seriam, na verdade, resultado do procedimento de testar as várias abordagens possíveis de uma mesma questão. Se Aristóteles abandona sem conclusão definitiva uma linha de pesquisa que produz dificuldades, isso se deve à metodologia aporética de Z.

Os efeitos, no entanto, da atribuição do caráter aporético a Z sobre a sua leitura são muito diferentes daqueles resultantes dessa mesma atribuição a B. Nesse último livro, a pretensão de expor aporias é inequívoca e explícita do início ao fim, dando unidade ao texto. Em Z, por sua vez, não só a menção ao método aporético está ausente, como faltam também indícios de que as principais dificuldades encontradas sejam expostas unicamente com a intenção de revelar os problemas a resolver futuramente. Mais do que isso, algumas das dificuldades apontadas por Ross são explicitamente tratadas por Aristóteles como partes de um percurso que *não* deve ser abandonado, como, no caso mais significativo, a observação ao final de Z3, segundo a qual a forma deve corresponder ao substrato. Tomar Z como aporético é, necessariamente, aceitar que, nele, as aporias não são apresentadas como tal e, portanto, que sua exposição está muito mal estruturada.

Poder-se-ia responder a isso dizendo que, de fato, a estruturação dos argumentos em Z é problemática. É, afinal, amplamente aceito que esse livro tenha sido composto por escritos de épocas diferentes e que sua junção em um texto único esteja longe de apresentar a unidade interna de um trabalho acabado. Uma vez, contudo, que se tenha

¹ Aplicado à interpretação de Ross, o adjetivo “aporético” diz respeito ao método de pesquisa atribuído à *Metafísica*. Interpretações como a de Pierre Aubenque ([1962] 2005) são ditas “aporéticas” em sentido diferente, compreendendo que é da natureza do próprio objeto da *Metafísica*, e não apenas de seu método, conduzir a aporias.

admitido a existência dos problemas de edição de *Z*, a tarefa do leitor é procurar a interpretação que, respeitando os limites do texto, maior unidade interna e interesse filosófico confira ao argumento geral. Diante da falta de indicações explícitas da adoção de um projeto aporético em *Z*, tomá-lo como tal é simplesmente supor que seus problemas de edição são, na verdade, efeitos de um método tacitamente empregado. Inserido nessa perspectiva, o livro *Z* parece, com exceção de *Z17*, um conjunto de tentativas inconclusas, cujo valor, muitas vezes, não se identifica de imediato. Ross, por exemplo, entende, por vezes, que a importância de uma argumentação em *Z* não é identificada na resposta fornecida à questão proposta, mas em algum subproduto da análise que venha a ser útil para o livro *H*¹, texto que, na sua visão, apresenta resultados mais conclusivos (veja-se, por exemplo, *Id.* v. I, p. cxii-cxiv). A interpretação de *Z* como aporético, portanto, mais empobrece do que unifica o texto.

Recusar o caráter aporético de *Z* é recusar, em primeiro lugar, a inexistência de um princípio capaz de unificar (a despeito dos problemas de edição) a argumentação ali exposta. Além disso, a aceitação de um viés capaz de fornecer uma continuidade a *Z* impõe, também, a recusa da tensão entre as duas acepções de οὐσία, tal como a compreende Ross.

Nas últimas décadas, tem tido grande aceitação uma linha interpretativa que busca, ao mesmo, tempo desfazer a tensão interna que Ross atribui ao conceito de οὐσία e conferir unidade à argumentação de *Z* a partir da suposição segundo a qual o interesse na substância como causa está presente desde o início da pesquisa. Esse viés da pesquisa (que Ross limita ao capítulo final de *Z*) não é explícita e inequivocamente mencionado antes de *Z13*, 1038^b7, mas ele é claro também em *Z16*, 1040^b19-21 e é central na descrição dos resultados de *Z* em *H1* (cf. 1042^a3-6). Além disso, a busca pelas causas da substância corresponde à pesquisa anunciada em $\Gamma 2$ (cf. 1003^b16-19) e nas últimas linhas do livro *E* – isto sem

¹ Assim, Ross entende, por exemplo, que o valor da discussão de *Z10-11* está sobretudo na distinção dos possíveis tipos de seres que poderiam apresentar uma definição de essência em alguma concepção desta, o que seria aproveitado em *H* (1924 : v. I, p. c e cv-cvi).

mencionar a caracterização geral da ciência buscada no livro A, toda centrada na noção de causa¹.

Os defensores dessa interpretação buscam integrar as principais partes de Z em uma estrutura argumentativa unificada, desfazendo o que, na leitura de Ross, corresponde à mais importante cisão na argumentação do livro. Para Ross, o exame do substrato em Z3 é abandonado sem o estabelecimento de um (anunciado) resultado positivo. Nessa leitura, quando a investigação a respeito do substrato é deixada inconclusa, a οὐσία em uso monádico passa para segundo plano em Z. A partir de então, o uso diádico ganha espaço crescente na pesquisa, em uma tendência que culmina com a adoção da concepção de substância como causa em Z17.

Para recusar a leitura aporética e buscar uma unidade maior na argumentação de Z, os intérpretes procuram harmonizar o que, em Ross, são duas pontas divergentes de um processo que muda de direção. Nessa alternativa, o exame do substrato de Z3 e o estudo da substância como causa em Z17 são, fundamentalmente, partes de uma pesquisa a respeito de uma única compreensão da οὐσία. Sem negar a existência dos dois usos dessa noção, essas interpretações (que serão aqui apelidadas de “interpretações causais irrestritas”) identificam em Z3, tanto quanto em Z17, um estudo a respeito da οὐσία *de*.

A estratégia fundamental dessa interpretação consiste em tomar a noção de substrato como elemento *explicativo*. Ao apresentar o substrato como possível sentido de οὐσία em Z3, Aristóteles não estaria introduzindo a hipótese segundo a qual *x* é substância por ser substrato de propriedades. O exame ali proposto seria aquele do substrato como elemento

¹ O efeito dessa decisão interpretativa pode ser apreciado a partir da leitura de Myles Burnyeat (2001), que, juntamente com Ross, recusa a compreensão de Z como uma progressão de resultados constituídos a partir do que já fora estabelecido. Mesmo sem relativizar o significado dos “novos começos” em Z, ou seja, tomando-os, de fato, como sinais de um movimento argumentativo que começa do zero, sem depender dos resultados das exposições anteriores (contrastar com Ross, 1924 : v. I, p. lxxvii), Burnyeat consegue evitar a interpretação aporética de Z recorrendo à noção de causa como fator de unificação (ver, por exemplo, 2001 : p.14 e 57, n. 115).

estruturador *de x* que é capaz de explicar o seu ser. Ele é, portanto, compreendido como οὐσία *de e*, nesse caso, não há grandes alterações de rumo entre Z3 e Z17.

A partir desse modo de interpretar a noção de substrato, a caracterização da forma como substrato não causa mais embaraço. Se o substrato de *x* é o que, em *x*, explica o seu ser, então a forma de *x* é um candidato natural ao papel de substrato.

Quando, em Z17, a noção de causa passa ao centro da discussão, não há, nessa leitura, uma guinada radical no curso da pesquisa. A função dessa nova etapa é tornar explícito (a partir, sobretudo, da estrutura de uma investigação em geral) um aspecto que fora fundamental à pesquisa desde o início. A compreensão da forma como causa em Z17 não é distinta daquela por trás da menção da causa como substrato em Z3. Ao contrário, o texto de Z17 deve tornar mais clara a afirmação de Z3.

Essa breve descrição de uma alternativa à leitura aporética de Ross corresponde a uma proposta geral de interpretação que é explorada no trabalho conjunto de Michael Frede e Günther Patzig (1988) e, independentemente, por Robert Bolton (1996) e Michael Wedin (2000). A despeito desse acordo geral, as interpretações apresentadas por Frede e Patzig divergem de modo significativo daquela desenvolvida pelos dois últimos autores.

As diferenças tornam-se evidentes a partir da atitude adotada por cada uma das duas vias de leitura a respeito da relação entre o livro *Z* e o tratado das *Categorias*. Wedin e Bolton entendem que o livro *Z* suponha a tese das *Categorias*, ao passo que Frede e Patzig acreditam que *Z* proponha uma nova ontologia em lugar daquela apresentada nas *Categorias*.

Na primeira perspectiva, entende-se que *Z* parte da noção de substância em uso monádico que é exposta nas *Categorias*, procurando fornecer as razões a partir das quais é substância algo que é identificado como tal nas *Categorias*. O livro *Z* herdaria do tratado mais antigo a idéia segundo a qual os seres mais fundamentais da realidade são indivíduos, notadamente indivíduos materiais e mutáveis como Sócrates e Bucéfalo, os quais são

sujeitos de seres de outras naturezas que só existem como suas propriedades. O papel do livro Z seria explicar mediante conceitos como essência, substrato, forma e matéria, por que Sócrates e Bucéfalo são seres independentes e sujeitos de propriedades. O livro Z, de acordo com essa leitura, não teria a sugerir um conjunto diferente de seres para compor a extensão do conceito de substância em uso monádico nem questionaria a caracterização de substância descrita nas *Categorias*.

Para Frede e Patzig, por sua vez, na medida em que Z procura explicar o fato que certos seres permanecem quando se alteram suas propriedades haveria uma ruptura com o modelo de substâncias das *Categorias*. Seres materiais e mutáveis que, no tratado mais antigo, são tomados como substâncias, passariam a ser considerados como compostos, não apenas disso que os torna permanentes, mas também de suas propriedades acidentais. O objeto da experiência não poderia mais ser visto como substância, uma vez que ele existe sempre juntamente com seus acidentes. A análise de tais seres revelaria um núcleo de realidade que explica a permanência de tais objetos, correspondendo, na mesma medida, ao que neles é substância em sentido mais estrito.

O papel explicativo da noção de substrato é visto de modo distinto nas duas leituras. Na primeira, o substrato de Sócrates *subjaz* a Sócrates, mas não é sujeito das propriedades de Sócrates (Bolton, 1996, p. 258-9; Wedin, 2000 : p. 138-44 e 171-2). Ao sugerir que o substrato é a οὐσία *de* Sócrates, Aristóteles estaria buscando na estrutura interna de Sócrates a explicação do seu modo de ser (recusando assim, a alternativa platônica). O resultado dessa pesquisa seria a identificação da forma com o substrato de Sócrates, ou seja, a conclusão segundo a qual isso que, em Sócrates, é mais explicativo da sua substancialidade (compreendida como nas *Categorias*) corresponde à sua forma.

Frede e Patzig, por sua vez, entendem que a forma corresponde ao que o objeto da experiência, que é portador de propriedades, efetivamente é. Nessa medida, a forma é (ainda que talvez de modo não imediato) o que de fato subjaz às propriedades do objeto (Frede e Patzig : v. I, p. 40). Dizer, nessa perspectiva, que a forma é o substrato *de*

Sócrates, não é apenas dizer que ela é o que confere estrutura a Sócrates, mas também dizer que ela é, de modo decisivo, o sujeito das propriedades de Sócrates.

A compreensão de *Z* nas duas vias de leitura pode ser sumariamente caracterizada do seguinte modo:

1) procura-se uma causa capaz de explicar o fato que os objetos da experiência são sujeitos permanentes de propriedades;

2) essa causa corresponde ao elemento estruturador dos objetos da experiência, a forma substancial;

3) esse elemento estruturador é a substância *dos* objetos da experiência;

3') esse elemento estruturador é a substância genuína;

3'') esse elemento estruturador explica porque os objetos da experiência são substâncias

O item 3' corresponde à alternativa de Frede e Patzig, ao fato que 3'' está pela via adotada por Bolton e Wedin. As duas alternativas compreendem a proposta segundo a qual a noção de causa unifica a pesquisa de *Z* como uma restrição do escopo do estudo ao uso diádico de οὐσία.

Nas próximas seções, essas duas vias de leitura serão examinadas com o objetivo de identificar seus pontos fortes e fracos, para que desse exame surja uma proposta de leitura unificada de *Z*.

1.2.1 Exame da interpretação de Frede e Patzig

Nas duas vias da “interpretação causal irrestrita” o livro *Z* é compreendido como sendo integralmente dedicado à οὐσία *de*: mesmo o ὑποκείμενον é substância *do* objeto sensível. É próprio da interpretação de Frede e Patzig reduzir *todas* as características da noção de οὐσία ao caráter de ser princípio (1988 : v. II, p. 309-10), de modo que qualquer substância passa a ser substância *de* algo (*Id.* : v. I, p.36-37; v. II, p.11-15, 26, 35-37).

O resultado dessa opção é a distinção radical entre o objeto da experiência sensível e a substância. Para Frede e Patzig, no livro *Z* a substancialidade recai sobre a forma *em detrimento* do objeto sensível, como se percebe nesta passagem em que os autores criticam o uso da expressão latina *substantia* para traduzir οὐσία:

Com esta expressão [*substantia*], no entanto, estabeleceu-se também a compreensão segundo a qual a ousia aristotélica diria sempre respeito à substância do escrito aristotélico das *Categorias*, o objeto concreto como portador das diversas propriedades não-essenciais. (...) O que agora [no livro *Z*] passa ao primeiro plano é uma compreensão da ousia através da qual se trata do fundamento do ser de uma coisa. (1988 : v. II, p. 16-17)

Seria possível subscrever a afirmação a respeito do fundamento do ser como foco de *Z* sem adotar a afirmação anterior, de acordo com a qual o objeto concreto teria, com isso, deixado de ser identificado à substância. De acordo com os autores, essa identificação não é correta porque, em última análise, o objeto da experiência não é substrato de propriedades: “O objeto sensível não é idêntico ao subjacente¹. Este subjacente é muito antes aquilo que o

¹ Em artigo anterior ao comentário de *Z*, Michael Frede expressa a opinião segundo a qual “substrato” seria uma tradução enganadora de ὑποκείμενον, que deve ser compreendido exclusivamente como *sujeito* de predicação ([1987b : p. 74). O termo grego, no entanto, não é vertido por “Subjekt” na edição comentada de *Z*, nem o conceito parece ser lá compreendido distintamente do substrato das propriedades não-essenciais (cf., por exemplo, 1988 : v. II, p. 17). Decidi traduzir o termo empregado no comentário (“Zugrundliegende”) de modo bastante literal por “subjacente” mais para evitar uma tradução explicitamente desautorizada por um dos autores do que por acreditar que “substrato” não corresponda ao sentido do termo nessa obra.

objeto sensível *realmente* [eigentlich] é, a sua ousia.” (*Id.* : v. II, p. 36 – itálico no original, cf. também *Id.* : v. II, p. 38)¹.

De acordo com essa interpretação, o objeto da experiência não é o substrato porque, ao contrário deste, o objeto da experiência já inclui em si as propriedades não-essenciais às quais subjaz o substrato (1988 : v. II, p. 14-15). A mesma razão leva à distinção entre o objeto da experiência e o composto de matéria e forma, conceito teórico que corresponderia exclusivamente à conjunção de suas duas partes constituintes, excluindo de si, portanto, as propriedades sensíveis que são, nessa leitura, constitutivas do objeto da experiência (*Id.* : v. II, p. 39). O resultado é a distinção que se vê na passagem recém-citada, entre o objeto sensível e o que o objeto sensível realmente é.

Nessa leitura, a extensão do conceito não está, de modo algum, determinada no início do livro *Z*, uma vez que apenas descobrindo qual a substância *do* objeto sensível pode-se identificar *algo* que é uma substância em sentido próprio².

Não deixa de ser curioso o ponto de partida dessa leitura, a *distinção* entre o objeto sensível e isso que ele *realmente* é. Se a substância é o que o objeto sensível *realmente* é e a substância do objeto é o substrato das propriedades não-essenciais do objeto, então o próprio objeto é substrato de suas propriedades, em qualquer sentido aceitável de “realmente”. Por outro lado, se o objeto sensível é distinto de sua substância, então ele não deve ser *em absoluto* substrato de suas propriedades não-essenciais, em qualquer sentido de “distinto”.

A conclusão segundo a qual a forma é substância *por* ser fundamento do ser de um objeto sensível parece estranha, na medida em que esse objeto foi dissociado do substrato de suas propriedades. Como pode a forma ser o que o objeto sensível *realmente* é, se isso que o objeto sensível é não é permanente? Ao distinguir entre o objeto e isso que o objeto

¹ Cf., também, Frede, 1987a : p. 64 e 1987b : p.74.

² Isso é textualmente afirmado em Frede, 1987b : p. 79-80.

realmente é do modo como fizeram Frede e Patzig, parece impossível identificar o objeto a isso que se supõe que ele realmente seja.

Se o objeto sensível, por ser sensível, não pode ser considerado substrato de suas propriedades não-essenciais, então ele parece ter sido reduzido a um *mero* agregado de propriedades¹ que não pode ser identificado de qualquer modo à substância. Não parece haver restado nada de substancial no objeto empírico, nada de permanente na experiência, uma vez que ela está sempre irremediavelmente contaminada com as propriedades não-essenciais sensíveis. De outra parte, se a substância não pode coabitar com os dados do sentido, então não se tem experiência da substância. A substância parece ter sido enclausurada em alguma espécie de realidade ideal e a experiência reduziu-se ao dado bruto da sensibilidade – precisamente o quadro que, desde o início, Aristóteles pretendia evitar.

Frede e Patzig tentam evitar essa conclusão a partir da caracterização do objeto sensível como substância em sentido derivado: “Ousiai em sentido primeiro são, portanto, formas individuais, mas em um sentido expandido também os objetos concretos, os quais se constituem dessas formas e das matérias apropriadas.” (*Id* : v. I, p. 42)².

Eu, no entanto, não compreendo como isso pode ser afirmado em conjunto com as diversas vezes em que é dito 1) que o objeto concreto *não* é o composto de matéria e forma e 2) que o objeto concreto *não* é substrato de atributos. Das duas uma: ou o objeto da experiência é *apenas* um agregado de sensações ou o objeto da experiência é a substância. No primeiro caso ele é distinto da substância, no segundo a substância é o que ele realmente é. Não parece haver espaço para um objeto da experiência que é distinto da sua substância, mas não é reduzido ao mero agregado de sensações. Frede e Patzig parecem supor que há um objeto da experiência que não é a substância, que é o agregado de

¹ Frede chega a dizer em um de seus artigos que o objeto ordinário é um “complexo de entidades” (1987b : p. 74) e que Sócrates é constituído por “um feixe ou cacho [bundle or cluster] de entidades.” (*Ibid.*). Se é assim, não entendo como se pode continuar sustentando que o homem é quem muda quando ele aprende a ler, cabendo à forma apenas o papel de explicar que ele pode aprender (Frede e Patzig, 1988 : v. I, p. 47). Se Sócrates é um agregado de propriedades, então quem aprende a ler é a sua alma.

² Cf., também, Frede, 1987b : p.79.

sensações, mas é também algo de permanente. A hesitação entre substância e substância *de* que era atribuída a outros autores ressurgiu no seio da noção de objeto: o que permanece ora é o objeto sensível, ora a substância que explica sua permanência.

A hesitação entre a distinção e a identidade da substância com o objeto sensível traduz-se em uma explicação curiosa do modo como a forma pode ser considerada substrato de propriedades acidentais. O sujeito de atribuição não é o objeto sensível, mas a forma que, contudo, é sujeito apenas de modo mediato, na medida em que ela é o que o objeto de fato é (v. I, p. 40). Parece que a forma é sujeito mediatamente e nada é sujeito imediatamente.

Apesar dos esforços de Frede e Patzig em sentido contrário, não parece que essa interpretação consiga evitar o inconveniente de descolar a substancialidade da realidade da experiência, destoando, assim, do projeto aristotélico de compreender o mundo sensível como realidade fundamental. Creio que esse projeto só pode ser desenvolvido a partir da compreensão do objeto concreto como substância. A meu ver, há diversas separações indevidas na interpretação de Frede e Patzig: entre o objeto concreto e sua substância, entre o substrato e o objeto concreto e entre o composto e o objeto concreto. O fato de ser apreendido juntamente com seus atributos não interfere na substancialidade do objeto da experiência. Eles são atributos acidentais porque o objeto pode ser o que ele é sem ter esses atributos e o fato que ele, agora, os tem, não impede que ele pudesse não os ter.

1.2.2 *Exame das interpretações de Bolton e Wedin*

Na outra variante da interpretação que atribui o foco na causalidade a todo o livro *Z*, o sentido monádico de substância não é, em absoluto, objeto dessa obra. A questão a respeito do tipo de ser que é substância teria sido, nessa perspectiva, tratada nas *Categorias*, cabendo ao livro *Z* expor as causas da substancialidade de tais seres. Assim, adotando o vocabulário de Michael Wedin, seria possível dizer que o livro *Z* ocupa-se da substância *das* “substâncias-c”, estando esta expressão pelas “substâncias primeiras” das *Categorias*,

ou seja, os indivíduos que nem estão presentes em nem são ditos de um substrato, como Sócrates. Que tais e quais coisas sejam substâncias e qual a noção de substância que as permite tomar como tal, seriam pontos abordados nas *Categorias*. O livro *Z*, por sua vez, lançaria mão de noções como forma, substrato e essência para explicar por que tais seres satisfazem o critério exposto no primeiro tratado. De acordo com esse ponto de vista, a compreensão do conceito de substância em uso monádico, bem como sua extensão estariam, já, determinados antes da redação de *Z*.

Contudo, a suposição segundo a qual a extensão e a compreensão do conceito de substância em uso monádico são tomados em *Z* como estando previamente determinados enfrenta dificuldades, sobretudo com relação ao capítulo *Z2*. Esse capítulo encerra-se com o que parece ser uma indicação explícita da pretensão de examinar a extensão do conceito. Após a apresentação sumária de um inventário de opiniões acerca de que tipo de coisas podem ser tomadas como substâncias, *Z2* anuncia a passagem a um estudo da compreensão do conceito de οὐσία que supõe claramente um retorno ao exame da extensão:

A respeito dessas coisas [das hipóteses quanto às coisas que caem sob a extensão de “substância”], deve-se investigar o que é dito apropriadamente ou não e quais coisas são substâncias e se há algumas além das sensíveis ou não (e estas, como são) e se há alguma substância separada (ou nenhuma) além das sensíveis e por que e como, tendo antes dito esquematicamente o que é substância. (1028^b27-32)

O modo mais direto de ler essa passagem é tomá-la como indicando a pretensão de examinar o uso monádico de “substância”, ou seja, procurar determinar o que significa, em geral, *ser* uma substância, para, depois verificar qual a extensão do conceito assim determinado. Não parece, de qualquer modo, possível eliminar completamente a sugestão contida no parágrafo de um reexame da extensão do conceito de οὐσία em uso monádico.

Evidentemente, essa sugestão não elimina, por si só, a hipótese de Wedin e Bolton sobre os limites da pesquisa de *Z*. Pode-se tentar compreender a sugestão de tal exame como forma de balizar o estudo da οὐσία *de*, que seria objetivo de *Z*. Supondo, por

exemplo, que é verdadeira a afirmação peremptória de Wedin segundo a qual a extensão do conceito de substância está *completamente* determinada no início de Z (1996 : p. 45), pode-se tomar a menção a um reexame da extensão de οὐσία como modo de indicar o que se requer do conceito de οὐσία em uso diádico: já se sabe desde as *Categorias* qual a extensão de οὐσία. Deve-se agora determinar a οὐσία *dos* seres incluídos nessa extensão já determinada. Ora, se o conceito diádico de οὐσία que corresponde a essa concepção monádica for, de fato, encontrado, deveria ser possível determinar a partir dele quais seres são, de fato, οὐσία mesmo que a extensão do conceito não estivesse, já determinada. Nesse caso, no entanto, é preciso concluir que as menções de Z2 a um reexame da extensão de οὐσία são de natureza inteiramente retórica.

Seria possível buscar uma alternativa mais adequada à linha de leitura de Wedin e Bolton considerando que o exame da substância em uso diádico pode, também, resolver questões relativas à extensão de “substância” em uso monádico. Supondo a caracterização das *Categorias* do que é ser uma substância, esse texto anunciaria o exame das razões que permitem concluir que certos seres (como Sócrates) satisfazem esse modelo de substancialidade. Uma vez sabendo o que conta como razão ou causa para que algo seja substância no modelo das *Categorias*, pode-se também esclarecer a situação de seres que constituem casos duvidosos com relação à satisfação ou não do modelo, como os seres matemáticos e os seres não-sensíveis em geral.

Ainda que essa alternativa não elimine a dificuldade de compatibilizar o parágrafo final de Z2 com a afirmação recém-citada de Wedin a respeito da extensão de οὐσία em Z, ela torna possível compreender o capítulo em conformidade com as linhas gerais da leitura em questão. O parágrafo final de Z2, em particular, terminaria com o anúncio de um estudo da οὐσία *de*, o que é perfeitamente apropriado às leituras de Wedin e Bolton.

É necessário examinar as condições de adoção dessa alternativa. Em primeiro lugar, ela depende da interpretação da última ocorrência de οὐσία do capítulo (1028^b32) como sendo em uso diádico: Z2 anunciaria o estudo da compreensão da substância *de*. Essa

compreensão do termo em 1028^b32 não é imediata, já que nada no texto impõe compreendê-lo como ocorrendo em uso diádico nesse ponto. Para que essa proposta seja aceita, é necessário que ela encontre fundamento nas demais ocorrências do termo em Z2.

A maioria dos demais usos do termo no capítulo é claramente monádica. Quando corpos, suas partes e seus limites, Idéias e números são apresentados como hipotéticas οὐσία, esse termo evidentemente está sendo empregado em uso monádico¹. O caso decisivo, no entanto, é a ocorrência da primeira linha do texto. Em 1028^b8, ἡ οὐσία é vinculada aos supostos membros da extensão do conceito de substância através do verbo ὑπάρχειν. A fórmula introdutória ἡ οὐσία ὑπάρχει τῷ x exprime a relação entre os exemplos fornecidos no capítulo e o uso de οὐσία que nele está em questão. Esse termo pode ser traduzido de modo neutro por “pertencer”, opção adotada pela maioria dos tradutores. Afirma-se no início de Z2, assim, que a substância parece pertencer a tais e quais candidatos. A maneira como se compreende “pertencer” determina o uso de οὐσία que será tomado como objeto de Z2 e, por conseqüência, como foco do estudo anunciado no parágrafo final.

Frede e Patzig (*ad loc.*) compreendem o ὑπάρχειν de 1028^b8 como mera atribuição gramatical e, com base nisso, inserem em sua tradução o termo “predicado” antes de οὐσία na primeira linha do capítulo. Wedin (2000 : p. 170), por sua vez, entende que “pertencer”, aqui, indique o vínculo que o uso diádico de οὐσία tem com isso de que ele é οὐσία. Em linhas gerais, a frase inicial de Z2 significaria, então, “os corpos parecem, mais do que

¹ Em 1028^b21 a expressão “a substância *dos* corpos sensíveis” refere-se claramente ao tipo de substância (em uso monádico) que se atribui aos corpos sensíveis. Ela ocorre na lista dos tipos de substância aceitas por Platão (as substâncias dos corpos sensíveis seria um terceiro tipo, após Idéias e seres matemáticos). Não faria sentido atribuir a Platão a aceitação das *essências* dos corpos sensíveis como um terceiro tipo de substância ao lado das Idéias e dos seres matemáticos. É, por outro lado, razoável supor que ele tenha considerado os seres sensíveis um terceiro tipo de substância, juntamente com as Idéias e seres matemáticos.

qualquer coisa, *ter* substância”, ou seja, os corpos, mais do que qualquer coisa têm o tipo de causa que corresponde à οὐσία em uso diádico¹.

As duas interpretações, em princípio, são compatíveis com as várias ocorrências de οὐσία em uso monádico em Z2. Se 1) x, y e z são οὐσία, então 2) é verdadeiro que ἡ οὐσία ὑπάρχει τοῖς x, y, z . Ainda que o uso de οὐσία em 1) seja claramente monádico, isso não impõe necessariamente a mesma compreensão para a ocorrência de 2). Se os dois usos são monádicos, então a relação expressa por ὑπάρχειν é de simples atribuição gramatical: de 1) é trivialmente verdadeiro que o termo οὐσία atribui-se a x, y e z . Se apenas o primeiro uso é monádico, então ὑπάρχειν não indica uma atribuição do simples tipo gramatical, mas sim do tipo que ocorre quando uma explicação é atribuída a isso que é explicado. Nessa concepção, se 1) é o caso, então pode-se dizer que há um fundamento ou explicação para a substancialidade de x, y e z (pode-se dizer que há οὐσία *de* x, y e z).

A primeira opção certamente desfavorece a compreensão da ocorrência de οὐσία do último parágrafo como diádica. Se o ponto de Z2 é apresentar o problema das condições de atribuição de um termo que, ao longo do texto, é unicamente empregado de modo monádico, é difícil aceitar que no último parágrafo a solução anunciada parta do seu uso diádico, sem que se tenha qualquer sinal adicional dessa mudança.

Ainda que interpretação de Frede e Patzig para ὑπάρχειν tenha muito apoio nos usos que Aristóteles faz desse termo, não se pode tampouco excluir sem razões adicionais a sugestão de Wedin. Contudo, se a alternativa proposta a essa opção parece viável do ponto de vista da língua, razões de interpretação que devem ser examinadas agora parecem tornar difícil a sua aceitação.

¹ No extremo oposto está a tradução de Irwin e Fine, que vertem a primeira frase de Z2 de modo a excluir completamente qualquer leitura que não veja nela a introdução de uma discussão do uso monádico de οὐσία: “Os mais evidentes exemplos de substâncias parecem ser corpos”.

A partir da alternativa de leitura exposta acima, pode-se ver no parágrafo final um núcleo da extensão de “substância” em uso monádico que não entra em questão e que poderia ser identificado às substâncias das *Categorias*. Desse modo, a extensão do conceito estaria aberta apenas com relação aos seres cuja substancialidade seria duvidosa a partir unicamente dos critérios daquele tratado (notadamente os não-sensíveis). No entanto, se o último parágrafo de Z2 é compatível com essa solução, o mesmo não parece ocorrer com a sua porção inicial. Em 1028^b13-15 é dito claramente que está aberta ao exame até mesmo a hipótese segundo a qual são substâncias os seres sensíveis que parecem resguardados no parágrafo final. De um modo geral, portanto, Z2 é resistente à exclusão da extensão do conceito de substância em uso monádico do âmbito da discussão.

Esse ponto está diretamente relacionado a outro, mais decisivo, referente ao debate com os demais filósofos que é notável não apenas em Z2, mas ao longo de todo o livro. Se o objetivo de Z é identificar as explicações e causas dos seres que são substâncias em um sentido que já foi determinado nas *Categorias*, qual o propósito do exame das ontologias adversárias? Seria completamente ocioso avaliar as propostas dos outros filósofos, se as realidades básicas por eles postuladas são tomadas como supostas substâncias em sentido monádico. Por outro lado, compreender as teses rivais como hipóteses a respeito da substância em uso diádico e avaliá-las a partir de sua capacidade de explicar o ser das substâncias das *Categorias* constituiria uma inaceitável petição de princípio.

Bolton (1996 : p. 247-9) responde a isso afirmando que supor a doutrina das *Categorias* não é importar em Z uma tese ontológica, mas partir de uma caracterização de como as coisas *parecem* a nós. Em Z, Aristóteles está tentando fornecer as razões pelas quais se pode aceitar como realidades básicas as coisas que ordinariamente são tomadas como tal e, em caso de êxito, ele terá demonstrado que seres como Sócrates são, de fato, realidades básicas. Nesse caso, o debate com os adversários pode ocorrer sem petição de princípio, já que está em aberto a questão a respeito de quais sejam as realidades básicas. As Idéias de Platão e os átomos são hipóteses a esse respeito. Contra elas, Aristóteles sustenta a tese segundo a qual os seres da realidade ordinária, tal como descrita nas *Categorias*, são as substâncias genuínas.

Essa sugestão envolve uma interpretação das *Categorias* que não pode ser examinada aqui. À parte disso, ela livra Aristóteles da acusação de petição de princípio e torna pertinente um debate com os demais filósofos em *Z*, mas, a partir dela, a concepção geral da leitura proposta altera-se consideravelmente. Agora a extensão do conceito de οὐσία e, sobretudo, sua compreensão em uso monádico fazem parte do que está, de fato, em discussão em *Z*¹. Não cabe mais afirmar, como faz Bolton, que *Z* ocupa-se unicamente da substância em uso diádico, sendo o uso monádico objeto exclusivo do tratado das *Categorias* (cf., por exemplo, 1996 : p. 254).

De um modo geral, portanto, a adoção da alternativa sugerida não parece viável. Com a sua recusa, afasta-se também a hipótese segundo a qual nem a extensão do conceito de substância nem seu uso monádico fazem parte dos objetivos de *Z*.

1.2.3 *A formulação de uma nova alternativa de interpretação “causal irrestrita”*

Viu-se nas seções anteriores que a leitura aqui apelidada de “causal irrestrita” fornece uma alternativa produtiva à descrição de *Z* como um percurso constituído de hesitações e tensões não resolvidas. Nas versões examinadas, essa leitura unifica o livro *Z* limitando-o ao estudo da οὐσία em uso diádico. Em uma das versões dessa interpretação, a limitação ocorre na medida em que se toma o uso monádico de οὐσία como derivado do uso diádico, de modo que o livro *Z* dele se ocupa por desenvolver a compreensão do uso diádico. Na outra, o uso monádico é deixado a cargo das *Categorias*, restando a *Z* o exame do uso diádico.

¹ Note-se a observação de Bolton que é motivada a partir da passagem de *Z2* que mostra estarem abertas ao exame *todas* as hipóteses a respeito de quais coisas sejam substâncias: “É possível, é claro, que os fatos acerca da realidade básica, tais como expostos nas *Categorias* e em *Z1*, por exemplo, que animais particulares sejam realidades básicas e sujeitos auto-subsistentes, revelem-se inexplicáveis ou explicáveis apenas com a adição de algumas qualificações importantes (cf. *Z2*, 1028^b13-15).” De acordo com essa afirmação, o modelo ontológico das *Categorias* é tomado em *Z* como objeto de *exame* mais do que de justificação. É parte da tarefa de *Z* decidir se esse modelo revela, de fato, quais são as verdadeiras substâncias (em uso monádico) e, contrariamente à descrição geral de Bolton para a sua leitura, a extensão do conceito está, sim, em discussão no livro *Z*.

Como foi exposto, não se pode aceitar a redução do uso monádico ao diádico, na medida em que a forma passa a ser tomada como substância em detrimento do objeto mutável. Por outro lado, há sinais claros (sobretudo em Z2) do interesse do livro Z no uso monádico de οὐσία, de modo que a sua exclusão do âmbito de Z não é uma alternativa interessante. A inserção do uso monádico no estudo de Z, portanto, deve ser reconsiderada. Ela permanece, no mínimo, como hipótese em aberto.

Há, além disso, um ponto sensível nas leituras que procuram limitar Z ao uso diádico de οὐσία, ou seja, nas duas variantes da leitura “causal irrestrita”. Trata-se da compreensão do ὑποκείμενον como οὐσία *do* objeto material mutável. Na interpretação de Frede e Patzig, o ὑποκείμενον é identificado, em última análise, à forma, que passa a ser substrato de propriedades em sentido mais estrito do que o objeto da experiência. Como foi visto na seção I.3, isso torna duvidoso o caráter ontológico do objeto sensível, que deixa de ser substância em sentido estrito em favor da sua forma. As leituras de Bolton e Wedin não têm a mesma conseqüência indesejável, na medida em que a substancialidade do objeto sensível pode estar garantida nas *Categorias*.

As duas linhas de interpretação, no entanto, enfrentam em conjunto uma dificuldade à compreensão do ὑποκείμενον como οὐσία em uso diádico. Tanto em Δ8 (1017^a10-14), quanto nas *Categorias* (2^b37-3^a1), o uso monádico de οὐσία é definido a partir do caráter de ser ὑποκείμενον. Pode-se, é claro, supor que há uma alteração conceitual a esse respeito no livro Z. No entanto, o termo ὑποκείμενον é usado em Z1 (1028^a26) para indicar o que difere a substância (em uso monádico) dos demais seres e não há qualquer aviso ou sinal de mudança no uso dessa noção depois disso. Para tomar a passagem decisiva de Z3, 1028^b35-36 como introduzindo a idéia segundo a qual o ὑποκείμενον de x é substância de x (correspondendo x a uma substância em uso monádico), deve-se aceitar que o caráter de *ter* substrato, que antes caracterizava os seres não-substanciais, agora é empregado para fundamentar o ser das substâncias genuínas. Essa é uma alteração excessivamente forte para não ser indicada.

A partir desse conjunto de fatores torna-se interessante rever a interpretação de *Z* como tratando de οὐσία em uso monádico. Cabe verificar se essa alternativa é possível dentro do âmbito de uma interpretação “causal irrestrita”, já que não se deseja abandonar a capacidade que esse tipo de interpretação tem de conferir unidade ao livro *Z*.

As leituras “causais irrestritas” aqui estudadas vinculam a unificação de *Z* na noção de causa à limitação do seu escopo à οὐσία *de*. Para verificar se há espaço nessa via geral de leitura para uma alternativa que tome *Z* como correspondendo a um estudo da οὐσία em uso monádico, é necessário perguntar, do início, o que o livro *Z* pretende explicar. Trivialmente, uma leitura do tipo “causal” pode conferir integridade a *Z* unicamente na medida em que identifica, desde o início do livro, algo cuja causa deve ser apontada. É preciso, portanto, identificar o *explanandum* de *Z*, e verificar se sua causa pode ser encontrada a partir de uma pesquisa a respeito do uso monádico de οὐσία.

Uma hipótese a esse respeito deve ser testada a partir de sua capacidade de realizar o que se apresentou como grande ganho da interpretação rotulada de “causal irrestrita” em relação à de Ross, a saber, a inclusão em um mesmo projeto da parte da investigação que se ocupa da noção de substrato e daquela que trata da οὐσία *de* compreendida como causa. Com relação a isso, é fundamental o papel da noção de substrato no argumento geral.

Assim, a formulação de uma alternativa de interpretação “causal irrestrita” que compreenda *Z* como tratando do uso monádico de οὐσία deve percorrer três etapas. Em primeiro lugar, é necessário identificar em *Z* um projeto de investigação da substância em uso monádico, o que deve corresponder a uma leitura, sobretudo, de *Z1* e *2*. Em segundo lugar, deve-se mostrar que a noção de substrato que esse projeto exige ocorre, de fato, em *Z3*, capítulo que dele se ocupa. Finalmente, deve-se mostrar que o projeto em questão não apenas é contemplado em *Z3*, mas também no restante de *Z*, que se concentra na noção de essência.

2. O PROJETO DE INVESTIGAÇÃO DA ΟΥΣΙΑ EM USO MONÁDICO DO LIVRO Z

Na primeira etapa do desenvolvimento de uma interpretação que unifique a argumentação do livro Z em torno da noção de causa sem relegar a segundo plano o uso monádico de οὐσία deve-se cumprir duas tarefas. Em primeiro lugar, deve-se reconstruir a introdução do projeto de Z para identificar em quais termos é possível encontrar nele um estudo sobre a substância como ser que existe independentemente. Em segundo lugar, como exigiria a formulação de qualquer leitura do tipo “causal irrestrita”, deve-se apontar *de que* o livro Z procura indicar uma causa ou explicação. No caso da alternativa que se pretende desenvolver aqui, deve-se encontrar algo cuja causa corresponda a uma substância em sentido monádico.

As duas primeiras tarefas do capítulo serão cumpridas nas suas duas primeiras seções a partir de exames, respectivamente, de Z1 e Z2. Na terceira seção do capítulo, diante do cruzamento do projeto encontrado em II.1 do âmbito de pesquisa de Z, cujos limites serão investigados em II.2, deve-se buscar a fundamentação do rumo geral da pesquisa de Z.

2.1 *A introdução do projeto de pesquisa do livro Z (Z1)*

O capítulo inicial do livro Z compõe-se de três partes claramente distintas. À apresentação sumária de uma concepção da substância como ser primeiro (1028^a10-31)

segue-se uma reflexão a respeito dos sentidos de “primeiro”, contendo a observação segundo a qual a substância é primeira em qualquer sentido do termo (1028^a31-^b2). A porção final do texto apresenta uma exortação ao estudo da substância que parece seguir-se de uma afirmação segundo a qual todos os que trataram do ser ocuparam-se, de fato, da substância, valendo o mesmo para os que o farão no futuro (1028^b2-7).

É bastante claro, a partir de Z1, que o estudo do ser corresponde, fundamentalmente, ao estudo da substância, uma vez que esta tem prioridade sobre todos os outros modos de ser. Essa relação de prioridade é central nas três partes do capítulo. O que não é igualmente evidente é a relação entre as três diferentes partes do capítulo, com suas respectivas abordagens da prioridade da substância. É particularmente obscura a relação entre a primeira e a última parte de Z1. Fica-se em dúvida se a exortação final ao estudo da substância se segue indiretamente da concepção de ser primeiro exposta na primeira parte ou se ela deve ser extraída unicamente da observação que é apresentada em termos temporais acerca do estudo do ser pelos filósofos em geral. Uma primeira leitura da seção intermediária tampouco é suficiente para esclarecer essa relação, uma vez que não se distingue de imediato qual seja, no argumento geral de Z1, o papel da qualificação a respeito dos sentidos de “primeiro”.

A interpretação de Z1 deve encontrar nesse primeiro capítulo uma argumentação articulada fundamentando o estudo a ser desenvolvido em Z. A centralidade da noção de “primeiro” em todas as partes dessa introdução indica que tentar compreender o papel dessa noção em Z1 constitui um modo promissor de identificar os termos nos quais se dá a introdução ao projeto de Z. Assim, ao invés de tentar resolver em separado as inúmeras dificuldades encontradas em cada uma das partes do capítulo, deve-se, aqui, buscar sobretudo um meio de compreender as relações entre essas partes a partir da noção de prioridade.

2.1.1 Uma concepção de ser primeiro (Z1, 1028^a10-31)

No início de Z1, a substância, caracterizada como τί ἐστὶ καὶ τόδε τι (“o que é e este-algo”), é contrastada com os seres que caem sob as demais categorias: σημαίνει γὰρ [τὸ ὄν] τὸ μὲν τί ἐστὶ καὶ τόδε τι, τὸ δὲ ποῖον ἢ ποσὸν... (1028^a11-13). A natureza desse contraste, como fica evidente nas linhas seguintes, é aquela entre um item que ocupa a primeira posição de uma série e tudo mais quanto se possa incluir sob a mesma ordenação. Ainda que itens sob as categorias da qualidade, quantidade, etc. estejam no âmbito do ser, os itens sob a substância são seres em sentido *primeiro*.

Na primeira parte de Z1, a prioridade da substância é estabelecida a partir da dependência ontológica dos demais seres em relação à substância: “é evidente que destes [modos de dizer o ser] é ser primeiro o *o que é*, o qual precisamente significa a substância (...), ao passo que as demais coisas são ditas seres porque são quantidades, qualidades, afecções ou outra coisa do ser que é desse modo.” (Z1, 1028^a14-20)

A dependência dos demais seres em relação à substância é qualificada em seguida (1028^a20-31). O caminhante e o saudável opõem-se ao caminhar e ao estar saudável, uma vez que os primeiros, antes dos demais, são aceitos como seres. A razão disso, é que, se é possível falar do caminhar sem falar de nada que exista determinadamente, quando se fala do caminhante e do saudável é sempre explícita a menção de “algo determinado que é substrato [ὑποκείμενον] deles” (1028^a26-27). Esse algo determinado que é substrato do caminhante é precisamente a substância e o particular (*Ibid.*). A relação do caminhante com seu substrato é, então, generalizada para os demais seres não-substanciais. De fato, nenhum deles é dito sem a substância, que é, portanto, ser primeiro e sem qualificações (1028^a27-31).

Da primeira parte de Z1, portanto, surge uma caracterização da substância como particular de natureza determinada e existência independente que é ser primeiro na medida em que é *substrato* dos demais seres, que nela existem como qualidades, afecções, etc...

Ainda que se tenha, a partir dessa exposição, uma caracterização clara da prioridade da substância, deve-se concluir que ela é excessivamente concisa, se é necessário, como parece ser indicado nas últimas linhas do capítulo, encontrar nela uma justificação para a redução do estudo do ser ao estudo da substância. É dito em Z1 que a substância é ser primeiro por ser substrato dos demais seres. Nada, no entanto, fundamenta em Z1 a caracterização do particular determinado como substrato dos seres não-substanciais.

Nos termos precisos em que é apresentada em Z1, a prioridade da substância só pode ser estabelecida a partir de pontos de partida que serão introduzidos de fato apenas muito adiante no livro Z. A própria introdução da noção de substância como “*o que é e este-algo*” (τί ἐστὶ καὶ τόδε τι, 1028^a11-12) dá-se em termos nada ordinários, já que em nenhum outro texto as duas expressões ocorrem justapostas desse modo (cf. Irwin, 1988 : cap. 10, n. 12). A variedade das opiniões a respeito do sentido e relevância desse modo de referir a substância é, por si só, testemunha do quanto a leitura dessa primeira seção depende da compreensão das demais. Para mencionar apenas algumas leituras que recusam a compreensão de Ross (cf. *ad loc.*), que entende a conjunção das duas expressões como sinal da tensão entre duas compreensões de οὐσία no livro Z¹, pode-se contrastar a posição dos que vêem τί ἐστὶ καὶ τόδε τι como expressão dos diferentes aspectos do conceito (*Notes on Zeta*, p. 1), à dos que vêem nessa justaposição apenas um modo de determinar através da segunda expressão o sentido da primeira (Bolton, 1996 : n. 12). A partir da primeira hipótese, a prioridade da substância sobre os outros modos de ser poderia ser compreendida como resultado de um cruzamento de duas perspectivas que só se realiza na substância. A partir da segunda, seria possível pensar que a substância é primeira precisamente por satisfazer um critério único de um modo que os demais tipos de ser não são capazes. Em qualquer caso, não apenas a verificação, mas a própria formulação de uma hipótese a respeito do papel dessa justaposição a partir leitura de todo o livro Z.

¹ Ross verte a expressão τί ἐστὶ καὶ τόδε τι como apresentando uma disjunção: “ ‘o que uma coisa’ é **ou** um ‘isto’ ”.

A exposição do modelo ontológico do início de *Z*, portanto, é certamente um resumo. Diante dessa conclusão, é de se perguntar qual a fonte da qual esse texto é um resumo. De acordo com a resposta de Bolton (1996 : p. 243-9) e Wedin (2000 : p. 6, 59-64, 158-66), essa breve caracterização da substância retoma em traços gerais a doutrina exposta nas *Categorias*. Essa solução casa bem com o texto, mas ela deve, no mínimo, ser complementada com uma explicação para a referência aos antecessores e antagonistas de Aristóteles na introdução do livro *Z*.

De acordo com outra sugestão, a caracterização inicial da substância em *Z1* resumiria a tese a ser defendida ao longo do livro *Z*. Pierre Aubenque insere-se nessa perspectiva, quando afirma que a redução da questão do ser à questão da substância “é tão pouco óbvia para Aristóteles, que ele consagra todo o livro *Z* a justificá-la” ([1962] 2005 : p. 457)¹. A apresentação inicial de *Z1* seria, nesse caso, semelhante à primeira frase de $\Gamma 1$, que afirma a existência de uma ciência do ser enquanto ser cuja fundamentação tomará todo o livro Γ (cf. *Id.* : p. 21).

Pode-se ainda ver no modelo apresentado um resumo de uma tese familiar ao público de Aristóteles (que pode, ou não, corresponder àquela exposta nas *Categorias*) e que servirá de ponto de partida para o estudo de *Z*. O resumo indicaria simplesmente uma direção a seguir, não correspondendo necessariamente a um modelo que é suposto, devendo ser defendido ou fundamentado. Nessa proposta, ao contrário da anterior, está em aberto a possibilidade de revisão e até de recusa do modelo apresentado.

Evidentemente, a opção por uma ou outra alternativa depende, tanto quanto a interpretação dos termos precisos nos quais se dá a exposição do modelo, da leitura geral de *Z*. Para Wedin e Bolton, por exemplo, é essencial ver nessa exposição apenas a recapitulação da doutrina das *Categorias*, já que uma alternativa diferente abriria a

¹ A aceitação dessa afirmação de Aubenque, evidentemente, não impõe a concordância com a sua frase seguinte, segundo a qual essa justificação ocorre de modo a limitar, mais do que legitimar a redução da questão do ser à questão da substância. Tampouco é necessário adotar o viés geral da leitura aubenquiana do livro *Z*, que encontra nesse texto antes a demonstração da dispersão do ser do que sua unidade, tomando-o como parte da descrição minuciosa do fracasso do projeto de uma ciência única do ser (cf. [1962] 2005 : p. 487).

possibilidade de uma revisão do exposto naquela obra. De um ponto de vista limitado a Z1, é fundamental esclarecer a relação desse modelo com a porção final do capítulo, na qual a pesquisa é de fato apresentada com a observação segundo a qual a pesquisa do ser é necessariamente a pesquisa da substância. Se o modelo exposto deve fundamentar essa conclusão, é justo afirmar que ele é excessivamente conciso. Se, por outro lado, a conclusão de Z1 não é extraída do modelo exposto no início do capítulo, então a estrutura da argumentação apresentada em Z1 não corresponde ao estabelecimento direto de conclusões a partir de premissas.

Convém, portanto, examinar imediatamente a porção final de Z1. O exame da controvertida passagem intermediária a respeito dos sentidos de “primeiro” será deixado para depois, quando se procurará, através dele, resolver as questões referentes à relação entre a primeira e a última porção do capítulo.

2.1.2 Predecessores e antagonistas: o estudo do ser e o estudo da substância (1028^b2-7)

O parágrafo final de Z1, ao que tudo indica, tem a pretensão de apresentar o ponto alto de um raciocínio iniciado anteriormente. Ele é introduzido pela conjunção de partículas καὶ δὲ καί (aqui traduzida por “de fato”), que, apesar de não ser muito usual em Aristóteles, expressa normalmente uma idéia de clímax (cf. Denniston, [1934] 1950 : p. 256). O ponto culminante que é ali apresentado é evidentemente a passagem do estudo do ser ao estudo da substância. A introdução desse ápice, no entanto, está inserida em uma observação acerca dos filósofos em geral que não tem nenhum precedente no capítulo e lança dúvidas a respeito de qual seja precisamente o raciocínio do qual ele é ponto alto:

E de fato, isto que se investigou antigamente, assim como hoje e sempre, sendo sempre causa de aporia, a saber, o que é o ser, nada mais é do que a questão “o que é a substância” (isto, com efeito, é o que alguns dizem ser um, outros, mais de um e alguns dizem ser limitado, outros, ilimitado). Por isso, também a nós cabe investigar sobretudo, primeiramente

e, por assim dizer, exclusivamente, a respeito do ser que é desse modo [como substância], o que ele é. (1028^b2-7)

Ao invés de dizer “dado que está estabelecida a primazia da substância sobre as demais formas de ser, cabe a nós investigá-la”, Aristóteles apresenta a exortação ao estudo da substância nas últimas linhas do texto como se ela fosse extraída de um fato sobre o pensamento de seus antecessores. A esse respeito, é notável o emprego da conjunção *διό* (“por isso”), que parece indicar haver efetivamente um vínculo de derivação da exortação a partir da observação que é apresentada em termos temporais.

Se, portanto, a conclusão segundo a qual o estudo do ser é o estudo da substância (da qual é extraída a exortação final) decorre do modelo exposto no início do capítulo, então será necessário aceitar que Aristóteles compreende o modelo apresentado como arcabouço geral de qualquer proposta de estudo do ser. A observação sobre os filósofos do presente e do passado (que serviria de ponto de partida para uma indução a respeito dos filósofos do futuro), nesse caso, funcionaria como uma confirmação suplementar do raciocínio exposto anteriormente: a substância é ser primeiro no sentido exposto acima, o que se confirma do fato que todos os que se ocuparam do ser tenham, na verdade, de algum modo reproduzido o modelo apresentado¹.

Nos termos a partir dos quais desenvolve-se o modelo inicial de Z1, no entanto, a caução histórica de verdade não é imediata. Tomada em si mesma, a ontologia de muitos dos antigos não estaria de acordo com a caracterização de uma substância que é ser primeiro no sentido do início de Z1. Na verdade, a maioria dos predecessores de Aristóteles não adotaria sem adicionar significativas restrições uma noção de substância cujo exemplo por excelência é o homem individual.

As incongruências entre a ontologia de Aristóteles e a dos demais filósofos não são de menor importância no contexto da busca de um suporte histórico, uma vez que elas

¹ De acordo com essa perspectiva, a observação histórica não se segue diretamente do que a precede. Isso poderia conferir uma razão para a opção feita por Furth (1985) de traduzir *καὶ δὴ καί* por “and moreover” (“e além disso”). Nesse caso, no entanto, a idéia de clímax foi abandonada.

parecem justamente negar a universalidade do modelo exposto. Não há como buscar apoio em uma consideração histórica, se o argumento de Z1 baseia-se em uma distinção dos modos de ser que não seria aceita universalmente. Com efeito, nos termos precisos de Z1, a primazia da substâncias receberá mais suporte de uma crítica empenhada em limpar a filosofia dos antigos de suas imprecisões do que de suas investigações efetivas.

É, no entanto, evidente por si próprio que Aristóteles não poderia buscar apoio histórico tal como ocorre ao final de Z1 com base unicamente em uma reforma do pensamento de seus predecessores. Isso não justificaria a universalidade histórica do estudo da substância nem permitiria identificar qualquer tipo de confirmação do argumento apresentado consideração. Para identificar o raciocínio do qual esse parágrafo é ponto culminante e o que é universalizado a partir da referência aos demais filósofos, convém tentar buscar apoio na porção intermediária de Z1.

2.1.3 Os sentidos de “primeiro” (1028^a31-^b2)

A reflexão a respeito dos diferentes sentido de “primeiro” que se encontra entre a apresentação inicial do modelo ontológico e a enunciação da passagem do estudo do ser ao estudo da substância em termos históricos é certamente a parte mais controvertida do capítulo. Há, na literatura, inúmeras hipóteses de interpretação para cada um dos sentidos de prioridade apresentados. Um exame dessas hipóteses, mesmo que limitado às principais, demandaria um tempo do qual não se dispõe. Ainda que útil, um tal exame não seria, por si só, capaz de fornecer o que, aqui, é essencial, a saber, um esclarecimento da relação da parte intermediária de Z1 com as demais. De fato, a apresentação dos sentidos de “primeiro” é excessivamente concisa para que, partindo dela, seja possível identificar a relação desta porção do texto com as demais. Nesta subseção, portanto, ainda mais no que nas anteriores, deve valer a regra de examinar cada parte do texto, não tanto internamente, mas a partir das possibilidades de vínculo com as suas partes adjacentes.

Vejamos o texto em questão:

Contudo, “primeiro” é dito de vários modos: a substância, sem embargo, é primeira em todos, com relação à definição, com relação ao conhecimento e com relação ao tempo. Com efeito, [1] nenhuma das outras categorias é separada, apenas ela. E [2] também com relação à definição ela é primeira (pois é necessário que a definição da substância esteja contida na definição de cada coisa). E [3] julgamos conhecer cada coisa em mais alto grau quando conhecemos *o que é*, por exemplo, o que é o homem ou o que é o fogo e não quando conhecemos sua qualidade, sua quantidade ou sua posição, já que também cada um destes nós conhecemos quando conhecemos o que é a quantidade ou a qualidade.

Aparentemente, as afirmações indicadas pela numeração [1], [2] e [3] pretendem esclarecer cada uma das prioridades, mas a ausência de uma referência clara nessas afirmações à prioridade segundo o tempo e o contraste com outros textos (*Categ.* 14^a26-35; *Fis.* 260^b18) parece já ter levado editores antigos a emendar os manuscritos (cf. Ross *ad* 1028^a32). Sem recorrer a esse tipo de solução, parece haver um único modo de relacionar as afirmações a cada um dos tipos de prioridade. Uma vez que há referência explícita, respectivamente, a definição e conhecimento em [2] e [3], nada resta a concluir, a não ser que [1] refira-se à prioridade segundo o tempo. Nesse caso, a substância é primeira segundo o tempo porque apenas ela e nenhuma das outras categorias é separada.

Antes de refletir sobre o que significa, por exemplo, dizer que é primeiro com relação ao tempo o que existe separado, deve-se atentar ao local de inserção dessa reflexão e seu possível efeito na argumentação do capítulo.

À exposição bastante direta do modelo geral de “ser primeiro”, segue-se essa reflexão a respeito da polissemia de “primeiro”, que inclui em si a observação segundo a qual a substância é primeira em todos os sentidos listados. Talvez o primeiro impulso do leitor seja tomar esse texto como simples parêntese à caracterização inicial do ser primeiro. A substância foi apresentada no início de Z1 como ser primeiro, ao que se segue uma nota sobre os sentidos de “primeiro” contendo a atribuição da primazia à substância em todos os sentidos distinguidos. A função do parêntese seria, nesse caso, apenas garantir que a

substância, no modelo que acaba de ser descrito, corresponde ao ser primeiro em qualquer possível compreensão desse termo. Assim compreendida, no entanto, a observação semântica consiste em uma digressão difícil de justificar em um texto tão conciso quanto Z1. A inclusão de uma nota dessa natureza seria pouco razoável, sobretudo considerando que caberia antes uma observação capaz de fundamentar a identificação do particular com o substrato de propriedades.

A mesma objeção poderá ser aplicada a qualquer interpretação que não explique por que Aristóteles *precisa*, neste ponto do texto, introduzir a variedade de significados de “primeiro”. Diante do fato que a observação semântica sucede a exposição de uma compreensão do ser primeiro, o modo mais natural de integrá-la ao argumento geral é tomá-la como indicando uma insuficiência no modelo descrito na primeira parte de Z1. Caracterizada simplesmente como particular determinado e substrato, a substância é ser primeiro em um sentido de “primeiro”. No entanto, a nota de 1028^a31-^b2 faz ver que há, ainda outros sentidos a levar em conta¹.

Assim compreendida, a crítica encontrada na observação semântica não impõe a recusa do modelo apresentado, mas o seu reexame. A nota semântica mostra que a defesa do modelo na primeira parte de Z1 é insuficiente, não necessariamente que o próprio modelo é incorreto. O que fica claro, é que, para ser aceito, o modelo deve dar conta de uma complexidade à qual não se faz menção na sua apresentação inicial. A nota semântica é, antes de tudo, uma advertência à aceitação apressada do modelo de substância primeira descrito no início do capítulo.

O texto é excessivamente econômico para a determinação segura do sentido da prioridade com relação ao tempo. Contudo, a interpretação clássica, que vê nessa referência à noção de separação uma indicação da relação de dependência unilateral dos acidentes à substância, confere um sentido satisfatório ao texto. A prioridade quanto ao tempo seria,

¹ Na tradução, enfatizou-se na introdução da nota semântica de 1028^a31-^b2 uma nuance adversativa que pode ser identificada na conjunção de partículas $\mu\acute{\epsilon}\nu$ $\omicron\upsilon\upsilon$, que ocorre em 1028^a31. A mesma ênfase é dada na introdução de Angioni.

nesse caso, aquela atribuída à substância no modelo exposto no início de Z1. A substância seria “separada” porque pode existir sem cada um de seus acidentes em particular (ainda que não possa existir sem quaisquer acidentes), ao passo que estes não podem existir sem aquela¹. Assim compreendida, a prioridade com relação ao tempo corresponde ao tipo de prioridade que em outros textos é denominado “por natureza e substância” (κατὰ φύσιν καὶ οὐσίαν: Δ11, 1019^a1-4).

Esse tipo de prioridade não é suficiente para estabelecer os demais tipos de prioridade apresentados em Z1 (cf. Rapp, 1996 : p. 31-34). A prioridade por definição certamente não depende da prioridade por natureza (no âmbito da ciência aristotélica, pode-se dizer que, por consequência, o mesmo se aplica à prioridade segundo o conhecimento). A definição de círculo, por exemplo, não depende da definição de seus segmentos, ainda que o círculo não possa existir sem seus segmentos (que, por sua vez, podem existir sem o círculo) (cf. Z10, 1034^b24-25). O círculo, portanto, tem prioridade definitiva sobre seus segmentos, ao passo que estes têm prioridade natural sobre aquele².

2.1.4 A estrutura geral de Z1

Se, vendo na porção intermediária uma crítica ao modelo ontológico exposto no início de Z1 (ou antes advertência à sua aceitação irrefletida), pode-se integrar as duas primeiras porções do capítulo em um único argumento, resta ainda dar conta da porção final do texto.

¹ Isso não explica por que essa prioridade é dita ser “com relação ao tempo”, questão que será deixada em aberto. Ross (*ad loc.*) explica essa denominação dizendo que “aquilo que pode existir sem outras coisas ao passo que elas não podem existir sem ele pode naturalmente ser dito existir *antes* das outras coisas” (itálico meu). Wedin (2000 : p. 62, n.46) nota que essa formulação cobre relações de dependência que não se reduzem ao tipo existente entre acidente e substância (como aquela existente entre Alexandre e Felipe da Macedônia) e não dá conta da dependência que o acidente tem da substância *neste momento*. Sua sugestão (*Id.*: p. 61-2) é compreender o fator temporal como variável que pode ser instanciada por qualquer momento do tempo: em qualquer momento t , se x é acidente de y , x não pode existir em t sem y , ao passo que y pode existir sem x .

² Não por acaso, a distinção entre os dois tipos de prioridade pode ser identificada na história do argumento da “unidade focal” dos significados de “ser”. G. E. L. Owen (1960 : p. 170-72) comenta que, na *Ética Eudêmia*, Aristóteles fala de uma prioridade natural no âmbito dos sentidos de “bem” e “ser” sem extrair disso a unidade focal que, em Γ2, torna possível a ciência do ser. Aristóteles somente pôde estabelecer essa unidade depois de haver desenvolvido a noção de prioridade por definição.

O ponto decisivo para a integração dessa passagem com as demais em um argumento único é a inserção na linha de raciocínio até então desenvolvida da referência aos filósofos do passado. Como se viu, ela parece quebrar o argumento, vinculando a passagem do estudo do ser ao estudo da substância a partir de uma reflexão que não tem conexão com o que foi feito até então no capítulo.

Uma tentativa de inserir a parte final de Z1 à linha argumentativa desenvolvida nas duas anteriores poderia partir da inclusão da passagem do estudo do ser ao estudo da substância no âmbito da crítica ao modelo exposto na primeira parte que, de acordo com a hipótese enunciada acima, tem seu início na nota semântica de 1028^a31-^b2. Na proposta aqui apresentada, a parte intermediária de Z1 indica uma variedade de sentidos de “primeiro” da qual o modelo exposto não dá conta. A sugestão é ver a passagem do estudo do ser ao estudo da substância como decorrência dessa variedade e, então, procurar compreender de acordo com isso o contexto temporal de sua enunciação.

Nessa proposta, a conclusão exposta no início da última parte de Z1 segue-se, na verdade, do fato que a substância é ser primeiro em qualquer sentido de “primeiro”. O argumento do qual essa passagem é ponto alto seria aquele iniciado em 1028^a31, com a introdução dos diversos sentidos de “ser”.

O contexto temporal do parágrafo final pode, então, ser explicado da seguinte forma: Qualquer estudo do ser é um estudo da substância, uma vez que a substância é ser primeiro em todos os sentidos de “primeiro”. Em qualquer direção que se desenvolva o estudo do ser, chega-se a uma concepção de substância – como se percebe do fato que todos os que trataram do ser chegaram, de fato, a alguma concepção de substância. Os diferentes filósofos que se ocuparam dessa questão chegaram a resultados tão discrepantes, antes de mais nada, porque abordaram-na a partir de sentidos distintos de prioridade.

O contexto do enunciado da conclusão de Z1 seria, nesse caso, compreensível a partir do princípio exposto no início do livro α (cf. 993^a31-^b7), segundo o qual a verdade é parcialmente descoberta por cada indivíduo que a busca, surgindo como um todo do

cruzamento dos diversos resultados obtidos. Assim como os filósofos que levaram em conta apenas um dos quatro tipos de causa revelaram uma parte da verdade (e apenas uma parte), o mesmo ocorreria quando o ser primeiro é buscado a partir unicamente de um dos vários sentidos de “primeiro”.

A referência aos demais filósofos, além disso, reforçaria a crítica encontrada na parte anterior do capítulo, ao notar que concepções concorrentes do ser primeiro foram desenvolvidas a partir dos sentidos de “primeiro” que foram deixados a descoberto no modelo inicial. Isso deixaria claro que, para mostrar que a sua ontologia é a mais eficiente, Aristóteles precisaria levar em conta não um, mas os diversos sentidos de “primeiro”.

A enfática exortação final ao estudo da substância, nesse caso, indicaria ao mesmo tempo uma confirmação e uma correção do rumo a seguir pelo estudo proposto. Ela confirma o rumo que já era seguido pelo modelo apresentado no início do capítulo, a saber, buscar o ser primeiro. Ela indica uma correção na medida em que aponta para a consideração de sentidos de “primeiro” que não foram anteriormente levados em conta. Assim, ao afirmar “também a nós cabe investigar sobretudo, primeiramente e, por assim dizer, exclusivamente, a respeito do ser que é desse modo [como substância], o que é” (1028^b6-7), Aristóteles estaria dizendo algo como “nós vamos, *mais do que nunca*, estudar o ser primeiro, uma vez que vamos investigá-lo não apenas a partir de uma concepção de ‘primeiro’ (como antes), mas segundo todas elas”.

A respeito dessa proposta geral, deve-se notar alguns pontos. Em primeiro lugar, ela não se harmoniza bem com a identificação costumeira dos predecessores referidos no final de Z1 com os pré-socráticos. Ross (*ad loc.*), por exemplo, considera que as opiniões a respeito da substância listadas no parêntese de 1028^b4-6 (“isto [a substância], com efeito, é [1] o que alguns dizem ser um, outros, [2] mais de um e alguns dizem ser [2a] limitado, outros, [2b] ilimitado”) referem-se às posições, respectivamente, de milesianos e eleatas (1), de pitagóricos e de Empédocles (2a) e dos atomistas e Anaxágoras (2b).

Nada, no entanto, impõe limitar desse modo a referência aos predecessores¹. Os platônicos, por exemplo, contam-se naturalmente entre os filósofos para os quais a substância é mais de uma. A partir de críticas como a do terceiro homem, eles poderiam ser incluídos entre os que aceitam substâncias em número ilimitado.

Em segundo lugar, para que seja possível incluir o parágrafo final de Z1 na leitura proposta, é necessário encontrar um vínculo entre o pensamento dos filósofos referidos nesse parágrafo e os diversos sentidos de “primeiro” expostos na parte intermediária do capítulo. Não é, contudo, de todo claro em que medida esse vínculo pode ser estabelecido. O caso mais delicado é certamente a prioridade quanto à definição. Em *Notes on Zeta* (p. 5), por exemplo, comenta-se que esse tipo de prioridade é explicado em 1028^a35-6 “em termos tão inteiramente aristotélicos, que não parece haver ponto de contato com qualquer coisa na tradição”.

A respeito da afirmação de *Notes on Zeta*, pode-se dizer que, mesmo estando correta com relação aos termos da elucidação da prioridade quanto à definição (“é necessário que a definição da substância esteja contida na definição de cada coisa”), a conclusão quanto à sua absoluta falta de vínculo com a tradição parece excessiva. Em primeiro lugar, não é raro que Aristóteles descreva a partir de seu próprio vocabulário a posição dos demais filósofos (ou a posição com a qual acredita estarem eles comprometidos). Além disso, em diversas ocasiões Aristóteles atribui aos platônicos uma investigação que tem sua ênfase, de algum modo, nas definições (em A6, 987^b1-7 diz-se que Platão herda de Sócrates uma investigação περὶ ὀρισμῶν e em Λ1, 1069^a27-8 é dito que os platônicos tomam os universais como substâncias porque sua pesquisa é um λογικῶς ζητεῖν).

Não é, no entanto, fundamental que todos os sentidos de prioridade estejam representados na observação referente aos filósofos do passado. Basta que nela esteja contido ao menos um sentido que não é contemplado pelo modelo esboçado no início do capítulo, para que o parágrafo possa ser incluído na crítica sugerida pela nota semântica. A

¹ Bostock (*ad loc.*) suspeita da limitação da referência às posições dos pré-socráticos devido ao fato que a discussão de tais posições caberia à física, não à pesquisa que está sendo introduzida.

esse respeito, parece bastante claro que as investigações dos platônicos (talvez também a de outros, como os pitagóricos) sejam orientadas em geral por alguma compreensão do ser primeiro segundo a prioridade com relação ao conhecimento. Diferentes interpretações dessa concepção de prioridade podem ser identificadas na base dos raciocínios que levam a tomas como substância os limites do corpo, Idéias, seres matemáticos e assemelhados (cf. Z2, 1028^b16-27).

De resto, pode-se dizer que os físicos pré-socráticos tenham partido da mesma concepção de prioridade do modelo exposto no início do capítulo. Nesse caso, os problemas identificados no raciocínio dos predecessores mais antigos de Aristóteles reforçam a necessidade de rever o modelo inicial (a esse respeito, ver item II.3.1).

A leitura aqui sugerida impõe tomar o parágrafo final de Z1 como elíptico. Faltaria nele uma frase vinculando as posições dos diversos filósofos sobre o ser a diferentes concepções de prioridade. Ela permite, no entanto, reconstruir Z1 como uma argumentação unificada, com o objetivo de fundamentar o estudo que está sendo iniciado.

Cabe notar, por fim, que pesquisa assim introduzida é claramente um estudo sobre a οὐσία em uso monádico. O modelo inicial corresponde a uma concepção de que tipo de coisa é um ser primeiro e não do que fundamenta a existência desse tipo de ser. A advertência a respeito dos diversos sentidos de “primeiro” é, justamente, a indicação de um refinamento do modelo com vistas a determinar satisfatoriamente que tipo de coisa é um ser primeiro. A exortação do final do capítulo pode, portanto, ser tomada como anúncio de um estudo da οὐσία em uso monádico.

2.2 O âmbito da pesquisa de Z (Z2: de que o estudo da substância deve apontar uma causa ou explicação?)

Viu-se que Z1 pode ser lido como a proposta de revisão de um modelo sumariamente apresentado do que seja o ser primeiro. Mostra-se que a revisão é necessária a partir da

introdução de uma complexidade no sentido de “primeiro” da qual o modelo exposto não dá conta. Isso é reforçado através de uma referência aos filósofos que procuraram o ser primeiro a partir apenas de um dos sentidos de “primeiro”. A reflexão a respeito dos demais filósofos pode deixar claro, em primeiro lugar, que, partindo de sentidos de prioridade distintos daquele adotado pelo modelo exposto, pode-se dar conta de aspectos da substância que o modelo inicial não contempla. Além disso, essa reflexão mostraria também que qualquer abordagem do ser primeiro que não se baseie em todos os sentidos pertinentes de “primeiro” será parcial. A boa compreensão de ser primeiro deve surgir quando todos os tipos de prioridade estiverem contemplados.

De acordo com essa sugestão, a proposta esquematizada no início de *Z* é a de retomar o *explanandum* do modelo inicial e corrigir (ou complementar) o modelo esboçado para sua explicação a partir da consideração conjunta de todos os sentidos de prioridade. O exame do trabalho dos demais filósofos deve, nesse caso, revelar modos alternativos, ainda que parciais, de explicar isso que se pretendia explicar a partir do modelo inicial. Assim, isso que deve ser explicado pela pesquisa de *Z* deve, de algum modo, ser compartilhado pelos filósofos que Aristóteles menciona e pelo modelo apresentado no início de *Z1*. Deve, portanto, ser possível, a partir do cruzamento do modelo inicial com as referências aos demais filósofos, delimitar com precisão o que se pretende explicar na pesquisa de *Z* com a determinação do que é o ser primeiro.

Nas referências aos demais filósofos há claramente a indicação de um ponto de partida comum nas diversas observações acerca das coisas que “mais evidentemente são substâncias” ou “substâncias aceitas por todos”. O capítulo que mais explícita e diretamente se ocupa dos outros filósofos, *Z2*, inicia-se justamente com a exposição de uma lista de seres tomados como tal:

“Substância” parece ser atribuída de modo mais evidente aos corpos (por isso dizemos que os animais, as plantas e as suas partes são substâncias, assim como os corpos naturais como fogo, água, terra e cada coisa desse tipo, bem como tudo o que é parte dessas coisas ou constituída a partir delas, seja de

algumas delas ou de todas, como o universo físico e suas partes, estrelas, Lua e Sol). (1028^b8-13)

O mesmo conjunto de seres reaparece no início de H1, onde são ditas aceitas por todos as substâncias físicas, “por exemplo, o fogo, a terra, a água, o ar e os demais corpos simples e, em seguida, os vegetais e as suas partes, assim como os animais e as suas partes e, finalmente, o céu e as partes do céu” (1042^a6-11).

É comum a opinião segundo a qual os exemplos fornecidos representam uma concepção popular e não filosófica a respeito da substância (cf. Ross, 1924 : v. II, p. 218; *Notes on Zeta* : p. 7). É pouco provável, no entanto, que essa interpretação seja capaz de explicar as diversas referências às “substâncias aceitas”. Em primeiro lugar, tudo indica que Aristóteles recorra a tais referências para apresentar doutrinas filosóficas e não impressões populares. Somente por representar algo que, de algum modo, é consenso entre os filósofos, o contraste com as “substâncias aceitas por todos” pode mostrar o que há de filosoficamente peculiar na posição dos que supõem serem substâncias as Idéias e os seres matemáticos, contraste que se vê em Z2, 1028^b16 e, de modo ainda mais explícito, em H1, 1042^a6-12. De fato, como notam Frede e Patzig (*ad* 1028^b8), o próprio conceito de οὐσία é de natureza filosófica e não popular.

Além disso, as referências de Aristóteles às “substâncias geralmente aceitas”, ainda que ocorram no âmbito de uma caracterização não suficientemente elaborada da substância, não indicam uma concepção simplesmente grosseira a ser superada tão logo quanto possível. Aristóteles recorre às “substâncias aceitas” não apenas para caracterizar o ponto de partida da pesquisa (Z2, 1028^b8-13), mas também para balizar a investigação em andamento (Z3, 1029a33-34) e para apresentar os resultados de Z em H1 (1042^a24-25), texto em que Aristóteles não teria nenhuma razão para caracterizar as substâncias sensíveis como “substâncias aceitas em geral”, se essa expressão designasse uma concepção popular que já teria sido superada ao fim de Z. Não parece, portanto, que as referências em questão indiquem algo a ser brevemente descartado. Ao contrário, tudo indica haver antes a intenção de sinalizar algo a ser mantido ou assegurado por meio do desenvolvimento da pesquisa, algo que não se deve perder de vista para que a investigação não perca seu rumo.

No entanto, não é evidente qual seja o acordo identificado nessas inequívocas referências a seres sensíveis. Parece haver inúmeras maneiras de mostrar a partir dos textos de Aristóteles que é simplesmente falso dizer do conjunto de exemplos citado acima que ele representa substâncias ὁμολογούμεναι ... ὑπὸ πάντων, aceitas por todos (H1, 1042^a6). Que esses exemplos em conjunto correspondam a seres cuja substancialidade está acima de qualquer dúvida não seria aceito nem pelos antigos físicos nem pelos platônicos nem pelo próprio Aristóteles. Para não se afastar do contexto desse tipo de afirmação, basta notar que, em Z2, o mesmo conjunto de exemplos, após ser identificado como grupo de coisas às quais “ ‘substância’ parece ser atribuída de modo mais evidente” (1028^b8), é dito estar aberto a um exame cuja conclusão pode vir a negar a substancialidade até mesmo de todos os itens referidos (1028^b13-15).

A clara perspectiva de um reexame da substancialidade dos seres em questão não parece poder conjugar-se com a idéia de um acordo geral expresso a partir das “substâncias aceitas”, a não ser através da adoção de uma distinção entre um sentido amplo e outro restrito de “substância”. Como notam Frede e Patzig (*ad* 1028^b8), os exemplos não representam necessariamente casos de substâncias “por excelência”. Platão, Aristóteles e os pré-socráticos podem todos concordar que os exemplos citados sejam *em alguma medida* substâncias, discordando a respeito do grau de substancialidade atribuído a cada um dos itens referidos. Assim, mesmo que esteja assegurado desde o início da investigação que os exemplos fornecidos são substâncias, permanece aberta a possibilidade de se descobrir outro tipo de ser que corresponda sozinho à substância em sentido mais rigoroso. Explica-se também desse modo a aparente discrepância entre a caracterização das substâncias ditas aceitas por todos e as exposições de Aristóteles das opiniões dos filósofos a respeito do assunto.

Sem esquecer a questão a respeito dos graus de substancialidade, pode-se cruzar esse conjunto de “substâncias aceitas” com o modelo de “ser primeiro” apresentado no início de Z1. Se a introdução das opiniões dos demais filósofos na discussão tem, de fato, o papel de auxiliar na correção daquele modelo, então o acordo entre todos que é indicado através das

“substâncias aceitas” deve corresponder a um terreno comum compartilhado pelos filósofos em questão que está, também, na base do modelo de Z1.

No modelo exposto no início de Z1, o ser primeiro era caracterizado como particular determinado e de existência independente. Ele é também dito ser substrato dos demais seres (como qualidades, quantidades e afecções), que dele dependem para existir. Agora, todos os itens da lista de “substâncias aceitas”, *de um modo ou outro*, podem ser tomados como correspondendo a essa caracterização sumária. Os animais e suas partes, assim como os elementos, as estrelas, a Lua e o Sol são todos seres sensíveis que permanecem idênticos a eles próprios quando alteram-se suas qualidades, quantidades e assemelhados.

É preciso tomar alguns cuidados, quando se toma em conjunto o modelo de Z1 com a lista de substâncias aceitas de Z2 e H1. É necessário, sobretudo, lembrar que os itens listados são tomados como substância em alguma acepção do termo, permanecendo em aberto se essa acepção corresponde ou não à mais rigorosa. Pode ser o caso que nenhum dos itens listados ou apenas alguns deles qualifiquem-se como substâncias em sentido estrito. Na medida em que as substâncias aceitas são tomadas como tal a partir do modelo de Z1, deve-se concluir que apenas no caso de nenhum dos itens listados qualificar-se como substância em sentido estrito será necessário tomar o modelo como descrevendo unicamente o sentido amplo de substância. De outro modo, o modelo poderia cobrir tanto o sentido amplo de οὐσία quanto o restrito (bastando, neste último caso, que o modelo receba as qualificações necessárias). De resto, o próprio modelo sugere um modo de aceitar substâncias em graus distintos: o homem particular, que é substrato último do caminhar, é ser primeiro, ao passo que o caminhante, mesmo não correspondendo ao ser primeiro, é mais ser do que o caminhar.

Assim, o que há de comum nos exemplos “consensuais” de substâncias fornecidos em Z2/H1 é o fato que todos, em um sentido ou outro, são sujeitos de mudança¹. Se os animais

¹ Essa interpretação do caráter distintivo das substâncias aceitas encontra também apoio em outros textos, dos quais cabe citar, em primeiro lugar, Δ8, 1017^b10-14, onde se afirma que os itens pertencentes a uma lista análoga à de Z2/H1 são ditos substâncias por serem substratos dos seres de outras naturezas. Também em *Fis.* II 1, é dito de seres pertencentes a uma lista semelhante que “todas essas coisas [a saber, os animais e suas partes,

são sujeitos de mudança por serem eles próprios acidentes de seus elementos constituintes, se as partes dos animais são sujeitos de mudança unicamente na medida em que estão neles estruturalmente incluídos ou se o que há de compreensível nesses seres é apenas a Idéia separada do mundo sensível e preservada da mudança, todas estas são questões subseqüentes, uma vez que se tenha aceito as condições mínimas da descrição do mundo sensível, a saber uma vez que se tenha aceito a distinção entre a substância e o que lhe ocorre (os acidentes, no vocabulário de Aristóteles). Desse modo, provavelmente a expressão mais precisa do acordo de partida seja a mais curta: as substâncias aceitas em geral são aquelas sensíveis (H1, 1042^a24-26), sem que se tenha determinado quais coisas em particular são substâncias em sentido mais estrito nem qual o fundamento de sua substancialidade.

Se não há muitas dúvidas que, assim descrito, há de fato um acordo entre Aristóteles e a maioria de seus predecessores mais antigos, o mesmo não é tão claro com relação à inclusão dos platônicos no âmbito desse acordo geral. Com efeito, Aristóteles atribui a Platão o assentimento à opinião de Heráclito segundo a qual o conhecimento do mundo sensível *enquanto tal* é impossível (A6, 987^a29-^b1; M4, 1078^b12-17). No entanto, a procura da realidade fundamental fora do mundo sensível em Platão ocorre unicamente a partir da pretensão de compreender essa realidade das coisas sensíveis (entendida, nessa perspectiva, como realidade em sentido derivado¹). Por essa razão, a primeira crítica de Aristóteles à teoria das Idéias em A9 reza que, *tentando explicar os seres deste mundo*, Platão teria suposto outros seres em número igual ou maior (990^a34-^b5).

os vegetais e os corpos simples : cf. 192^b9-11] são substâncias: com efeito, elas são um substrato e a natureza existe sempre em um substrato” (192^b33-34). Encontra-se ainda em *De Caelo* III 1, 298^a29-32 uma lista semelhante de “substâncias”. Lá, corpos simples, o universo, animais, plantas e suas partes são caracterizados como substâncias em oposição às suas afecções (πάθη) e funções (ἔργα), ou seja àquilo cuja existência depende deles.

¹ Nos textos em que Aristóteles refere-se à teoria das Idéias a necessidade dessa qualificação é freqüentemente evidente. Em Z8, 1033^b26-28, por exemplo, Aristóteles afirma que as Idéias não são nada úteis com relação às substâncias. Ainda que o termo “substância” tenha sido empregado sem adição de qualquer qualificação, é bastante claro que ele deve ser compreendido como dizendo respeito à substância sensível *em oposição* a outro tipo de substância (as Idéias).

A capacidade de explicar a mudança e a realidade das coisas sensíveis é, na verdade, o critério mais decisivo na avaliação da teoria das Idéias. O problema dito ser o mais difícil de todos para a teoria das Idéias é o fato que, para as coisas sensíveis (tanto para as eternas quanto para as submetidas a geração e corrupção), nada se segue da suposição das Idéias, que não podem ser causa nem de movimento nem de qualquer mudança nelas (A9, 991^a9-11; M5, 1079^b12-15). A força dessa crítica não está no fato que Platão teria respondido de forma errada a pergunta “*quais* coisas são substâncias?” nem que seria equivocado derivar a realidade sensível de uma realidade diferente e mais fundamental. Se a crítica é eficiente, é porque indica que a teoria não é capaz de explicar algo que deveria, a saber, a realidade das coisas sensíveis.

O objetivo da pesquisa não é explicar como algo muda (o que seria tarefa da física), mas de que modo algo que muda é um ser¹. Aceita-se que isso que muda tem prioridade ontológica diante disso em relação ao que ele muda, mas isso pode não ser suficiente para concluir que ele seja primeiro em sentido absoluto. Levando em conta sobretudo a prioridade quanto ao conhecimento, os platônicos concluem que a existência das Idéias separadas explica a existência dos particulares que são sujeitos de mudança de modo mais eficiente do que supor que os próprios particulares sejam substâncias. A hipótese geral a ser defendida por Aristóteles corresponde àquela apresentada no modelo inicial, de acordo com a qual os particulares que são sujeitos de mudança são, eles próprios, substâncias. Essa hipótese deverá, no entanto, receber as qualificações exigidas pela complexidade da noção de “primeiro”.

¹ Não há necessariamente conflito entre a idéia segundo a qual a explicação do ser dos seres sensíveis seja o objetivo fundamental de Z e as passagens (como Z11, 1037^a10-17) que parecem identificar um tal estudo como sendo preliminar ao estudo da substância não-sensível e que, por essa razão, são tomadas como adições tardias por Jaeger ([1923] 1997 : p. 211). O exposto até aqui não impõe qualquer ordem de prioridade entre os estudos da substância sensível e da substância não-sensível. Não é necessário aqui determinar se este é realizado com vistas a contribuir para o desenvolvimento daquele ou vice-versa. A única condição que se impõe quanto à substância não-sensível diz respeito à coerência com esse objetivo inicial: não se pode supor a existência de qualquer substância não-sensível cuja natureza dificulte (como no caso das Idéias separadas) a explicação da existência dos seres sensíveis.

Pode-se, portanto, compreender o debate de fundo sobre o qual desenvolve-se a pesquisa do livro Z como dizendo respeito à οὐσία em uso monádico. Esse parece ser o modo mais satisfatório de dar conta das indicações (coligidas na seção I.4) do interesse de Z na revisão da extensão do conceito de οὐσία em uso monádico e, sobretudo, das referências de Z aos demais filósofos. Somente compreendendo Z como uma discussão a respeito do uso monádico de οὐσία é possível incluir de fato na pesquisa o debate com predecessores e antagonistas. A esse respeito pode-se atribuir à noção de “substâncias aceitas” o papel de unificar o debate em torno de um terreno comum, indicando o *explanandum* da pesquisa.

2.3 A revisão do modelo inicial

A necessidade da revisão do modelo inicial de Z1 torna-se evidente quando se percebe que o tipo de prioridade na qual ele está baseado (a prioridade “por natureza”) pode ser indistintamente satisfeito por qualquer um dos itens do conjunto de “substâncias aceitas”, sendo insuficiente para fundamentar uma teoria do ser primeiro. Essa concepção de prioridade, em isolado, não permite realizar o exame anunciado da extensão do conceito de οὐσία em uso monádico. Mais do que isso, se ela pode ser aplicada a todas as “substâncias aceitas”, não pode surgir dela uma concepção consistente de substância em sentido estrito. Na lista de substâncias aceitas, afinal, há itens que, tomadas conjuntamente como substâncias no mesmo sentido, geram conflitos. Isso é particularmente perceptível no caso em que se procura conjuntamente tomar como substâncias os constituintes e as coisas deles constituídos. As partes dos animais, por exemplo, não podem ser substâncias do mesmo modo que os próprios animais.

Além disso, quando se procura explicar os processos de geração unicamente a partir da prioridade natural, conclui-se que a substância é o substrato que preexiste à geração. A terra da qual é constituída a carne do homem existe antes da sua transformação em carne e torna a existir independentemente após a dissolução do corpo humano. Pode-se, portanto, concluir que a terra existe sem o homem, ao passo que o homem não existe sem a terra.

Não se pode evitar esse tipo de conseqüência quando a natureza do ser mutável é examinada unicamente a partir da chamada prioridade natural. Explicar a existência do homem a partir desse modelo resulta em reduzi-lo a um acidente do seu substrato. Ser homem e ser branco, nesse registro, serão predicados da mesma natureza.

No limite, esse modo de conceber o ser mutável pode tornar incompreensível a mudança. Mesmo supondo um substrato imutável na base de todas as mudanças, a descrição da mudança deverá lançar mão de um tipo de prioridade que não pode ser reduzido à prioridade por natureza. Para dizer que algo é substrato de mudança é necessário dizer que ele é *algo* que não muda à medida em que se alteram as suas propriedades ordinárias, o que supõe uma distinção entre a atribuição comum e a atribuição que enuncia o que algo é. Para dizer que a terra é o substrato que ganha a qualidade de “ser homem”, é necessário tomar a atribuição “é terra” como sendo de natureza diferente da atribuição “é homem”.

Desse modo, um filósofo empenhado em explicar a existência dos seres mutáveis unicamente a partir da prioridade natural estaria raciocinando a partir de um princípio que pode ser coerente com o que se deseja explicar mas, tomando-o em isolado, o resultado seria obscurecedor. Esse é precisamente o projeto dos físicos pré-socráticos que, como dito na genealogia dos quatro tipos de causa do livro A, não atribuíram uma causa ao *o que é* (A8, 988^b28-29). Esses filósofos não incluíram a definição do homem na explicação da sua existência (como ele é e o que lhe sucede), apelando unicamente ao substrato material¹.

¹ Pode-se ter uma descrição do tipo de explicação resultante a partir do modelo geral da física pré-socrática apresentado em *Física I*. O ponto de partida do raciocínio desses filósofos é o princípio segundo o qual “nada surge do nada” (I 4, 187^a27-29) e a compreensão da mudança como passagem de um contrário a outro (I 5, 188^b25). De um modo geral, resulta do cruzamento dessas duas teses uma caracterização da mudança como efeito da ação de um par de contrários arbitrariamente escolhido sobre um ou mais substratos (I 5, 188^b26 ss.). Aristóteles compreende que essa descrição inicial contenha em si um princípio de inteligibilidade da mudança que ele deseja preservar. Os contrários são mantidos no modelo aristotélico, mas em geral e não a partir de um ou mais pares específicos de contrários (I 5, 188^b35-89^a2). O raciocínio fundamental é que não pode ser o caso que qualquer coisa venha a ser a partir de qualquer outra coisa. Algo que vem a ser *x* não vem a ser a partir de qualquer coisa diferente de *x*, mas a partir do que *não é x*. Assim, se branco vem a ser músico, ele não vem a ser a partir do branco, mas do não-músico. Além disso, também o substrato é mantido, ainda que com qualificações importantes: ele não é *algo* diferente dos contrários. Ele ora é um dos contrários, ora outro (I 7, 190^a13-16).

Aristóteles identifica nas propostas dos pré-socráticos um projeto ingênuo, ainda que bem intencionado, que, por negligenciar a definição disso que muda, é vulnerável a inúmeras dificuldades. A explicação do vir a ser, como se lê no livro Γ da *Metafísica*, é, de fato, causa de diversas aporias no raciocínio dos pré-socráticos (cf. 1009^a18-30).

Precisamente no livro Γ, onde Aristóteles está empenhado em eliminar incoerências surgidas da confusão de um raciocínio bem intencionado, há uma defesa da noção de substância compreendida segundo a prioridade da definição que parte justamente de algo que os pré-socráticos pretendem preservar: a distinção entre o que muda e isso segundo o que ele muda, o que, no vocabulário aristotélico corresponde à distinção entre substância e acidente¹. Uma vez que a defesa da prioridade segundo a definição tem um papel fundamental em Z, convém examinar com algum cuidado o argumento exposto em Γ.

2.3.1 *Descrição da mudança e essência*

Na medida em que se ocupa com os princípios de toda pesquisa em geral, o livro Γ não pode supor as teses da ontologia aristotélica. Ao contrário, a possibilidade de uma ontologia depende do bom estabelecimento dos resultados de Γ. O momento decisivo dessa investigação sobre os princípios fundamentais é a defesa do princípio de não-contradição a partir do argumento de Γ4 1006^a11-7^a20. Neste texto, Aristóteles apresenta a distinção entre ter **um** significado e significar *de* algo (respectivamente, σημαίνειν ἔν e σημαίνειν καθ' ἐνός), a partir da qual será possível opor a atribuição definitiva à atribuição em geral.

Essa defesa, ainda que deixe clara a oportunidade do desenvolvimento de uma ontologia, não apela nem se limita nas suas pretensões a um tal estudo. Ela supõe unicamente a delimitação do significado (sem supor um modo particular de determinação do ser) e seu objetivo é tão amplo quanto a significação em geral. No entanto, após a

¹ Não é necessário ver em todas as ocorrências da distinção entre substância e acidente um vínculo com o contexto da explicação da mudança. Nas obras de caráter lógico ela pode, normalmente, ser compreendida como distinção entre sujeito e atributo. Essa última distinção, no entanto, é, ela própria, necessária à descrição da mudança.

exposição do argumento fundamental, Aristóteles introduz as noções de οὐσία e συμβεβηκός, para elaborar um argumento acessório (1007^a20-^b18) que reforça, a partir dos fundamentos do estudo do ser, o que fora obtido a partir da noção de significação.

No ponto de partida do novo argumento há a exposição de uma conseqüência do discurso do negador do princípio de não-contradição: ele destrói substância e essência, seguindo-se disso que tudo passa a ser dito por acidente. De acordo com a conclusão, se algo significa a substância, então não é possível predicar conjuntamente os contraditórios (1007^b16-17). Aqui é de interesse especialmente a primeira parte. “Tudo é dito por acidente” é uma conseqüência que ninguém interessado em explicar a mudança nos seres sensíveis deseja aceitar. Quando, na porção inicial do argumento, fica evidente que essa conseqüência decorre da desconsideração da predicação de essência (predicação impossível ao negador do princípio), tem-se um argumento para corrigir os rumos dos que pretenderam explicar a mudança sem considerar a essência.

A parte do texto na qual esse ponto é desenvolvido é a seguinte:

E, em geral, os que dizem isso destroem a substância e a essência. Com efeito, é para eles necessário dizer que tudo é acidente e que não existe o que é precisamente “ser homem” ou “ser animal”. Pois, [A] se o que é precisamente “ser homem” é algo, isso não é “ser não-homem” ou “não ser homem” (contudo, essas são as suas negações). Era um o que era significado e isso era a substância de algo. E [B] significar a substância é significar que não é diferente o ser da própria coisa. Mas, [C] se o que é precisamente “ser homem” fosse idêntico ao que é precisamente “ser não-homem” ou ao que é precisamente “não ser homem”, nesse caso [o seu ser] seria outro, de modo que lhes é necessário dizer que não há um tal enunciado, mas que tudo é dito segundo acidente. Com efeito, por meio disto distinguem-se a substância e o acidente: [D] o branco ocorre como acidente ao homem porque [o homem] é branco, mas não porque é precisamente o que é o branco. Mas, [E] se tudo é dito segundo acidente, não haverá nada primeiro ao qual se

atribui, se [F] o acidente significa sempre a predicção a um certo substrato. (Γ4, 1007^a20 –^b1)¹

O ponto de partida da prova é o fato que “ser homem” não é idêntico (a) a “ser não-homem” e (b) a “não ser homem”. A diferença entre (a) e (b), entre “ser não-*x*” e “não ser *x*”, diz respeito ao quanto é suposto em cada uma das negações. Se, como esclarece *Primeiros Analíticos* I 46, apenas “não ser *x*” corresponde à contraditória de “ser *x*” (51^b8-10), isso é porque “ser não-*x*” comporta uma determinação que excede a negação de “ser *x*”. Na contraditória genuína, é dito unicamente que “não é *x*”, ao passo que na negação da forma “ser não-*x*” é dito adicionalmente que “é algo que não é *x*”. A operação lógica que ocorre no primeiro caso permanece exclusivamente no âmbito do predicado, enquanto aquela que ocorre no segundo implica a suposição de um termo *y* diferente de *x* que ocupa posição de sujeito. Ao contrário do que ocorre com a contraditória genuína, em “é não-*x*” “há algo subjacente” (ὕποκειταιί τι, 51^b26). Assim, o argumento examinado parte do fato que “ser homem” não é idêntico a (a) *algo* que não é homem nem (b) à mera negação de “ser homem”.

Esse ponto de partida corresponde a um resultado que fora estabelecido na etapa anterior do argumento, cujo núcleo está contido na seguinte frase: “Mas se [1] “homem” e “não-homem” não têm significados diferentes, é evidente que também [2] “não ser homem” não significará diferentemente de “ser homem”, de modo que [3] “ser homem” será “ser não-homem”. Serão um, com efeito.” (1006^b22-25)² Nesse texto, há uma seqüência de indistinções que mantêm entre si relações de implicação. Discernir o sentido dessas

¹ ὅλως δ' ἀναιροῦσιν οἱ τοῦτο λέγοντες οὐσίαν καὶ τὸ τί ἦν εἶναι. πάντα γὰρ ἀνάγκη συμβεβηκέναι φάσκειν αὐτοῖς, καὶ τὸ ὅπερ ἀνθρώπων εἶναι ἢ ζῴων εἶναι μὴ εἶναι. εἰ γὰρ ἔσται τι ὅπερ ἀνθρώπων εἶναι, τοῦτο οὐκ ἔσται μὴ ἀνθρώπων εἶναι ἢ μὴ εἶναι ἀνθρώπων (καίτοι αὐταὶ ἀποφάσεις τούτου). ἔν γὰρ ἦν ὁ ἐσήμαινε, καὶ ἦν τοῦτό τις οὐσία. τὸ δ' οὐσίαν σημαίνειν ἔστιν ὅτι οὐκ ἄλλο τι τὸ εἶναι αὐτῶ. εἰ δ' ἔσται αὐτῶ τὸ ὅπερ ἀνθρώπων εἶναι ἢ ὅπερ μὴ ἀνθρώπων εἶναι ἢ ὅπερ μὴ εἶναι ἀνθρώπων, ἄλλο ἔσται, ὥστ' ἀναγκαῖον αὐτοῖς λέγειν ὅτι οὐθενὸς ἔσται τοιοῦτος λόγος, ἀλλὰ πάντα κατὰ συμβεβηκός· τούτῳ γὰρ διώρισται οὐσία καὶ τὸ συμβεβηκός· τὸ τὰρ λευκὸν τῷ ἀθρώπων συμβέβηκεν ὅτι ἔστι μὲν λευκός ἀλλ' οὐχ ὅπερ λευκόν. εἰ δὲ πάντα κατὰ συμβεβηκός λέγεται, οὐθέν ἔσται πρῶτον τὸ καθ' οὔ, εἰ ἀεὶ τὸ συμβεβηκός καθ' ὑποκειμένου τινὸς σημαίνει τὴν κατηγορίαν.

² εἰ δὲ μὴ σημαίνει ἕτερον τὸ ἀνθρωπος καὶ τὸ μὴ ἀνθρωπος, δῆλον ὅτι καὶ τὸ μὴ εἶναι ἀνθρώπων τοῦ εἶναι ἀνθρώπων, ὥστ' ἔσται τὸ ἀνθρώπων μὴ ἀνθρώπων εἶναι· ἔν γὰρ ἔσται.

implicações é fundamental para a compreensão da argumentação. A estrutura que deve ser reconstruída é assim apresentada: se [1], é evidente que [2], de modo que [3] (εἰ [1] δῆλον ὅτι [2] ὥστε [3]). A relação expressa por “é evidente que” é diferente daquela expressa por “de modo que”. Se, de [1], é evidente que [2], isso é porque [2] é *condição* de [1], ao passo que ὥστε introduz inequivocamente [3] como consequência de [2].

A partir da distinção entre “ser não-*x*” e “não ser *x*”, tal como exposta nos *Primeiros Analíticos*, a relação entre [1] e [2] pode ser reconstituída do seguinte modo: Para que “homem” e “não-homem”, ou seja, para que “homem” e algo que não é homem, digamos, o “branco” não sejam diferentes, é necessário, em primeiro lugar, que o sentido de “homem” não seja delimitado de modo a excluir de seu âmbito de aplicação o que não é homem. Mas tudo o que cai sob a descrição do que não é homem satisfaz a condição de “não ser homem”, ao passo que tudo o que é homem satisfaz a condição de “ser homem”. É, portanto, necessário, que “ser homem” e “não ser homem” não sejam diferentes. Em outras palavras, para que algo que é homem não seja diferente de algo que não é homem, é necessário haver a indistinção entre o sentido de homem e a sua negação.

Ora, mas essa indistinção tem como consequência a indistinção [3] entre “ser homem” e “ser não-homem”, ou seja, entre o sentido da expressão que designa algo que é homem e o sentido de uma expressão qualquer (digamos, “branco”) que designa algo que é não-homem. Esse resultado segue-se diretamente de algo que fora demonstrado um pouco antes:

Não é possível que “ser homem” signifique o que precisamente não é homem, se “homem” significa não apenas de um algo, mas também tem um significado (pois não julgamos que “ter um significado” seja isto: “significar de um algo”, uma vez que assim “músico”, “branco” e “homem” teriam um significado, de modo que tudo seria um: tudo seria sinônimo, com efeito). (Γ4, 1006^b13-18)¹

¹ οὐ δὴ ἐνδέχεται τὸ ἀνθρώπῳ εἶναι σημαίνειν ὅπερ ἀνθρώπῳ μὴ εἶναι, εἰ τὸ ἀνθρώπος σημαίνει μὴ μόνον καθ' ἑνός, ἀλλὰ καὶ ἓν (οὐ γὰρ τοῦτο ἀξιούμεν τὸ ἐν σημαίνειν, τὸ

Esse texto deixa claro que a distinção [2], entre os significados de “homem” e de sua negação, depende da distinção entre “ter um significado” e “significar de um algo” (respectivamente, σημαίνειν ἔν e σημαίνειν καθ' ἑνός).

Argumentei em outra oportunidade que essa distinção opõe a delimitação do âmbito de significação, tal como ocorre no estabelecimento de uma definição, à mera atribuição¹. Assim, para um termo, ter um significado é dispor de uma definição correspondente, enquanto significar de um algo é apenas ser atribuído como predicado. Se não se dispõe da distinção entre definição de sentido e mera atribuição, qualquer atribuição pode ser tomada como definição. De “homem é branco” seguir-se-ia, então, que “homem é uma certa cor”. No limite, o resultado dessa indistinção seria o colapso da linguagem na completa sinonímia. Nesse caso, 1006^b13-18 mostra que a distinção entre delimitação de sentido e mera atribuição, da qual depende a distinção entre o significado de “homem” e sua negação, implica também a distinção entre “homem” e tudo o que lhe é atribuído como mero predicado (“músico” e “branco”, por exemplo). Se, portanto, “homem” tem um sentido delimitado, seu significado é diferente de sua negação e diferente do significado do que é não-homem. Assim, de [2] segue-se [3].

O argumento de 1007^a20-^b1 reinterpreta esse resultado a partir das noções de substância e acidente e da idéia de subjacência, a partir da qual são distinguidas essas duas noções. O seu ponto de partida [A] supõe cada uma dessas etapas, na medida em que toma como dado que “ser homem” não é idêntico a “ser não-homem” e a “não ser homem”. As noções que tornam esse novo argumento diferente do anterior ocorrem no seguinte conjunto de afirmações:

A substância corresponde àquilo que não é diferente de seu próprio ser [B].

Se y é acidente de x , y ocorre em x , mas x não é precisamente o que y é [D].

καθ' ἑνός, ἐπεὶ οὕτω γε κἂν τὸ μουσικὸν καὶ τὸ λευκὸν καὶ τὸ ἄνθρωπος ἔν ἐσήμαινεν, ὥστε ἔν ἅπαντα ἔσται· συνώνυμα γάρ).

¹ Tema de minha dissertação de mestrado (2003), cujo argumento principal encontra-se publicado em Zillig, 2007b.

O acidente significa sempre a predicação a um certo substrato [F].

A substância é algo *primeiro* ao qual é atribuído o acidente [E].

Os termos que designam as substâncias e os acidentes supõem a delimitação dos seus significados (nos dois casos, eles devem ter um significado). Um termo que designa um acidente, na medida em que é atribuído, significa também *de* algo. Essa regra geral já estabelecida faz parecer que a frase [D] apenas rememora o que fora mostrado a partir da distinção entre ter um significado e significar *de* um algo. É a noção de substrato que dá novo sentido a esse resultado. Segue-se de sua introdução que, ao contrário de um termo que designa uma substância, um termo que designa um acidente inclui na delimitação de seu significado uma relação particular a uma substância que é substrato do acidente designado. Essa é uma novidade com relação ao argumento puramente semântico. A partir da introdução da noção de substrato, o argumento adquire, além da dimensão lógico-semântica, um aspecto ontológico. Ao mesmo tempo em que se trata das condições de definição de um determinado termo, trata-se também das condições sem as quais o ser designado pelo termo em questão não pode existir.

A noção de substrato permite compreender a apresentação do termo substância em [B]. Uma vez que a substância não é atribuída a um substrato [E], sua definição não faz referência a nada diferente dela própria (ao contrário do que ocorre na definição de um acidente [F]).

A partir desse novo conjunto de conceitos, o argumento mostra que os negadores do princípio de não-contradição¹ não podem manter a distinção entre substância e acidente. Isso é feito por recurso explícito aos resultados da etapa anterior. Se eles não podem manter as distinções introduzidas em [A] e que foram estabelecidas a partir unicamente da pretensão de significar algo, então a definição de uma substância torna-se impossível (tal como dito em [C]). Como fora anteriormente mostrado, se “homem” não é distinto de “não-homem”, na medida em que algo que não é homem é atribuído a homem, a delimitação do

¹ Ou (o que, como demonstra o argumento, resulta no mesmo) os que, ao serem perguntados “o que é *x*”, não fornecem uma resposta que signifique unicamente o que é *x*.

significado do não-homem poderá ser igualmente atribuída a homem. Nesse caso, de “homem é branco” tem-se que “homem é uma certa cor” e, por conseguinte, que homem não é idêntico a seu próprio ser.

Uma vez que o negador do princípio de não-contradição não pode distinguir o ser de x do ser de algo que é meramente atribuído a x , ele não pode distinguir substância de acidente. O argumento mostra, por essa via, que é vão tentar explicar a existência submetida à mudança dos seres sensíveis sem atentar à essência desses seres. No contexto de uma crítica aos físicos pré-socráticos, o argumento não pretende apresentar uma refutação, mas eliminar uma confusão. Não se trata de estabelecer um ponto que o físico recusa, mas que não distingue com precisão. Ao mostrar que a distinção entre substância e acidente não pode ser mantida sem a noção de essência (ou seja, sem a identidade entre x e o que é x no caso da substância), Aristóteles está sugerindo que o raciocínio dos físicos pode ter-se perdido em confusões ao não considerar *o que é* o homem na explicação da existência sensível do homem.

Pode-se encontrar nesse argumento a fundamentação do segundo tipo de prioridade atribuído à substância em Z1, aquela por definição. Se o ser da substância não inclui referência a nada distinto dela, ao passo que o ser dos acidentes inclui, então a substância é primeira em relação à definição (e, por extensão, ao conhecimento). Pode-se, portanto, considerar que a prioridade por natureza é moeda corrente entre todos os que tratam ou trataram do ser (a saber, do ser mutável) e que a prioridade por definição é defendida em um texto que antecede logicamente a pesquisa de Z.

3. O SUBSTRATO DE MUDANÇA É SUBSTÂNCIA? (RECONSTRUÇÃO DE Z3)

No capítulo anterior, procurou-se mostrar que é possível encontrar em Z1 e 2 a apresentação de uma proposta de investigação acerca da οὐσία em uso monádico que seja compatível com uma interpretação do tipo “causal irrestrita”. Argumentou-se que se pode retirar dos dois capítulos em conjunto a proposta de explicar o ser dos seres mutáveis a partir da caracterização de algo que existe por si. O plano de fundo da pesquisa seria uma disputa entre ontologias rivais, que deve ser vencida pela proposta com maior capacidade de explicar o ser das coisas mutáveis. De acordo com uma dessas ontologias, a dos físicos materialistas, os seres que de fato existem por si (as οὐσίαι) são as porções mais simples de matéria, a partir de cuja composição deve ser explicada a existência de todos os demais seres mutáveis. Outra proposta, a dos platônicos, sugere que os únicos seres verdadeiramente independentes estão fora da realidade mutável, tentando explicar o ser do mundo sensível a partir de sua dependência em relação a essa realidade mais fundamental. A alternativa de Aristóteles (condensada no início de Z1) busca tomar como οὐσίαι os seres particulares que são substratos de propriedades. Assim caracterizada, no entanto, essa proposta está sujeita às mesmas críticas aplicadas à ontologia materialista dos físicos pré-socráticos. Compreendida como “particular substrato”, a οὐσία é ser primeiro unicamente no sentido da prioridade segundo o tempo (ou natureza), ou seja, como ser que é primeiro por poder existir sem os demais, não sendo verdadeiro o inverso. Compreendida apenas a partir deste sentido de prioridade, a οὐσία pode ser identificada com a matéria da qual as

demais coisas são constituídas. É preciso, portanto, levar também em conta as prioridades segundo o conhecimento e a definição, que estão no centro da proposta platônica.

Uma vez tendo mostrado que esse projeto pode ser identificado na introdução de *Z*, é necessário verificar se sua consecução é, de fato, encontrada no restante do livro. Para tanto é fundamental um exame cuidadoso de *Z3*, texto que efetivamente dá início à pesquisa. Trata-se de um capítulo-chave para as questões de estruturação da investigação de *Z*. Nele são introduzidos os principais conceitos da pesquisa e é apresentado um programa de estudos, do qual a primeira parte é desenvolvida já em *Z3*. Além disso, a relação desse texto com os demais capítulos é algo problemática. Em primeiro lugar, não é claro que o programa anunciado seja seguido no restante do livro. É sobretudo notável que a investigação exposta nos capítulos imediatamente seguintes não pareça prosseguir na direção anunciada ao final de *Z3*. A relação de *Z3* com os capítulos que o sucedem sugere, mais do que qualquer coisa em *Z*, uma mudança de rumo na pesquisa (ou antes o abandono de um projeto em favor de outro). Por outro lado, esse capítulo concentra, também, as divergências entre as diferentes alternativas de unificação da estrutura de *Z*. As interpretações que aqui foram examinadas como contraponto a Ross são capazes de unificar a argumentação de *Z*, em grande medida, por limitarem o interesse de *Z* à οὐσία em uso diádico. Essa alternativa impunha a compreensão da noção de substrato que é examinada em *Z3* como sentido da substância em uso diádico.

Desse modo, a proposta de ler *Z* como argumentação unificada, concentrada no uso monádico de οὐσία, deve dedicar especial atenção a *Z3*. Convém, em primeiro lugar, verificar de que modo a proposta de pesquisa identificada em *Z1* e *2* desenvolve-se em *Z3* para, posteriormente, examinar se é possível, a partir dessa proposta geral, tornar *Z3* compatível com o restante do livro.

A reconstrução do argumento de *Z3* impõe a qualquer leitor a consideração de um conjunto de questões básicas. Em primeiro lugar, é necessário verificar de que modo ocorre a introdução das hipóteses com relação à compreensão do conceito de οὐσία no início de *Z3* e por que o exame do substrato é prioritário em relação ao das demais. A resposta a esse

primeiro grupo de questões será elaborada no exame das condições em que se dá a introdução da pesquisa de Z3 (seção 3.1). Em seguida, é necessário identificar a relação que o capítulo pretende estabelecer entre a noção de substrato e as noções de matéria, forma e composto. Uma vez que a resposta a essa questão depende da compreensão que se tenha do argumento central, ela será fornecida na seção 3.2.1, após a apresentação de uma caracterização introdutória da interpretação do argumento central de Z3 (seção 3.1). Finalmente, é necessário identificar de que modo da definição da substância como substrato decorre o resultado indesejável segundo o qual a matéria é substância. A resposta a essa questão será fornecida, principalmente, na seção 3.3.

3.1 *A introdução do programa de pesquisa em Z3*

3.1.1 *As hipóteses a respeito da compreensão do conceito de οὐσία*

A tarefa a ser desempenhada no livro *Z* é caracterizada de modo ainda ambíguo ao final do primeiro capítulo: “também a nós cabe investigar (...) a respeito do ser que é desse modo [como substância], o que é” (1028^b6-7). “O que é a substância?” pode ser uma pergunta pela extensão do conceito de substância ou uma pergunta pela sua compreensão. No primeiro caso, uma resposta adequada consiste em indicar um conjunto de coisas que caem sob o conceito de substância. No segundo caso, a resposta deve corresponder a uma caracterização do conceito de substância.

Em *Z2*, após uma exposição das diversas hipóteses quanto à extensão do conceito de substância, Aristóteles delimita o modo de compreensão da questão: a partir desse ponto a pesquisa é dirigida à compreensão do conceito de substância e não à sua extensão. A pesquisa antecipada ao fim de *Z2* tem início em *Z3*, com a apresentação de quatro hipóteses para a compreensão do conceito de οὐσία: a essência, o universal, o gênero e o substrato (1028^b33-36).

De acordo com as interpretações apelidadas de “causais irrestritas” apresentadas no primeiro capítulo, a investigação introduzida por Z2 diz respeito à compreensão da οὐσία em uso *diádico*. Desse modo, todas as hipóteses introduzidas no início de Z3 são compreendidas como οὐσία *de* algo. Os três primeiros candidatos evidentemente são introduzidos como possíveis sentidos de substância *de* algo. O quarto candidato, o substrato, no entanto parece refratário a essa compreensão. Já se observou (na seção 1.5) que essa interpretação supõe, de Z1 a Z3, uma grande alteração no uso do termo ὑποκείμενον, o que torna a proposta desinteressante. No entanto, os defensores dessa leitura recorrem a um argumento baseado na estrutura gramatical da frase que apresenta as hipóteses, o qual não se pode ignorar.

O ponto crítico dessa discussão é o modo de apresentação dos quatro candidatos: “a essência, o universal e o gênero parecem ser substância de cada coisa e coisa e destes o quarto é o substrato” (1028^b34-36). Costuma-se discutir se os candidatos são divididos de modo a ficarem em um conjunto os que exigem complemento, em outro, o único item que não o exige ou se todos formam um único conjunto. Diz-se de essência, universal e gênero que parecem ser substância *de* cada coisa. A questão é: o substrato é aqui também dito parecer ser substância de cada coisa?

A estrutura sintática da frase favorece uma resposta afirmativa a essa pergunta, uma vez que, se οὐσία δοκεῖ εἶναι é atribuído ao quarto candidato (o ὑποκείμενον), não parece ser possível que ἐκάστου não o seja também (cf. Frede e Patzig *ad loc* e Wedin, 2000 : p. 168-70). Ainda assim, os leitores para os quais o substrato é dito ser substância, mas não substância *de* algo (cf. Irwin e Fine, 1995 : p. 275, n. 16) têm a seu favor o fato que as diferentes acepções de “substância” são claramente dispostas em dois grupos, um dos quais composto unicamente pelo substrato. Se a pretensão desse modo de exposição não é a de apontar um contraste entre o substrato e as demais acepções (cf. Irwin, 1988 : p. 202-3), então ele é simplesmente obscurecedor.

A meu ver, não se pode ignorar a força das razões de nenhuma das duas interpretações. De fato, tanto a caracterização do âmbito da pesquisa, quanto os resultados do argumento de Z3 sugerem que ambas estão corretas: o substrato é “substância de cada coisa”, mas não do mesmo modo que essência, universal e gênero.

Se o ponto de partida é explicar o ser sensível, então o substrato é substância *do* ser sensível na medida em que é o que é real no ser sensível: o homem é o substrato do músico (o que ὑπόκειται ao músico: Z1, 1028^a26-27) e é aquilo que torna real o músico. O homem, portanto, na medida em que é substrato do músico é a substância do músico (e igualmente do branco, por exemplo). Nesse sentido, cuja legitimidade é atestada a partir da leitura de Z1-2, o substrato é evidentemente substância *de* algo.

Isso, no entanto, não impõe a compreensão do substrato como substância *disso* que é substância do ser sensível. Satisfeitas condições adicionais, o homem é substância por ser substrato do ser sensível. O substrato *do* homem não é substância do próprio homem.

O substrato, portanto, corresponde a uma hipótese sobre a compreensão do conceito de substância (hipótese que será confirmada, a despeito das qualificações), mas somente como substância no uso monádico.

Pode-se, desse modo, ver na lista de candidatos à compreensão do conceito de substância uma exposição que deixa espaço para os dois usos de “substância”: os três primeiros itens correspondem ao uso diádico, ao passo que o quarto corresponde ao uso monádico. De resto, em nada surpreende que a investigação prossiga nessas duas direções. Como se viu, o exame do ser sensível supõe um substrato de mudanças, ao qual corresponde um uso monádico de “substância”. De outra parte, a necessária consideração da definição na explicação do processo de mudança (ingenuamente desprezada pelos físicos pré-socráticos) impõe a consideração do emprego diádico de “substância”.

Os dois empregos de “substância”, no entanto, não devem apenas constituir linhas diferentes a serem seguidas por uma mesma pesquisa. O argumento de Γ4 mostra que a

distinção entre substância e acidentes (necessária à descrição da mudança) só se mantém quando o emprego diádico de substância corresponde a isso precisamente que está pelo seu emprego monádico. Substância e substância *de*, portanto, não podem constituir *sentidos* diversos do mesmo termo, devendo corresponder a aspectos do mesmo conceito. Quando, em Z3, tem início a pesquisa a respeito da compreensão do conceito de substância anunciada em Z2, a introdução das hipóteses a esse respeito ocorre em consonância com esse resultado.

Esse ponto pode ser identificado no condicional que apresenta as hipóteses: “A substância é dita, mesmo que não *πλεοναχῶς*, ainda assim, ao menos principalmente em quatro acepções” (1028^b33-34). Para tanto, o termo *πλεοναχῶς* deve ser compreendido como sinônimo de *πολλαχῶς*, seu sentido usual em Aristóteles (cf. Bonitz, no vocábulo *πλεοναχῶς*). Assim compreendido, pode-se ver nessa passagem introdutória a indicação de um meio para avaliar as hipóteses coligidas. Se a substância não é um *πολλαχῶς λεγόμενον* entre substância e substância *de* (o que decorre de Γ 4), então cada candidato será aceito ou recusado de acordo com a sua capacidade de compor um sentido único com a contraparte restante do conceito. O substrato, “substância” em uso monádico, só será adotado como aspecto da compreensão do conceito de substância se for possível tomá-lo em consonância com a boa caracterização de “substância” em uso diádico. Da mesma forma, essência, universal e gênero serão avaliados a partir da possibilidade de tomá-los em conjunto com a caracterização correta de “substância” em uso monádico. Um certo modo de compreender o substrato será eliminado ao fim de Z3 por não satisfazer essa condição. Gênero e universal serão excluídos em Z13-14 pela mesma razão.

Por esse motivo optou-se, aqui, por recusar a interpretação da maioria dos tradutores, que tomam *πλεοναχῶς* em sentido comparativo (“a substância é dita, se não *em mais* maneiras, ao menos em quatro principais”). Essa interpretação torna vaga a frase que dá início ao exame que ocupará a imensa maioria do livro Z. Na leitura dominante, essa frase nada diz além de “há quatro sentidos principais de ‘substância’, se não houver outros”. Na sugestão aqui apresentada, a frase inicial de Z3 faz o que seria de se esperar dela:

apresentando com concisão absoluta as hipóteses a serem examinadas e o critério de exame, estabelece o ponto de partida da grande investigação de Z.

Dentre as traduções consultadas, naquelas que não adotam o sentido comparativo (Tricot, juntamente com Irwin e Fine) surge um contraste indesejável entre “ter muitos sentidos” e ter quatro sentidos. Para evitá-lo, decidiu-se traduzir *πλεοναχῶς* por “equivocamente”, termo que, se não corresponde ao sentido de *πολλαχῶς* em geral, parece dar conta do papel do termo-chave na frase em questão. Afinal, ainda que haja termos dos quais se pode dizer que são *πολλαχῶς* / *πλεοναχῶς λεγόμενα* sem concluir que são equívocos, esse não parece ser o caso de “substância”, com relação à dualidade examinada. O “ser”, mesmo sendo um *πολλαχῶς λεγόμενον*, não recai na equivocidade devido à unidade *πρὸς ἓν* de seus significados. O mesmo não se poderia dizer de “substância”: se os seus usos monádico e diádico são distintos na mesma medida em que “branco” e “homem”, não parece possível evitar a equivocidade – precisamente aquela que é atribuída por Aristóteles à relação entre as Idéias platônicas e isso *de que* são Idéias¹.

3.1.2 *A prioridade do substrato na ordem do exame*

É bastante claro no parágrafo inicial de Z3 que o exame do substrato seja prioritário em relação ao das demais acepções de “substância” apresentadas. A justificativa dessa prioridade, no entanto, não é igualmente evidente. Após a exposição da definição do *ὑποκείμενον*, é dito imediatamente que se deve iniciar com ele o exame da compreensão do conceito de substância, como se essa prioridade se seguisse imediatamente de sua definição: “o substrato é aquilo do que as demais coisas são ditas, ele próprio não mais sendo dito de outra. Por isso [διό], em primeiro lugar é a respeito dele que se deve determinar: com efeito [γάρ], mais do que qualquer coisa, parece ser substância o substrato primeiro.” (1028^b36-29^a2)

¹ Apresentei uma defesa mais extensa dessa compreensão do início de Z3 em nota crítica a 1028^b33-34 (cf. Zillig, 2007a).

Não bastasse não ser suficientemente clara a relação entre a definição exposta e a conclusão que é introduzida por διό (“por isso”) como se dela se seguisse, parece ainda haver uma sobreposição de justificativas: a frase introduzida por (“com efeito”) fornece de fato o que poderia ser tomado como justificativa para que o início da investigação ocorra com o exame do substrato, mas, nesse caso, a conjunção διό fica completamente privada de função¹.

Para compreender a apresentação da justificativa associada a διό, é necessário verificar em que termos a prioridade do exame do substrato é justificada pela afirmação introduzida por γάρ. Viu-se que o substrato de mudança está no centro da agenda das diversas correntes filosóficas às quais Aristóteles recorre para caracterizar o ponto de partida de Z. No entanto, ainda que o substrato possa ser tomado como noção à qual, de um modo ou outro, recorre toda filosofia interessada em explicar a mudança, isso não impõe a compreensão do substrato como substância, ao menos não em sentido rigoroso. De fato, substratos de mudança são, de um modo ou outro, os itens listados no início de Z2 como substâncias aceitas por todos. A esses itens é dito que “ ‘substância’ parece ser atribuída de modo mais evidente” (Z2, 1028^b8). Ora, pelo mesmo motivo e na mesma medida em que a cada exemplo de substrato *parece* atribuir-se o termo substância, também a noção de substrato em geral *parece* corresponder à compreensão da noção de substância.

Caracterizados simplesmente como substratos de mudança, os exemplos da parte inicial de Z2 correspondem a substâncias apenas em sentido amplo. Não é certo que todos os exemplos sejam tomados como substâncias em sentido estrito ao final da pesquisa. O fato, no entanto, que os diversos tipos de substratos de mudança (dos elementos aos animais e o universo físico) componham o conjunto das substâncias aceitas em sentido amplo, pode constituir um motivo para iniciar com o exame da noção de substrato a pesquisa acerca da compreensão do conceito de mudança. Isso, desde que se tenha alguma razão para crer que o exame dessa noção permita encontrar não apenas a caracterização ampla de substância, mas também a estrita.

¹ A questão é deixada precisamente nestas condições em *Notes on Zeta* (cf. p. 14).

Essa razão adicional talvez seja fornecida precisamente pela justificativa vinculada a $\delta\iota\acute{o}$. Essa conjunção recupera a definição fornecida para o $\acute{\upsilon}\pi\omicron\kappa\acute{\epsilon}\iota\mu\epsilon\nu\omicron\nu$, a saber, “aquilo do que as demais coisas são ditas, ele próprio não mais sendo dito de outra” (1028^b36-37). Essa mesma definição ocorre tanto nos trabalhos de física (*Fis.* I 2, 185^a31-32; I 7, 190^a36-37), quanto nos de lógica (*Seg. An.* I 4, 73^b5-10; I 22, 83^a24-28), sendo explorada de modo distinto em cada caso. Na *Física*, a compreensão da substância como substrato último deve permitir explicar a mudança, ao passo que nos *Analíticos* essa mesma compreensão deve preservar o discurso enunciativo.

Na *Física*, a noção de substrato deve permitir explicar justamente a característica que, de um modo ou de outro, congrega os exemplos de Z2 em um mesmo conjunto de “substâncias aceitas”. A explicação da mudança que é fornecida na *Física* a partir da noção de substrato, no entanto, não é livre de problemas.

Para resolver as dificuldades identificadas no modelo materialista da mudança, Aristóteles propõe a tese segundo a qual o substrato é um quanto ao número, mas não quanto à forma (I 7, 190^a14-16). O fundamento da estratégia é, em toda mudança, identificar o substrato, em um primeiro momento, a um dos contrários e, no momento posterior, ao outro. Na media em que o substrato permanece, não é preciso concluir que algo tenha surgido do nada. Ao mesmo tempo, na medida em que os contrários podem ser tomados como extremos do processo de geração substancial, o modelo pretende evitar a consequência da concepção materialista segundo a qual, em última análise, toda geração reduz-se a alterações de um substrato permanente.

O desenvolvimento da proposta, no entanto, não é completamente claro. O modelo aristotélico é introduzido a partir do exemplo de um homem que de não-músico passa a ser músico. No primeiro momento, ele tem as formas da humanidade e da “não-musicalidade”, tendo posteriormente as formas da humanidade e da musicalidade. Como substrato, ele tanto pode ter, quanto não ter a forma da musicalidade. Quando esse mesmo modelo é, em seguida, aplicado à geração das substâncias (190^b1), não são evidentes as qualificações necessárias para que o homem não se torne acidente de seu substrato material. Isso cria,

como afirma Russell Dancy (1978 : p. 392), uma tensão que beira a contradição entre a substância como substrato e a matéria como substrato.¹

Essa situação pode indicar uma razão para o exame prioritário da noção de substrato. Se 1) essa noção de substrato é necessária à compreensão da mudança (e não apenas no modelo aristotélico), objetivo que está na base da pesquisa desenvolvida em Z e 2) se é bem atestado que a noção de substrato, na exata medida em que deve explicar a geração substancial, pode criar um conflito entre a substância a ser gerada e seu substrato, então a pesquisa deve, antes de mais nada, examinar essa noção crucial.

De acordo com essa análise, o substrato deve ser examinado em primeiro lugar justamente por ser causa de uma dificuldade para a compreensão da substância. Contudo, a atitude de Aristóteles ao examinar a noção de substrato não é simplesmente a de quem deseja afastar uma concepção enganosa de substância. Em 1029^a7-10 é dito que a caracterização da substância como substrato é “esquemática” e mesmo “pouco clara”, mas não equivocada. Essa reserva não indica o abandono da caracterização inicial, mas sim a necessidade de um refinamento (cf. Irwin, 1990 : p. 239). O substrato, com efeito, ressurgue como bom sentido de substância em outros pontos da pesquisa, notadamente em Z13, 1038^b1-6 e H1, 1042^a36-41.

De fato, o uso que as obras de lógica fazem da mesma definição de substrato sugere que essa noção deve ser mantida como caracterização da substância e não recusada. Nesse âmbito, a definição de ὑποκείμενον é extraída da própria estrutura da predicação e, em última análise, da simples idéia segundo a qual para falar algo, é necessário haver algo do qual se fala. De um modo geral, o ὑποκείμενον corresponde ao pronome τὸ no genitivo da fórmula τὸ κατὰ τινός (“algo dito de algo”), paradigma do discurso enunciativo no qual o τὸ no nominativo designa o predicado que é atribuído ao sujeito, designado pelo τὸ

¹ Dancy observa que justamente essa tensão teria sido completamente explorada apenas em Z3 (e Aristóteles deixa claro que a questão não está completamente resolvida na *Física*: cf. I 7 191^a19-20). É possível, no entanto, que os fundamentos da solução estejam dados em *Fis.* I 9 a partir do desenvolvimento da distinção entre matéria e privação. É inegável, no entanto, que a aplicação do modelo aristotélico ao caso da substância não tenha sido suficientemente explicado na *Física*.

no genitivo. Nesse esquema, o ὑποκείμενον designa a posição do termo que recebe uma atribuição.

Nos estudos de lógica, as noções de οὐσία e συμβεβηκός são introduzidas a partir do exame das condições sem as quais essa estrutura básica da proposição não se preserva, em particular do fato que os termos do discurso não podem ocupar indiferentemente as posições de sujeito ou predicado. Se todas as proposições são como “o músico é branco”, cada um dos termos podendo ocorrer tanto na posição de predicado, quanto na de sujeito, então a atribuição progride infinitamente “para cima” e “para baixo”, ou seja, todo predicado poderá sempre ocorrer como sujeito de uma predicação subsequente e todo sujeito poderá sempre ocorrer como predicado de um sujeito anterior. Decorre dessa série infinita de atribuições que nunca se determina o algo do qual se fala. Para evitá-lo, portanto, é necessário considerar que há um primeiro sujeito de atribuição, um sujeito que não mais será atribuído como predicado a outro sujeito anterior. A esse sujeito primeiro (ou ὑποκείμενον πρῶτον) Aristóteles denomina οὐσία (cf. *Seg. An.* I 4, 73^b5-8 e I 22, 83^a24-28). Em contrapartida, συμβεβηκός é o nome dado aos termos que não podem ocupar a posição de sujeito, senão em proposições abreviadas que supõem a atribuição do termo em posição de sujeito a um sujeito genuíno. A suposição dessa classe de termos é igualmente necessária à estrutura da proposição. De outro modo, não haveria algo que pudesse ser dito disso do qual se fala.

A interpretação lógica do substrato, portanto, permite ancorar nas próprias condições de significado do discurso a noção de substância. Vejamos de que modo isso ocorre a partir de um texto decisivo dos *Segundos Analíticos*:

As coisas que significam a substância significam precisamente aquilo ao que são predicadas ou precisamente algo desse tipo. Já as coisas que não significam a substância, mas são ditas de outro substrato, significam o que não é aquilo precisamente ao que são predicadas nem precisamente algo desse tipo, sendo acidentes, como o branco, quando é dito do homem. Com efeito, o homem não é nem o que precisamente é o branco nem precisamente um tipo de

branco, mas é talvez um animal, pois o homem é precisamente o que é animal¹. (*Seg. An.I* 22, 83^a24-30)

O substrato ou sujeito último é delimitado por uma definição que não inclui em si nada diferente do próprio substrato. A definição do acidente, por sua vez, indica sempre a sua atribuição a um substrato ulterior². Essa diferença introduz um novo critério de prioridade do ὑποκείμενον – precisamente a prioridade por definição à qual se faz referência em Z1 – que pode motivar a busca pela compreensão do conceito estrito de substância a partir dessa noção.

Cabe observar, no entanto, que a compreensão lógica do substrato não é, por si só, capaz de solucionar as dificuldades encontradas no plano físico. Ainda que a descrição da noções-chave da lógica sejam apresentadas nos *Analíticos* a partir de exemplos do mundo físico, elas não são intrinsecamente vinculadas à descrição da mudança. Essência e acidente, por exemplo, poderiam ser aplicadas em um domínio no qual a mudança está ausente, bastando para tanto a noção de contingência. Pode-se falar de um sujeito com propriedades que não são necessárias (sendo, portanto, acidentais), sem, no entanto, atribuir existência temporal a esse sujeito. Na lógica, as noções de essência e acidente devem apenas permitir distinguir um tipo de atributo de outro: se tal coisa é acidente de um dado sujeito, então ela não corresponde a isso que o sujeito, em si mesmo é. Em lógica é preciso concluir que se *a* é sujeito último de atribuição, então *a* é determinado por uma essência. O sujeito último *a* tem, portanto, predicados do tipo A (de essência) e predicados do tipo B (acidentais). Os predicados do tipo A são necessários (sem qualificações) de *a*, o que não

¹ Ἐπι τὰ μὲν οὐσίαν σημαίνοντα ὅπερ ἐκεῖνο ἢ ὅπερ ἐκεῖνό τι σημαίνει καθ' οὗ κατηγορεῖται· ὅσα δὲ μὴ οὐσίαν σημαίνει, ἀλλὰ κατ' ἄλλου ὑποκειμένου λέγεται ὃ μὴ ἔστι μήτε ὅπερ ἐκεῖνο μήτε ὅπερ ἐκεῖνό τι, συμβεβηκότα, οἷον κατὰ τοῦ ἀνθρώπου τὸ λευκόν. οὐ γάρ ἐστιν ὁ ἄνθρωπος οὔτε ὅπερ λευκόν οὔτε ὅπερ λευκόν τι, ἀλλὰ ζῶον ἴσως· ὅπερ γὰρ ζῶόν ἐστιν ὁ ἄνθρωπος.

² Como resultado, tem-se dois tipos de predicção, como bem nota Suzanne Mansion: “ou bem um predicado significa alguma coisa que é um substrato, isto é, algo que se concebe sem que se deva apelar a uma realidade diferente dele próprio (homem, por exemplo)... ou bem, ao contrário, um predicado significa algo que se concebe unicamente associado a um substrato diferente dele próprio.” (1946: p. 357)

ocorre com relação aos predicados do tipo B. Nada, no entanto, obriga a compreender essas definições de modo temporal.

Assim sendo, mesmo que a lógica aristotélica tenha sido desenvolvida tendo em vista principalmente a formalização de proposições a respeito de seres submetidos à mudança, ela não é, como a física, definida a partir da noção de vir a ser. Tipos diferentes de seres podem ser compreendidos como satisfazendo a compreensão lógica do substrato o que pode, ou não, fazê-la corresponder à compreensão física. Um platônico, por exemplo, interpretaria o substrato lógico de modo a distingui-lo do substrato físico: o sentido das proposições sobre o mundo, nesse caso, seria dependente da definição das Idéias e não dos objetos físicos.

Aristóteles, evidentemente, pretende estabelecer a identificação entre substrato lógico e substrato físico. Essa identificação deverá ser estabelecida de modo a resolver a tensão que resta na *Física*. De qualquer modo, essa pretensão constitui uma razão adicional para iniciar a busca pela compreensão da noção de substância a partir do exame do substrato.

Desse modo, a justificação da prioridade da investigação a respeito do substrato pode ser estabelecida a partir de dois conjuntos de fatores. De um lado, está o fato que ser substrato de mudança constitui característica comum de todas as “substâncias aceitas”, o que é apontado no período introduzido por γάρ. De outro lado, a definição de substrato exposta em 1028^b36-37 recupera um problema deixado em aberto na *Física* e uma compreensão lógica da substância da qual não se pode abrir mão, se ela deve estar em conformidade com as condições sem as quais o discurso não se preserva.

Essa explicação para a prioridade do exame do substrato impõe, agora, uma reflexão a respeito do modo como Z1 foi interpretado. Pode-se supor que a diferença entre as definições do substrato último e do acidente esteja contida já no modelo inicial exposto em Z1. Em 1028^a27-29 é dito que o “bom” e o “sentado” não se dizem sem uma referência ao substrato, ou seja, ao homem que é bom ou está sentado. Se a distinção entre a definição da substância e a definição do acidente está incluída na exposição do modelo, então ele não

pode ser tomado como proposta inicial que deverá ser revista a partir da consideração dos diversos tipos de prioridade. Se a diferença nos tipos de definição está incluída na exposição do modelo, então ele já leva em conta a prioridade por definição e não pode ser revisto a partir dela.

A isso pode-se responder que o fato lingüístico apontado em 1028^a27-29 não chega a constituir uma diferença entre a relação do acidente com sua definição e a relação da substância com sua definição. No tratado das *Categorias*, a dependência das demais categorias em relação à substância não impõe essa diferença quanto à definição: a expressão do que é um item substancial, assim como a expressão do que é um item não-substancial são igualmente ditas *de* um sujeito (καθ' ὑποκειμένου), a saber, do item particular ao qual se referem (2, 1^a20-^b9). Nesse contexto, compreende-se que a relação entre Sócrates e o que é o homem é de mesma natureza que a relação entre este branco e o que é a brancura, caindo ambas sob a denominação geral “ser dito καθ' ὑποκειμένου”. Agora, se a dependência dos seres de natureza não-substancial em relação às substâncias não é suficiente para fundamentar uma diferença quanto ao tipo de definição, então a expressão lingüística dessa dependência na atribuição de termos como “bom” e “sentado” (que não se dizem sem uma referência a seu substrato) tampouco o será.

Dessa forma, o fato que não se designa um ser não-substancial sem referência a uma substância é tomado, no modelo inicial de Z1, como indício lingüístico da relação de dependência característica da prioridade natural. A diferença entre os tipos de definição e a prioridade da substância a esse respeito são introduzidos apenas a partir da menção à prioridade por definição. A consideração, portanto, da compreensão lógica do substrato pode ser inserida no âmbito da revisão do modelo inicial.

3.2 Caracterização geral da leitura proposta para o argumento central

A partir da compreensão lógica de ὑποκείμενον é possível elaborar uma caracterização não controversa da substância em sentido estrito. A substância é o sujeito

último de atribuições, aquilo do qual se fala, em última análise, quando se trata da realidade. Ela corresponde ao que é delimitado por uma definição. A noção de substância resultante, no entanto, é puramente formal. Não é possível, a partir dela, determinar que tipo de coisa é substância.

A compreensão física do $\acute{\upsilon}\pi\omicron\kappa\acute{\epsilon}\iota\mu\epsilon\nu\omicron\nu$ como substrato de mudança, por sua vez, é essencial para a formulação de um problema que está no centro da discussão estabelecida por Aristóteles com seus antecessores e antagonistas, a saber, se e como algo mutável pode ter existência determinada. Assim compreendido, o $\acute{\upsilon}\pi\omicron\kappa\acute{\epsilon}\iota\mu\epsilon\nu\omicron\nu$ permite apenas uma caracterização geral e imprecisa da substância. Algo que, em qualquer sentido do termo, seja substrato de mudança tem *alguma* realidade e, nessa concepção muito ampla, pode ser tomado como substância. Assim compreendida, a noção de substância, evidentemente, não é inequívoca. Por si só, ela abarca sob a extensão do conceito de substância itens que, tomados em conjunto como tal, são incompatíveis. Quando Sócrates caminha, por exemplo, pode-se dizer que, em um sentido, o próprio Sócrates é substrato de mudança, em outro, seus músculos e ossos e, em um terceiro sentido, pode-se dizer que o substrato da mudança é a terra e o fogo dos quais seus músculos e ossos são constituídos. Cada um dos três permanece inalterado quando ocorre o fenômeno ordinariamente descrito como “Sócrates caminhando”. Se, no entanto, as partes constitutivas de Sócrates ou os elementos do qual ele é composto são substâncias, Sócrates será apenas um aglomerado de diferentes substâncias.

Diante da concepção lógica de $\acute{\upsilon}\pi\omicron\kappa\acute{\epsilon}\iota\mu\epsilon\nu\omicron\nu$, o problema a respeito da existência determinada e independente do substrato de mudança pode ser reformulado. Exposta em novos termos, a questão a ser respondida é: se e como é possível tomar o substrato de mudança como substrato lógico.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que a noção lógica de $\acute{\upsilon}\pi\omicron\kappa\acute{\epsilon}\iota\mu\epsilon\nu\omicron\nu$ está no ponto de chegada do exame iniciado em Z3, ao passo que a noção física está no ponto de partida. Assim, quando Aristóteles reafirma em 1029^a7-9 sua intenção de tomar a definição de substrato como compreensão (ainda que esquemática) da noção de substância, ele

certamente está tomando o substrato em sua acepção lógica. Mesmo que o substrato físico permita uma caracterização geral da substância, ele não pode ser tomado como sentido esquemático da definição estrita de substância, uma vez que esta é compreendida precisamente por oposição aos conflitos surgidos no âmbito da noção física de substrato. A noção lógica, por sua vez, permite delimitar uma concepção inequívoca de substância, ainda que ela, em isolado, não permita dizer que tipo de coisa satisfaz essa concepção. Por outro lado, a introdução das noções de matéria, forma e composto em 1029^a2-7 insere-se indiscutivelmente no domínio do ὑποκείμενον como substrato físico.

Para compreender o desenvolvimento de um raciocínio que parte do substrato físico e pretende chegar ao substrato lógico, é preciso, antes de mais nada, verificar que tipo de suposição está na base da introdução de matéria, forma e composto. Em primeiro lugar, deve-se notar que, na introdução dessas noções em 1029^a2-7, não é preciso encontrar a suposição segundo a qual elas correspondem, em algum sentido, à substância. Forma, matéria e composto serão, efetivamente, identificados por Aristóteles com a substância, como se vê em H1, 1042^a26-31 (tese que é adiantada no final de Z3, em 1029^a30-33). No início de Z3, no entanto, nada impõe essa identificação. Forma, matéria e composto são termos originalmente empregados para a descrição da mudança e a adoção desse vocabulário, por si só, não impõe a sua aceitação como explicação do fato que algo mutável é determinado. Adotar o esquema forma, matéria e composto para explicar a mudança não impõe a adoção de uma concepção estrita de “substância” em particular¹. Não é sequer preciso identificar qualquer um dos termos da mudança com a substância. Um platônico poderia empregar esse modelo para descrever a geração dos seres sensíveis aceitando, conjuntamente, que a realidade dos seres gerados é dependente daquela de certos seres não-sensíveis. Nesse caso, matéria e forma explicam a mudança, mas o grau de determinação da existência dos seres mutáveis só pode ser explicado por apelo a algo separado do mundo mutável.

¹ Aristóteles emprega as noções de matéria e forma não apenas para expor a sua concepção da mudança, mas também para apresentar as concepções dos demais filósofos. Nesse último caso, essas noções são usadas de modo ontologicamente neutro (cf. *Fis* I 4, 187^a15-20).

A introdução de matéria, forma e composto no início de Z3, portanto, é parte da formulação consensual do problema e não da solução aristotélica. Perguntar se algo que muda é substância em sentido estrito corresponde a perguntar se algo constituído de matéria e forma pode ser tomado como substrato lógico.

É importante notar que, se os três termos da descrição da mudança não estão intrinsecamente vinculados a uma concepção estrita de substância, não se pode tomar como trivial a identificação da forma a partir da qual é estruturado o processo de geração com o *o que é* e a essência. Compreendida como o que é expresso pela definição, a essência delimita o substrato em sentido lógico e só pode, portanto, ser identificada à forma que orienta o processo da geração se o item gerado for tomado como substância em sentido estrito. Uma vez que permanece em aberto a possibilidade segundo a qual o substrato de mudança não é substância, não se pode estabelecer essa identificação. Um platônico, por exemplo, teria motivos para distinguir entre a forma que ocorre no processo de geração e a essência. Essa última seria atribuída apenas às substâncias em sentido rigoroso, às Idéias, ao passo que a forma da geração é atribuída aos objetos sensíveis¹. De outro modo, o homem particular seria substância no mesmo sentido que a Idéia separada, na medida em que a forma que estrutura a sua geração e sua existência seria idêntica à essência da Idéia.

Uma vez introduzidos os termos que permitem descrever a mudança, o argumento central de Z3 tem início quando se procura aplicar a definição formal (e preliminar) de substância em sentido estrito ao substrato de mudança.

Na hipótese da identidade entre substrato de mudança e sujeito lógico, as propriedades que delimitam esse último em oposição aos seus predicados ordinários são idênticas às propriedades que necessariamente permanecem quando o substrato físico sofre mudança. A noção de substrato físico permite delimitar de modos incompatíveis entre si o substrato de mudança. Uma vez que a definição lógica de ὑποκείμενον não fornece, por si

¹ As Idéias platônicas são separadas da realidade sensível, de modo que não podem ser identificadas à forma que orienta o processo de geração. Note-se a observação de Aristóteles em Z8, segundo a qual a causa associada às Idéias “em nada é útil para a geração e a substância” (1033^b26-28). Se há um caráter comum entre, por exemplo, a forma que orienta a geração do homem e a Idéia de homem, trata-se da semelhança entre a imitação e o objeto imitado.

só, um critério para distinguir propriedades essenciais de propriedades ordinárias, ela não pode, em isolado, resolver o conflito surgido da consideração do substrato de mudança. Ao contrário, sem esse critério, todas as propriedades do substrato físico podem ser reduzidas a propriedades acidentais e nada restará que possa ser identificado ao ὑποκείμενον lógico além da matéria – não qualquer matéria, mas uma matéria absolutamente sem propriedades.

Esse resultado não mostra apenas que a aplicação da definição lógica de ὑποκείμενον ao substrato físico é insuficiente (1029^a9-10) para que esse último seja tomado como substância em sentido estrito. Ele mostra que, aplicada desse modo sobre o substrato físico, a noção lógica torna incompreensível a mudança. Para que se possa compreender a mudança, afinal, é necessário poder dizer o que é *isso* que muda.

Com esse resultado, pode-se determinar o que, além da mera definição lógica de ὑποκείμενον, é necessário para a identificação do substrato físico ao lógico. A primeira condição para a aplicação do ὑποκείμενον lógico sobre o substrato da mudança é a distinção entre propriedades essenciais e acidentais. Na hipótese da separação entre a substância em sentido estrito e o substrato físico, o estabelecimento de um critério para essa distinção é importante somente quando se aceita, adicionalmente, que a substância (que, nesse caso, é imutável) tem outras propriedades além das essenciais. No caso da identificação entre substrato lógico e substrato físico, por sua vez, a posse desse critério é fundamental.

O resultado final pode ser tomado como favorecendo a recusa da identificação entre o substrato de mudança e o sujeito lógico. Não há um critério *a priori* para distinguir, no ser sensível, propriedades ordinárias de propriedades sensíveis. Ao contrário, o fato que, no mundo sensível, todas as propriedades de um objeto são transitórias, parece sugerir que não cabe aplicar essa distinção a seres submetidos a geração e corrupção. O sujeito lógico deve estar fora desse âmbito.

Essa sugestão é recusada com base no fato que ela pouco contribui para a explicação dos eventos do mundo sensível (cf. Z8, 1033^b26ss.). Uma primeira alternativa para elaborar

o critério de distinção entre propriedades essenciais e acidentais no âmbito de uma substância genuinamente sensível seria a identificação das propriedades essenciais às propriedades da matéria, quaisquer que sejam elas. Pode-se, assim, compreender o ser sensível como sendo dotado de realidade substancial em algum sentido. Nesse caso, a forma que orienta o processo de vir a ser está fora do âmbito da substância, de modo que toda mudança torna-se acidental. A substância é, então, identificada a uma matéria que não é gerada nem perece.

Essa hipótese materialista forte (brevemente discutida na seção 4.1.1) é evidentemente recusada por Aristóteles. Não se trata de eliminar, com isso, uma hipótese com base na sua inviabilidade ontológica, mas de excluí-la por ser desinteressante do ponto de vista epistemológico. Pretende-se, desde o início da discussão, tornar compreensível a mudança. Se as propriedades essenciais da substância sensível limitam-se àquelas do substrato material, então a maior parte dos processos de mudança (e, sobretudo, aqueles que mais interessam) não pode ser explicado por regras gerais. A constituição de um homem particular, por exemplo, passa a ser resultado de uma interação de seus componentes materiais. Uma vez que nada, na natureza desses componentes, impõe a constituição do homem, fica-se privado de uma explicação satisfatória para o seu surgimento. Pode ser pouco atraente tomar a realidade do homem particular como derivada da Idéia do homem, mas excluir completamente a noção de homem do âmbito das substâncias em sentido estrito deve ser ainda mais custoso.

Se essa hipótese deve ser repelida, então, para identificar o substrato físico ao lógico é necessário identificar a essência à forma. Se essa condição não é satisfeita, isso que vem a ser – o sujeito físico que é gerado – permanece sempre diferente do sujeito lógico, uma vez que o ponto final da geração é sempre distinto disso que é a coisa da qual se fala.

Desse modo, ser capaz de identificar a forma do ser que é submetido à geração e corrupção com a essência torna-se a condição mais fundamental para a compreensão do substrato de mudança como substância sem adotar a alternativa materialista forte.

Cabe agora apresentar, a partir da hipótese enunciada, a reconstrução do argumento geral de Z3. Antes de partir ao exame do núcleo do argumento, contudo, convém considerar as circunstâncias da introdução das noções de matéria, forma e composto na discussão e verificar em que condições essa introdução pode ser compreendida de acordo com a hipótese enunciada.

3.2.1 *A introdução de forma, matéria e composto*

A inclusão de matéria, forma e composto na discussão a partir de Z3 depende de um pronome cuja referência não é de todo livre de disputas. Consta literalmente que, “de um certo modo, *tal* é dita a matéria, de outro, a forma e de um terceiro, o que surge da conjunção dos dois” (1029^a2-3). A expressão “tal” corresponde ao pronome τοιοῦτον de 1029^a2. Normalmente considera-se que o referente desse pronome é ὑποκείμενον πρῶτον, expressão que lhe é imediatamente anterior. Há, no entanto, uma leitura alternativa baseada na vinculação de τοιοῦτον não a ὑποκείμενον mas a οὐσία, expressão mais distante (cf. Boehm, 1965 : p. 45 e Giorgiadis, 1978 : p. 90). Matéria, forma e composto, seriam, então, introduzidos como sentidos de “substância” e não de “substrato”.

A leitura alternativa abre caminho para a interpretação que encontra em Z3 a recusa e do substrato como sentido de substância, na medida em que o desenvolvimento em Z de uma noção de substância compreendida a partir de matéria, forma e composto passa a poder ser desvinculada da noção de substrato¹.

Essa opção, que será aqui recusada sobretudo com base na compreensão geral de Z como retendo o substrato como bom sentido de “substância”, encontra uma dificuldades

¹ Para Rudolf Boehm (1965 e 1966), a noção de substrato será julgada a partir da sua capacidade ou não de caracterizar matéria, forma e composto como substâncias. O resultado desse exame seria a recusa do substrato como sentido de substância, visto que, compreendida como substrato, a substância corresponderia unicamente à matéria.

séria no texto, a qual convém assinalar. Além de basear-se em uma compreensão da referência do pronome τοιοῦτον de 1029^a2 que não é a mais natural (apesar de ser possível), essa sugestão choca-se contra o fato que também em H1, 1042^a24-30 cada um dos três itens é dito ser substrato¹.

Entre os representantes da interpretação segundo a qual matéria, forma e composto são, de fato, apresentados como sentidos de “substrato”, já causou muita estranheza a indicação da forma como substrato nesta passagem. Bonitz (*ad loc.*) chega a sugerir que a sua inclusão na lista dos tipos de substrato corresponda a um lapso da parte de Aristóteles. De fato, ao contrário do que ocorre com a associação entre matéria e substrato, os exemplos nos quais a forma é apresentada desse modo são raros no *corpus aristotelicum*².

A interpretação da introdução de matéria, forma e composto em Z3 depende, evidentemente, da compreensão que se tenha do problema ali discutido. Na perspectiva de uma leitura que encontra em Z uma discussão a respeito da substância em sentido monádico, não se pode tomar matéria, forma e composto como sentidos de “substância” no início de Z3. Matéria, forma e composto poderão ser tomados como substâncias apenas se a hipótese segundo a qual há substâncias entre os seres sensíveis resistir ao exame que se inicia em Z3.

Por uma razão semelhante, não parece possível tomar, no início de Z3, forma, matéria e composto como correspondendo, cada um, a um sentido de “substrato”. Ainda que matéria, forma e composto sejam termos que podem ser empregados de maneira ontologicamente neutra para explicar a mudança, sua identificação ao substrato de mudança não é igualmente consensual. A matéria é sempre identificada, em algum sentido, ao

¹ Diante disso, Giordiadis (1978 : p. 91) sugere tomar o ὑποκείμενον da linha 1042^a26 como uma glosa.

² Além de Z3, 1029^a3, Bonitz, no *Index*, cita unicamente *Meteor.* IV 2, 379^b26, que trata da “forma subjacente” como fim do processo de “cozimento” (πέψις), através do qual o calor de um objeto aperfeiçoa as qualidades passivas próprias da matéria, não tendo relevância direta para o contexto de Z3. Fora da *Metafísica*, talvez a forma seja referida como ὑποκείμενον também em *Fis.* V 1, 225^a3-7 (cf. Ross *ad loc.*), mas, nesse texto, ὑποκείμενον é tomado como ponto final ou inicial da mudança e não como o que subjaz ao processo.

substrato, mas não é igualmente evidente que o composto e, sobretudo, a forma sejam tipos de substrato. Na hipótese materialista monista, por exemplo, o substrato de mudança é identificado à matéria, ao passo que a forma é associada a condensação e rarefação (cf. *Fis.* I 4, 187^a11-20). Toda mudança, nesse modelo, é compreendida como rarefação e condensação da matéria única. Essa matéria básica sempre se encontra em algum grau particular de condensação ou rarefação e, portanto, é sempre possível identificar nela alguma forma. Nesse modelo, portanto, o substrato de mudança é corretamente descrito a partir de matéria, forma e composto, ainda que apenas a matéria seja de fato *identificada* com o substrato. Nessa hipótese não há espaço para a compreensão da forma como algo que, em algum sentido, permanece quando ocorre a mudança.

Desse modo, no âmbito de um preâmbulo neutro ao exame da hipótese segundo a qual o substrato de mudança é sujeito lógico, pode-se dizer que *algo* que é substrato é, de um modo, matéria, de outro, forma e, de um terceiro, composto, sem com isso concluir que a noção de substrato físico, ela própria, divide-se necessariamente em matéria, forma e composto. Assim, convém tomar o pronome τοιοῦτον como referindo-se, não à noção de ὑποκείμενον πρῶτον, mas a *algo* que satisfaz a condição de ser ὑποκείμενον πρῶτον¹. Assim, se as partes dos animais são substratos últimos, eles são, de algum modo, matéria, forma e composto, valendo o mesmo para cada um dos possíveis exemplos. De fato, o ponto a investigar diz respeito imediatamente ao substrato de mudança e, mediamente a matéria, forma e composto. Tomar forma, matéria e composto como correspondendo, cada um a seu modo, ao substrato, será parte da solução de Aristóteles e não à apresentação da dificuldade².

Pode-se imaginar que a associação de τοιοῦτον a τὸ ὑποκείμενον πρῶτον não seja favorável à interpretação aqui proposta. Poderia parecer que, para abarcar de modo

¹ Mesmo em 1029a1-2, quando τὸ ὑποκείμενον πρῶτον é dito parecer ser οὐσία, convém compreender τὸ ὑποκείμενον πρῶτον como referindo-se a algo que é substrato primeiro. Se a leitura aqui exposta está correta, τὸ ὑποκείμενον πρῶτον, nessa passagem, recupera cada um dos exemplos que, no início de Z2 são ditos parecerem ser substâncias.

² A tradução de Irwin e Fine está de acordo com a proposta aqui apresentada: “Isso do que se fala desse modo [What is spoken of in this way] <como sujeito primeiro> é de um modo a matéria, de outro a forma...”.

indefinido todos os diferentes exemplos de substrato de mudança listados no início de Z2, seria mais interessante limitar a referência de τοιοῦτον a algo que é substrato em geral, sem adicionar a qualificação “primeiro”. No entanto, pode-se compreender cada um dos itens listados como substrato *primeiro* de mudança, levando-se em conta que “primeiro” seleciona itens distintos de acordo com a ordenação adotada. Somente com a apresentação de uma proposta determinada para a compreensão do substrato de mudança como sujeito lógico será possível fornecer um sentido definido para o “primeiro” que ocorre na expressão.

Uma outra dificuldade para a leitura aqui exposta poderia ser apontada na observação de 1029^a5-7, segundo a qual “se a forma for anterior e mais ser do que a matéria, também o que surge da conjunção de ambos será anterior [à matéria] pela mesma razão”. Pode parecer que Aristóteles está, com essa observação, abandonando o ponto de vista neutro e assumindo uma posição que não seria, por exemplo, compartilhada pelo adversário materialista (compreensão que parece ser enfatizada na maioria das traduções). Nessa observação, no entanto, a anterioridade da forma ocorre na antecedente de um condicional, de modo que não é preciso supor que a discussão, nesse ponto, esteja comprometida com a hipótese exposta.

Cabe agora, examinar o argumento central de Z3 (1029^a10-26).

3.3 *O argumento central*

O argumento central de Z3 tem duas etapas. O resultado da primeira (1029^a10-19) sugere que o substrato material é substância em detrimento do composto. O objetivo principal dessa etapa é apontar a indistinção que permite chegar a esse resultado. Essa indistinção será, então, examinada na segunda etapa do argumento (1029^a20-26), que deverá expor de modo radical as conseqüências dessa indistinção.

Costuma-se descrever o argumento de Z3 como uma retirada progressiva de propriedades sucessivamente mais fundamentais de um dado objeto. No texto grego, as propriedades retiradas do objeto são divididas em dois grupos pela estrutura τὰ μὲν...τὸ δέ (1029^a12-16). De um lado estão propriedades descritas como afecções, ações e potências dos corpos e, de outro, as suas dimensões. Não raro, descreve-se esses grupos como contendo, respectivamente, propriedades primárias e secundárias, ou seja, propriedades (assim compreendidas desde, ao menos, Locke) qualitativas sem as quais o objeto pode ser concebido e propriedades quantitativas sem as quais o objeto não pode ser pensado¹ (cf. Ross, 1924 : v. II, p. 165). Essa disposição das propriedades em grupos de diferente relevância é a responsável pela caracterização do argumento como “desfolhamento” ou, na literatura de língua inglesa, como “metaphysical strip”.

Pretendo, aqui, argumentar que se as propriedades do segundo grupo são constitutivas do objeto em exame do mesmo modo que as dimensões em geral são constitutivas da idéia de corpo, então a conclusão de Z3 não é suficientemente fundamentada. O argumento não põe em questão qualquer compreensão particular de propriedades intrínsecas ou constitutivas. Ao contrário, a função do argumento é mostrar que a caracterização da substância como substrato é pouco clara precisamente porque, tomada em si mesma, não comporta *qualquer* distinção entre meras propriedades e propriedades constitutivas. Nesse caso, a divisão das propriedades em dois grupos não deve, em princípio, indicar um aprofundamento das propriedades retiradas – ao menos não no sentido em que aquelas do segundo grupo sejam constitutivas do objeto *por oposição* às propriedades do primeiro grupo. A reconstrução resultante deve, portanto, desfazer a caracterização do argumento como desfolhamento progressivo de propriedades de um mesmo objeto.

A defesa dessa leitura pode partir do exame de uma hipótese que procura identificar o adversário visado a partir de indicações supostamente fornecidas na divisão de

¹ Essa interpretação pode encontrar apoio no fato que as propriedades do primeiro grupo são explicitamente caracterizadas como propriedades *dos corpos* e que as dimensões (incluídas no segundo grupo) são freqüentemente apresentadas como propriedades constitutivas do corpo enquanto tal (cf.: *Fis.* IV 1, 209^a5-6; *Fis.* III 5, 204b20; *De Caelo*, I 1, 268a1-10, b5-8; I 7, 274b19-20 e também *Met.*, Δ6, 1016^b24-28).

propriedades de 1029^a12-16¹. Em outros textos, Aristóteles menciona uma tese, aparentemente de inspiração pitagórica e defendida por certos platônicos, segundo a qual as dimensões dos corpos são as substâncias (Z2 1028^b16-27) e essa tese fundamenta-se em uma oposição entre as afecções dos corpos e as dimensões destes, que lembra a divisão em questão (B5 1001^b26-2^b11). O argumento de Z3, então, consistiria em mostrar que a aceitação conjunta dessa tese com a compreensão da substância como substrato teria como resultado a conclusão segundo a qual apenas a matéria é a substância. Convém, portanto, examinar brevemente o texto de B5.

Em B5 diz-se que os primeiros filósofos tomaram os princípios dos corpos (água, ar, terra e fogo) como substâncias. Os filósofos posteriores e “mais sábios” tomaram como substâncias os limites dos corpos (superfície, linha, unidade e ponto). Nos dois casos, opera-se a partir da idéia segundo a qual o mais simples pode existir sem o mais complexo e não vice-versa. De acordo com um certo critério, o mais simples corresponde aos elementos, de acordo com outro, aos limites dos corpos e, em última análise, aos números².

O argumento em favor da precedência dos limites geométricos sobre os elementos, como nota Madigan (1999 : p. 121), não ataca diretamente a substancialidade desses corpos, mas a de suas afecções (1002^a1-4). Calor, frio e “afecções dessa natureza” não são substâncias, mas atributos e apenas o corpo que é afetado por elas subjaz como ser e substância (1002^a1-4). A idéia por trás do argumento deve ser aquela segundo a qual os elementos não existem sem afecções, ao passo que o corpo compreendido de modo exclusivamente geométrico existe. O mesmo argumento que leva à precedência dos elementos sobre os corpos compostos, levaria à precedência dos limites geométricos sobre os elementos.

¹ Ver, por exemplo, Frede e Patzig, 1988 : p. 44-45 e Boehm, 1965 : p. 79-82.

² No texto (1001^b32-2^a8), o critério de simplicidade é explicitamente referido apenas no caso que leva à precedência dos seres geométrico-matemáticos. Pode-se, no entanto, concluir que o mesmo critério geral (ainda que interpretado de modo diferente) é empregado no caso anterior, uma vez que os elementos são ditos parecerem substâncias por serem componentes a partir dos quais os demais corpos são constituídos (1001^b33-2^a1). Assim, no caso dos primeiros filósofos o simples corresponde ao componente básico da análise física, ao passo que no caso dos filósofos posteriores o simples é identificado ao componente básico da análise geométrica.

Cabe adicionar ao comentário de Madigan o seguinte: “calor, frio e afecções dessa natureza” não são afecções ordinárias, mas propriedades fundamentais e *constitutivas* dos elementos. Trata-se dos “poderes elementares” (calor, frio, fluido e sólido) descritos em *Gen. Cor.* II 1, os quais correspondem à própria natureza dos elementos¹. De acordo com a hipótese dos físicos, a realidade dos corpos físicos complexos é explicada a partir de seus constituintes básicos, que, sendo portadores de certas qualidades fundamentais, devem permitir explicar todos os fenômenos do mundo físico.

A partir da compreensão platônico-pitagórica do critério segundo o qual o simples existe sem o complexo e não vice-versa, tenta-se exportar do substrato certas propriedades que, para o físico, são constitutivas do substrato último, fazendo restar uma realidade pretensamente mais fundamental. Contudo, tomando os elementos como objeto de exame, não se pode sem mais exportar do substrato suas qualidades intrínsecas como se essas fossem meras propriedades. O platônico-pitagórico reconstrói o modelo físico de modo a deixar somente a matéria (e não a substância dos elementos). A resposta cabível é que, assim fazendo, o platônico torna-se incapaz de explicar o que a teoria física pretendia, a saber, justamente as propriedades físicas dos corpos (1002^a15-18). O físico encontra aqui uma razão para afirmar que, no sentido relevante, o caráter fundamental dos elementos não foi refutado pelo platônico.

Em seguida, a substancialidade dos próprios limites geométricos é posta em questão, quando se diz que eles não têm existência determinada à parte dos corpos físicos (1002^a20-28). A estratégia, nesse caso, é análoga àquela aplicada pelo platônico contra o físico: a realidade do ser que se supunha simples e independente do complexo não é, de fato, independente. Ela pode, portanto, ser exportada do substrato como algo que é dito dele.

¹ A compreensão dos elementos como formados a partir dos poderes elementares é atestadamente anterior a Aristóteles e parece ter tido grande aceitação ainda à sua época (cf. Peck, 1942 : p. xlix-li). Há fortes razões, portanto, para identificar essa concepção dos corpos simples àquela atribuída em B5 aos “muitos e primeiros filósofos” que tomavam os princípios dos corpos por princípios dos seres (1002^a8-11). Para diferentes compreensões da relação intrínseca entre os elementos e os poderes elementares em Aristóteles, comparar Sokolowski (1970 : p. 267-75), para quem essa relação ocorre com o concurso da matéria-prima, a Gill (1989 : p. 77-82), que crê não ser necessário supor uma matéria-prima como substrato dos poderes elementares.

A argumentação de B5 diz muito a respeito de Z3 na medida em que a ela cabe uma qualificação que não se pretende aplicar a Z3, a saber, seu caráter *aporético*¹. O que se vê em B5 é o conflito de dois modos de compreender a idéia segundo a qual o mais simples existe sem o mais complexo e não vice-versa. Nos dois casos a independência do pretense item simples é posta em questão, de modo que a sua realidade resulta ser algo que não é independente, mas dito de outro. A discussão dos motivos que levam, primeiramente, a afirmar e, depois, a recusar cada uma das teses é (na melhor das hipóteses) sumária em B5 e está completamente ausente em Z3. No caso de B, a brevidade da discussão não é grave. Dado seu caráter aporético, basta mostrar que o mesmo argumento que desafia uma hipótese, desafia também a sua concorrente. Em Z3, por sua vez, a falta seria de importância, se o objetivo fosse mostrar que precisamente a tese pitagórico-platônica, adotada em conjunto com a concepção da substância como substrato, resulta na conclusão segundo a qual apenas a matéria é substância (como pretendem Frede e Patzig, cf. 1988 : v. II p. 44). Nesse caso, o argumento seria dogmático, na medida em que introduz sem discussão a idéia segundo a qual os limites geométricos são atribuídos a algo distinto. Seria necessário examinar hipótese segundo a qual tais limites seriam constitutivos de algo que é substrato e não simplesmente atribuídos a eles². O mesmo, de resto, vale para o caso dos primeiros filósofos. É necessário mostrar que as propriedades fundamentais que caracterizam os elementos são atribuídas a algo e não constitutivas de qualquer “algo” em geral. Sem mostrar que tais ou quais propriedades são atribuídas a algo e não constitutivas desse algo, não se pode, sem incorrer em um imperdoável dogmatismo, incluir as ditas propriedades no conjunto do que é retirado desse algo que é considerado como substrato.

Agora, se Z3 não é aporético como B5, não pode ser o caso que o argumento de Z3 funcione de acordo com o seguinte esquema: 1) substância é substrato último; 2) substância é essencialmente X (estando X por pretensas propriedades essenciais, como as geométricas

¹ Mesmo uma interpretação aporética de Z deve identificar o contraste entre B5 e Z3. O primeiro dos dois textos apresenta diversas teses que são confrontadas umas às outras, o que não ocorre em Z3. Uma leitura aporética de Z deve contrastar o resultado de Z3 com o que se estabelece fora dos seus limites, em outros capítulos do livro.

²B5, por sua vez, não tem a pretensão de decidir a questão. Seu objetivo é apenas expor em forma de aporia o difícil é decidir se os limites matemático-geométricos dos corpos existem em separado ou apenas *nos* corpos, como fica claro na formulação introdutória do problema em B1 (996^a13-15).

dos platônicos-pitagóricos ou as propriedades materiais elementares dos materialistas); 3) mas X é atribuído a um substrato material; logo, 4) apenas a matéria é substância. O argumento seria dogmático porque o passo 3 (que, nesse caso, seria decisivo) não é suficientemente (aliás, não é sequer minimamente) fundamentado.

Por essa razão, não parece correto tentar identificar um adversário supostamente visado pelo argumento nas propriedades apresentadas nos dois grupos de 1029^a12-16. Ao contrário, a falta da devida fundamentação para a recusa de qualquer tese a respeito do que possam ser propriedades constitutivas do substrato indica antes que Aristóteles não está examinando hipóteses a esse respeito. De fato, o argumento de Z3 deve mostrar que *tomada em si mesma* a caracterização da substância como “o que não é dito de um substrato, mas do qual são ditas as outras coisas” é pouco clara (1029^a8-10). No texto grego, consta que αὐτὸ γὰρ τοῦτο ἄδηλον (1029^a10). O pronome τοῦτο refere-se inequivocamente à caracterização esquemática da substância como substrato e αὐτό indica que o adjetivo ἄδηλον é aplicado a essa caracterização *ela mesma*, ou seja, tomada sem levar em conta considerações externas¹.

3.3.1 *A primeira etapa do argumento (1029^a10-19)*

O argumento deve mostrar que, tomada em si mesmo, a caracterização da substância como substrato leva à conclusão que apenas a matéria é substância. Não se trata de atacar qualquer compreensão particular a respeito de quais propriedades sejam constitutivas de algo que é substrato lógico, mas de apontar o que torna difícil tomar o substrato de mudança como substrato lógico. O modelo de prova, portanto, não deve ser elaborado a partir de qualquer concepção teórica do substrato de mudança ou das propriedades que devem delimitar o substrato lógico.

¹ A tradução do αὐτό de 1029^a10 é difícil em português. As opções mais imediatas (“ele mesmo”, “em si mesmo” ou “por si mesmo”) podem dar a entender que a caracterização da substância como substrato é *intrinsecamente* (e, portanto, irremediavelmente) pouco clara (ênfase que não é tão forte, por exemplo, nas traduções inglesas que recorrem a “itself”). É provavelmente por essa razão que a tradução de Angioni nada apresenta no lugar desse αὐτό. Optei por seguir o modelo de Frede e Patzig (“für sich genommen”), deixando explícito o que o texto grego sugere.

Um tal modelo pode ser obtido a partir de uma caracterização intuitiva de algo que é substrato de propriedades e submetido a geração e corrupção. Acredito que esse modelo seja fornecido quando Aristóteles expõe o que, em Z3, deve-se tomar por “matéria”, “forma” e “composto”: “quero dizer por matéria, por exemplo, o bronze, por forma, o formato visível e pelo que surge da conjunção dos dois, o composto, ou seja, a estátua” (1029^a3-5). O modelo intuitivo será obtido se cada um dos paradigmas fornecidos para “matéria”, “forma” e “composto” for compreendido do mesmo modo. Se tudo indica que o composto, a estátua, seja tomada como objeto particular e concreto, a sua matéria deve ser entendida de modo correspondente, como isso que usualmente se identifica como matéria desse objeto. Assim, quando Aristóteles fala do bronze como paradigma de matéria, pareceria razoável compreendê-lo, salvo advertência adicional, como o bronze tal como se apresenta em sua forma bruta na experiência ordinária, ou seja, disposto como massa ou bloco a partir do qual se pode fazer a estátua. Compreendido desse modo, o bronze é um corpo tão determinado quanto a estátua. Ainda que, em outros textos, o bronze ocorra como termo de uma analogia a partir da qual procura-se constituir um conceito abstrato de matéria, não há aqui referência a uma tal analogia¹. Nada indica que Aristóteles pretenda tratar da matéria em geral, compreendida como o que está para a substância em geral como o bronze para a estátua e a madeira para a cama. Uma vez que ele menciona o bronze sem armar a analogia, é mais sensato compreendê-lo como ente determinado, tal como encontrado na experiência usual.

O mesmo deve ser feito com relação ao paradigma para forma, o σχῆμα τῆς ἰδέας, aqui traduzido por “formato visível”. David Bostock (1994 : p. 72) nota que, feita diante de uma estátua, a pergunta “o que é isto?” usualmente tem como resposta “isto é uma estátua” e não a descrição de sua aparência visível. De fato, a disposição visível do objeto não é capaz de incluir um aspecto importante da compreensão aristotélica de forma (mesmo quando por esse termo se entende μορφή), que são as propriedades funcionais do objeto em questão. É muito possível que essa expressão praticamente redundante explique-se, como

¹ Ross, seguindo Pseudo-Alexandre, procura apoio nesta analogia exposta em *Fis.* I 7, 191^a7-11, para explicar em que sentido a matéria é dita ser “evidente” em 1029^a32. Não parece, no entanto, que o recurso a essa noção abstrata de matéria, que é cunhada a partir de uma analogia ausente em Z3, torne mais claro o texto.

observam Frede e Patzig (1988, *ad* 1029^a4-5), pela intenção de evitar o sentido técnico de ἰδέα e introduzir em seu lugar uma compreensão da forma, não em geral, mas tal como se apresenta aos sentidos. O “formato visível”, portanto, pode ser compreendido literalmente. A forma em questão não é o que se expressa na definição de estátua nem o que é idealizado pelo escultor, mas sua aparência sensível no objeto constituído¹. Essa compreensão da forma permite descrever a mudança sem adotar uma posição particular a respeito da essência da estátua. Ela é suficiente para demarcar um conjunto de propriedades que orientam a geração do objeto e garantem a sua continuidade: a geração da estátua encerra-se quando a representação da figura sobre o bronze está completa e a estátua permanece existindo enquanto existir essa figura no bronze.

Ora, o formato visível, a disposição visível do objeto examinado são suas dimensões *particulares*. Comprimento, largura e profundidade, em conjunto, compõem a figura da estátua. Assim compreendidas, elas podem ser retiradas da estátua uma a uma, exatamente como as afecções. Posso, por exemplo, extrair a cor peculiar da estátua ao pintá-la de outra cor. Da mesma forma, lixando-a, posso retirar uma certa dimensão da estátua.

A compreensão das dimensões como propriedades particulares torna possível o passo do qual depende o argumento, a saber, a retirada de *todas* as dimensões particulares da estátua. Nesse caso, resta apenas o bronze bruto, sem quaisquer comprimento, largura e profundidade *em particular*. Não um bronze abstrato e sem dimensões, mas uma massa disforme, com dimensões quaisquer. O importante é que ela não tenha as dimensões especificadas por um projeto ou forma, quaisquer que sejam eles. Em outras palavras, resta o bronze, sem qualquer traço de ação, projeto ou intenção do escultor. Creio ser essa a conclusão apresentada por Aristóteles:

Mas, em verdade, uma vez separado o comprimento, a largura e a profundidade, nada vemos restar, a não ser que seja algo o que é determinado por essas coisas, de modo que é necessário

¹ Leituras que tomam “formato visível” como consistindo nas dimensões particulares da estátua são apresentadas por Furth (1988 : p. 187-8), por *Notes on Zeta* (na interpretação “A”: p. 13) e Charlton ([1970] 1992 : p. 139).

que a matéria apareça como única substância aos que investigam assim. (1029^a16-19)

Ao fim dessa etapa do experimento, não resta nada do objeto inicialmente considerado, ou seja, da estátua. Aliás, se não é o caso que não resta qualquer coisa em absoluto, isto se deve ao fato que existe um certo algo que é determinado pelas propriedades da estátua, a saber, o bronze. A matéria, portanto, deve ser a única substância para os que investigam desse modo.

Uma objeção a essa leitura baseia-se na referência à eliminação das potencialidades do objeto considerado (1029^a13; cf. Schofield, 1972 : p. 98). Em princípio, um objeto privado de suas dimensões particulares permanece capaz de adquirir outras dimensões particulares. Se Aristóteles afirma que o objeto perde suas potencialidades, isso deve significar que ele perde a capacidade de ser determinado quanto às dimensões e não somente que ele perde suas dimensões específicas. Parece haver nisso um apoio para as interpretações de acordo com as quais nada resta ao fim do argumento, uma vez que, aparentemente, o resíduo do experimento não retém sequer a capacidade de adquirir dimensões e, portanto, não retém quaisquer dimensões em absoluto.

No entanto, a referência às potencialidades não é obstáculo à leitura proposta. Tome-se, por exemplo, as potências da estátua com relação às suas dimensões. O escultor, entre muitas outras coisas, pode alterar as feições do rosto para criar um sorriso. Ela será, então, uma estátua de Sócrates sorrindo e não mais sisudo. O artista pode também afinar o nariz da estátua, criando uma representação de Sócrates com nariz bonito. Ela será, ainda, uma representação de Sócrates, ainda que modificada com relação ao modelo original. Mas se as dimensões forem alteradas a ponto de não mais se reconhecer a figura de Sócrates, a estátua terá sido destruída. Eu não posso dizer quais dimensões são essas, que, uma vez eliminadas, acarretam no fim da estátua. Mas é certo que há um conjunto de dimensões particulares das quais depende a representação da figura de Sócrates. Ora, quando a estátua é privada dessas dimensões, ela é absolutamente destruída. Fica claro que, nessas circunstâncias, ela perde todas as suas potências. Ela perde a potência de ser uma estátua voltada para o norte, por exemplo, porque não há mais estátua para posicionar em qualquer direção.

É portanto verdade que, ao fim do experimento, a estátua não tem qualquer dimensão ou mesmo propriedade em absoluto. Quando se retiram as propriedades particulares e determinadas que garantem a representação da figura, a estátua é eliminada com todas as suas propriedades, afecções, ações e potências. A estátua, então, tornou-se nada. Mas disso não se segue que o resíduo do experimento seja um objeto sem dimensões nem propriedades. Se havia uma estátua de cor marrom fosco, resta agora um pedaço de bronze de cor marrom fosco.

Pode parecer que, a partir dessa interpretação, o argumento apresente uma dificuldade artificial à identificação do substrato de mudança com o substrato lógico. Caracterizada a partir das dimensões particulares da figura representada no bronze, a forma da estátua é muito facilmente compreendida segundo o modelo de atribuição das propriedades ordinárias. Desse modo, o passo que permite o estabelecimento do resultado segundo o qual nada resta além da matéria é facilitado por uma caracterização muito peculiar da forma. Seria possível perguntar como o resultado seria estabelecido se as propriedades associadas à forma incluíssem as propriedades funcionais da estátua, ou se o sujeito de prova fosse, por exemplo, um ser vivo. A resposta exigiria uma reconstrução diferente dessa etapa do argumento. Essas considerações podem fazer suspeitar que, tal como interpretado aqui, o argumento mostraria unicamente que, identificada com formato visível, a forma *da estátua* não é capaz de delimitar o substrato lógico.

Essa objeção, no entanto, pode ser evitada a partir da delimitação do que deve estar em questão nessa etapa do argumento. Aristóteles está apenas apresentando uma dificuldade geral à compreensão dos seres sensíveis que são substrato de mudança como substratos lógicos. Sempre que houver razões para crer que as propriedades das quais depende a geração e a existência de um dado objeto são atribuídas a algo tal como as propriedades ordinárias do objeto, não parece possível tomá-las como propriedades capazes de delimitar o substrato lógico. O argumento não pretende mostrar como essa dificuldade surge em cada caso de substrato submetido a geração e corrupção, mas apenas mostrar que, se ela surge, não se pode sem mais tomar a forma do objeto sensível como essência de um substrato lógico. A forma do ser humano é muito diferente do formato visível da estátua e,

se há razões para tomá-la como atributo da matéria, trata-se de razões distintas daquelas que, facilmente, permitem compreender a figura da estátua como atributo do bronze. O argumento de Z3 não pretende desfazer ou ignorar essa diferença, uma vez que não se trata mostrar que (ou em que condições) as propriedades que garantem a continuidade dos objetos sensíveis podem ser tomadas como atributos ordinários da matéria. Pretende-se apenas deixar claro que, se isso ocorre, há uma dificuldade para a identificação dos objetos sensíveis com o substrato lógico e, portanto, com a substância. O modelo de prova que associa a forma da estátua ao seu formato visível provê tudo (e somente) o que o argumento necessita para o estabelecimento desse resultado geral.

A apresentação das propriedades do objeto em dois grupos em 1029^a12-16 tem o objetivo de indicar o ponto central dessa dificuldade que surge de modo tão evidente a partir do modelo fornecido. As propriedades do primeiro grupo são predicadas como atributos e o que permite a identificação do bronze como substrato último é a compreensão das propriedades do segundo grupo de acordo com o modelo do primeiro grupo. Novamente, não se pretende, como essa associação, partir do fato que comprimento, largura e profundidade podem ser interpretados como atributos ordinários e concluir que o mesmo deve ser verdade para as propriedades associadas às formas de todos os seres sensíveis. Pretende-se unicamente fazer ver que a mesma dificuldade encontrada no modelo será encontrada no caso de qualquer ser sensível, se, de algum modo, a sua forma puder ser compreendida como as propriedades listadas no primeiro grupo de 1029^a12-19.

3.3.2 *A segunda etapa do argumento (1029^a20-26)*

A partir da interpretação das propriedades que fazem da estátua o que ela é como propriedades ordinárias, chegou-se à conclusão que o bronze é o substrato último e, portanto, substância. Não se faz, *no caso da estátua*, distinção entre meras propriedades e propriedades constitutivas.

Esse resultado é favorecido pela interpretação fiscalista ingênua da prioridade por natureza. Ele supõe que o substrato material pode existir sem o composto, não sendo verdadeiro o inverso. Toma-se a independência existencial do substrato material como fator capaz de mantê-lo ao abrigo do procedimento que reduziu a estátua a um conjunto de propriedades do bronze. Supõe-se e que o substrato material é determinado e que o processo aplicado à estátua não pode ser aplicado ao seu próprio substrato.

Não há, no entanto, razão para limitar a análise lógica à decomposição física. Pode parecer que a simplicidade material do substrato seria capaz de preservá-lo do procedimento aplicado à estátua. Uma vez que, no caso de um substrato material indecomponível x , não há resposta à pergunta “de que é feito x ?”, pode parecer impossível reduzi-lo a qualquer outra coisa. Contudo, nada na noção de substrato lógico, impõe que ele seja delimitado a partir de quaisquer propriedades físicas. Mesmo que o bronze seja indecomponível, o mero fato que as suas propriedades constitutivas sejam apresentadas *como propriedades*, permite apresentá-las como atributos de algo distinto.

A análise física, por si mesma, não impõe qualquer critério de delimitação do substrato lógico. Sem que um critério tenha sido estabelecido para diferenciar propriedades essenciais de acidentais, não é sequer possível enunciar a hipótese segundo a qual a verdadeira substância é a matéria indecomponível. Não há como dizer *o que é* esse substrato indecomponível sem a noção de essência em oposição à mera atribuição. Sem dispor dessa distinção, não há como evitar que isso que caracteriza o substrato indecomponível seja igualmente reduzido à atribuição ordinária.

Sem esse recurso que evita de extrair do substrato as suas propriedades essenciais, não há o que impeça de interpretá-las como propriedades ordinárias. Nesse caso, o único “substrato último” do qual tudo mais é dito seria aquele absolutamente sem propriedades essenciais. Todas as propriedades teriam sido, ao final do processo, exportadas para fora do substrato, resultando em uma matéria que corresponde à caracterização de 1029^a20-26, não mais podendo se identificada ao bronze ou a qualquer coisa determinada:

Agora, digo uma matéria que, em si mesma, não é dita algo nem quanto nem qualquer das outras coisas a partir das quais o ser é determinado. Com efeito, ela é isso ao que é atribuída cada uma dessas coisas e cujo ser é diferente de cada um dos predicados (pois as outras coisas são atribuídas à substância, ao passo que ela é atribuída à matéria), de modo que a última coisa, em si mesma, não é algo nem quanto nem qualquer outra coisa: de fato, não é nem as negações, pois elas também existirão de modo accidental. (1029^a20-26)

A partir dessa caracterização, não surpreende que o resultado final do argumento seja tomado como impossível (1029^a26-27). É também natural que esse resultado seja dito carecer de duas características intrínsecas à substância, ou seja, das condições de ser separado e este-algo, as quais tornam necessário tomar como substâncias antes a forma e o composto (1029^a27-30).

Não é preciso, aqui, determinar com precisão em que sentido separado e este-algo são aplicados a composto e forma. Na medida em que essas noções são associadas a independência e determinação, elas são claramente condições que uma substância deve satisfazer e, de modo igualmente claro, são mais apropriadamente atribuídas a forma e composto do que à matéria resultante da etapa final do argumento.

Cabe ainda notar que não há qualquer conflito entre as conclusões das duas etapas do argumento¹. Em 1029^a16-19 lê-se que, uma vez retiradas as dimensões da estátua, nada

¹ Opinião que não é compartilhada, por exemplo, por Malcom Schofield. De acordo com Schofield (1972), o resíduo do procedimento de separar substrato e propriedades descrito em 1029^a10-18 não é a matéria, mas algo absolutamente sem propriedades, que portanto nada é. Uma vez que esse resultado é absurdo, o argumento mostraria que, nessa linha de investigação, a substância deve corresponder ao único outro candidato em consideração, a saber, a matéria no sentido aristotélico (que, ao contrário do resíduo do exercício, não poderia ser desprovida de extensão). O argumento mostraria o problema da caracterização preliminar da substância na medida em que a matéria não pode apresentar (ao menos não por si mesma) o que se requer de uma substância. Essa interpretação, no entanto, apresenta algumas dificuldades importantes. Em primeiro lugar, ela depende completamente da suposição (da qual não se vê menção no texto) de uma alternativa exaustiva entre a matéria e um tipo de substrato sem propriedades. Em segundo lugar, ela só é possível a partir da desconsideração da frase de 1029^a18 (“a não ser...coisas”). Em terceiro lugar, ela não consegue conjugar satisfatoriamente as diferentes partes do argumento: Para Schofield, o trecho de 1029^a10-18 não diz respeito à matéria e, nesse caso, a única caracterização da matéria antes de 1029^a20 é a introdução do bronze como paradigma em 1029^a4. Como observado em *Notes on Zeta* (p.14), isso impõe a seguinte alternativa: ou a referência ao bronze não tem qualquer conexão com o que é exposto em 1029^a20-26 e o argumento é, na melhor das hipóteses, pouco harmônico, ou o bronze deve corresponder à caracterização da matéria sem propriedades (com exceção da extensão, segundo Schofield), o que não é verossímil. De fato, o

vemos restar, “a não ser que seja *algo* o que é determinado por essas coisas” (1029^a18). O que 1029^a20-26 deixa claro é que, tomado unicamente como matéria, não pode haver *algo* que reste, uma vez que qualquer “algo” tem, em si, alguma determinação.

A partir disso pode-se perceber a diferença de contexto entre duas afirmações semelhantes (mas não iguais) que apresentam o resultado do experimento. Em 1029^a19 é dito que a matéria resulta ser a *única* substância, ao passo que em 1029^a27 consta sem qualificações que a matéria resulta ser substância.

O contexto da primeira afirmação é dominado pela hipótese expressa em 1029^a18, de acordo com a qual resta algo ao fim do experimento. A segunda afirmação, por sua vez, é feita após 1029^a20-26, quando essa hipótese foi reduzida ao absurdo. No primeiro caso, pode-se ainda pensar que a matéria é a única substância: retirando-se a forma particular da estátua está destruído o composto, restando o bronze. No segundo caso já foi mostrado que esse resultado é parcial e que a matéria restante não tem qualquer determinação. Ora, que algo completamente indeterminado possa ser substância é, de fato, um resultado impossível¹.

O resultado impossível referido em 1029^a27, portanto, baseia-se na caracterização de matéria que resulta do que acabara de ser exposto. Ele não é, assim, incompatível com o final do capítulo, onde fica claro (ainda que de modo implícito²) que a matéria continua sendo tomada como substância em algum sentido. A matéria segue sendo substância se não for completamente privada de determinações formais como no final do experimento.

que permite vincular a compreensão da matéria cujo bronze é paradigma à exposição de 1029^a20-26 é precisamente o procedimento apresentado em 1029^a10-18. Se esse trecho não trata da matéria, não há como conjugar as diferentes partes do argumento.

¹ Não é, portanto, necessário adotar a hipótese de Irwin e Fine (1995 : *ad loc.*), segundo a qual a afirmação de 1029^a27 expressaria um juízo de identidade entre as noções de matéria e substância. A conclusão impossível é a inclusão da matéria que é compreendida como desprovida de qualquer determinação formal no âmbito das substâncias, não a redução da noção de substância à de matéria.

² Em 1029^a30-33 Aristóteles fala do composto como substância e, após mencionar a matéria, refere-se à forma como um terceiro tipo de substância. Se há três tipos de substância, dos quais dois são composto e forma, então a matéria deve corresponder ao terceiro tipo.

Avaliado a partir de seu resultado final, o argumento de Z3 é análogo ao de $\Gamma 4$ 1007^a20-^b1. No argumento de Γ extraía-se da negação do princípio de não-contradição a indistinção entre propriedades acidentais e essenciais, tendo como resultado que tudo é dito por acidente. Em Z3, a aplicação física da definição lógica de substrato sem qualificações leva, igualmente, à indistinção entre propriedades essenciais e acidentais, o que resulta na suposição de um substrato absolutamente sem propriedades essenciais. Esse resultado, por sua vez, não é diferente da conclusão geral do argumento de $\Gamma 4$: tudo passa a ser dito por acidente¹.

Esse resultado mostra que a noção de prioridade natural deve ser complementada por alguma espécie de prioridade por definição, já que, de outro modo, não haveria como determinar *qual* x existe sem y . O restante da pesquisa de Z é, em um sentido ou outro, a busca desse resultado adicional.

¹ Entendo, portanto, que a caracterização de “matéria” de 1029^a20-26 corresponde a uma redução ao absurdo. Tentar compreendê-la como exposição do sentido aristotélico de matéria seria como supor que o resultado final do argumento de $\Gamma 4$, 1007^a20-^b1 representa uma posição defendida por Aristóteles.

4. ESSÊNCIA, FORMA E SUBSTÂNCIA MUTÁVEL

O resultado do argumento de Z3 impõe à questão a respeito das substâncias no mundo mutável a consideração das condições de delimitação do substrato lógico. Só será possível concluir que há substâncias em sentido estrito entre os seres mutáveis se for possível encontrar um meio satisfatório de determinar o substrato lógico a partir das características que permitem compreender a mudança, ou seja, levando em conta as noções de matéria e forma. A delimitação de um substrato lógico a partir das características do ser mutável deve, evidentemente, ser capaz de tornar compreensível o ser das coisas mutáveis. De outro modo, a distinção entre substrato lógico e de mudança torna-se uma alternativa mais interessante.

Na primeira parte deste capítulo, pretende-se expor as alternativas a esse respeito que devem estar no espectro de consideração de Aristóteles e qual a sua resposta ao problema. O objetivo principal dessa seção é ressaltar o que, em Z3, impõe a consideração da noção de essência. Na porção final do capítulo deve-se verificar como é desenvolvida a opção aristotélica.

4.1 *Substrato lógico e substrato de mudança: algumas alternativas*

4.1.1 *Uma proposta materialista*

Na segunda etapa do argumento mostra-se que a mera incapacidade física de extrair propriedades de um substrato não é suficiente para impedir a distinção lógica entre sujeito e atributo. Essa etapa do argumento pode, muito bem, ser voltada aos “primeiros filósofos”, os que não reconheceram outro princípio além daquele da natureza da matéria. Sem raciocinar a partir de qualquer princípio adicional, esses filósofos tendem a identificar a realidade última com “isso a partir de que [são compostos] todos os seres, a primeira coisa a partir da qual eles vêm a ser e a última na qual são decompostos” (A3, 983^b8-9). Uma vez que a noção de definição não é inserida em seu raciocínio, eles não são capazes de identificar os compromissos que se deve assumir para que, a partir dessa opção, surja um modelo teórico coerente. Os materialistas ingênuos podem, por exemplo, imaginar que é possível conjugar essa concepção da realidade última com a idéia segundo a qual seres compostos como Sócrates e Bucéfalo são determinados e independentes. Disso resultam contradições e conflitos semelhantes àqueles que o argumento de $\Gamma 4$ pretende desfazer ao mostrar que é necessário introduzir a noção de definição na consideração dos seres submetidos à mudança.

É, no entanto, possível supor um modelo materialista não tão ingênuo, de acordo com o qual a pergunta *o que é?*, em última análise, receberia sempre como resposta algo da natureza de um substrato material simples. Essa hipótese não é compatível com a compreensão aristotélica dos componentes materiais básicos, os quatro elementos. Na medida em que cada elemento pode ser transformado em um elemento distinto, não se pode indicar uma matéria indecomponível. Uma compreensão que tome os componentes básicos como seres absolutamente indecomponíveis tornaria viável a identificação do *o que é* com as propriedades físicas que nunca sofrem transformação.

Ao contrário do materialista ingênuo, o materialista sofisticado raciocinaria a partir de uma decisão a respeito da delimitação do sujeito lógico: a análise lógica deve parar quando

se encontram propriedades que não estão abertas a geração e corrupção. Nesse modelo, haveria uma hipótese para distinguir as propriedades essenciais de acidentais. As propriedades essenciais de algo seriam aquelas que nunca são geradas nem destruídas. Ciente das condições impostas à definição de algo e de suas conseqüências, esse materialista entenderia que, em seu modelo, apenas alguns dos seres sensíveis ordinariamente tomados como substrato de propriedade de fato serão substâncias em sentido estrito, a saber, apenas os seres simples que não sofrem geração e corrupção.

Nesse modelo, se o bronze for tomado como ser indecomponível, as propriedades que o caracterizam como bronze seriam propriedades essenciais. A estátua, nesse caso, seria tomada como acidente do bronze. Essa solução exige a reinterpretação da relação entre o substrato e as propriedades contidas no primeiro dos dois grupo de propriedades da primeira etapa do argumento (1029^a12-16: afecções, ações e potências), que não parecem poder ser imediatamente atribuídas ao bronze. Por exemplo, se havia uma estátua sorridente, não se pode dizer simplesmente que o bronze é sorridente. Essa situação não ocorre, por outro lado, com as propriedades dimensionais do segundo grupo, que parecem poder ser melhor atribuídas ao bronze do que à própria estátua. Quando o escultor está trabalhando, é, de fato, o bronze quem adquire as tais e tais dimensões que, em conjunto, constituirão a figura da estátua.

Sendo assim, a necessária reinterpretação das propriedades do primeiro grupo poderia ser efetuada a partir da sua recondução às propriedades do segundo grupo. O sorriso é uma propriedade da disposição particular das dimensões do pedaço de bronze. O sorriso existe, na medida em que o pedaço de bronze tem uma certa figura da qual o sorriso é uma qualificação. Parece possível, portanto, criar um modelo no qual o bronze seja, desde o início do experimento, o substrato genuíno da atribuição. Nesse modelo, o sorriso “do bronze” é como a palidez do homem. A atribuição da palidez, propriedade da cor, ao homem, é elíptica. Ela supõe que o homem é substrato da cor à qual a palidez é atribuída. Assim, por essa via pode-se reconduzir ao pedaço de bronze as propriedades da estátua, como propriedades de propriedades do substrato genuíno.

Desse modelo resulta uma certa concepção da realidade. Nela, uma estátua não é um objeto genuíno, se por essa expressão se compreender “algo que existe por si próprio”. O termo “estátua” torna-se uma abreviatura para “bronze-com-aspecto-de-estátua”, expressão que designa algo cuja realidade depende do pedaço de bronze. Em resumo, nesse modelo a única substância é a matéria, da qual seres como estátuas, cavalos e pessoas são *acidentes*. Nessa concepção, um homem é como o caminhante de Z1.

Examinada de perto, essa concepção encontra sérias dificuldades para explicar a disposição das coisas no mundo para além das propriedades de seus constituintes básicos. Quer aceite como substância um único tipo de substrato, quer aceite uma variedade de substratos materiais, o materialista é incapaz de fornecer uma explicação para a existência da substância composta. Ele é, em particular, incapaz de explicar geração e corrupção. No primeiro caso, geração e corrupção são simplesmente reduzidas à alteração da matéria subjacente (*Gen. Cor. I 1, 314^a8-13*). No segundo caso, há, em princípio, espaço para a distinção. A geração, no entanto, não é simplesmente o estabelecimento de novas relações (de “associação” e “dissociação”) entre elementos básicos, mas o surgimento de uma *nova* substância, ou seja, o que ocorre quando algo deixa *como um todo* de ser isto, tornando-se aquilo (*Gen. Cor. I 2, 317^a17-27*). Uma concepção materialista, portanto, partindo dos elementos como substratos últimos, não é capaz de explicar a constituição das substâncias compostas: assim como não há, a partir das propriedades do bronze, como explicar que um bloco de bronze venha a ser uma estátua (o substrato não produz mudança em si próprio: A3, 984^a19-21), também não se pode, a partir das propriedades dos elementos (sejam quantos forem), explicar a constituição, por exemplo, dos seres vivos. As explicações que essa concepção do mundo pode fornecer limitam-se àquelas que remontam aos encontros (na maior parte das vezes fortuitos) de certas massas dos elementos. O surgimento de compostos de pouca complexidade pode, assim, ser explicado por forças de atração e repulsão entre os elementos, mas, para além disso, não se pode explicar que os elementos organizem-se deste ou daquele jeito. Compreendido unicamente como composto muito complexo de elementos, o homem não é “nem sempre nem o mais das vezes” (é, portanto, *accidental*: E2, 1026^b31-33, ver também *Fis. II 1, 193^a9-28*).

Esse modelo materialista radical pode ser mantido de modo coerente, desde que se esteja, de fato, disposto a reduzir a realidade sensível a meras propriedades acidentais dos elementos simples. Apesar, no entanto, de sua coerência interna, um modelo de substancialidade dessa natureza seria evidentemente recusado por Aristóteles. A explicação de eventos como o vir a ser dos seres vivos e o que lhes sucede enquanto seres vivos está precisamente no centro do interesse de Aristóteles. Qualquer ontologia que não possa fornecer uma explicação razoável para esse tipo de evento seria imediatamente recusada. É razoável imaginar que a atitude de Aristóteles seria exatamente a de procurar compreender a realidade de seres como as partes dos corpos e elementos simples primeiramente na medida em que eles contribuem para a compreensão desses seres fundamentais.

Assim, é notável que a referência, ao final de Z3, às substâncias aceitas (1029^a33-34), não diga respeito indiscriminadamente às substâncias sensíveis aceitas por todos (como em H1, 1042^a7-11; 24-25). Em 1029^a33-34 consta que *alguns* dos seres sensíveis são aceitos como substâncias e é no domínio *desses seres* que são aceitos como substância que a investigação deve começar.

Diante da incapacidade que um modelo que não tome os seres complexos como substância teria de explicar a geração e existência dos seres vivos, é possível que essa referência a *certos* seres sensíveis seja análoga à referência de Z7 a “essas coisas, as quais dizemos serem mais do que tudo substâncias” (Z7, 1032^a18-19), que é exemplificada por “homem ou planta”. Por sua vez, quando Aristóteles afirma que é no domínio desses seres que se deve investigar primeiro, pode-se concluir que a fundamentação da noção de substância deve permitir, em primeiro lugar, compreender a existência de tais seres.

4.1.2 *A hipótese platônica e o exame da essência*

Na hipótese materialista sofisticada, a essência é delimitada a partir das propriedades de uma matéria última e indecomponível. Nessa alternativa, a substância é identificada com essa matéria simples. Essa hipótese reduz seres complexos como homens e cavalos à

condição de acidentes dos seus constituintes materiais últimos e não pode explicar a maioria dos eventos da realidade sensível (tais como a geração de plantas e animais).

Uma outra solução pode ser desenvolvida a partir da completa distinção entre a essência que delimita o sujeito lógico e o substrato de mudança. O resultado do argumento de Z3 é tal como é porque *tudo* o que se pode dizer do substrato, inclusive a natureza disso que é substrato, é tomado como distinto do próprio substrato. Uma alternativa à hipótese materialista examinada consistiria em atribuir esse resultado à própria natureza do substrato de mudança. Caracterizar a substância em sentido estrito seria, nesse caso, descrever algo que é distinto do substrato de mudança.

Essa alternativa corresponde, em linhas gerais, ao platonismo. Aristóteles, de fato, menciona a caracterização platônica de um substrato indeterminado que ora é descrito como correspondendo à díade “grande/pequeno” (*Fis.* I 4, 187^a17-18; I 6, 189^b11-16)¹, ora ao que no *Timeu* (50^a5-^c5) é apresentado como “receptáculo” (*Fis.* IV 2, 209^b33-10^a1) . É possível que as duas caracterizações correspondam à mesma doutrina (cf. Charlton, [1970] 1992 : p. 82) e tudo indica que a conclusão segundo a qual a substância é identificada ao universal em oposição à indeterminação do substrato seja resultado das pesquisas de Platão a respeito das definições, precisamente o que estava ausente nos raciocínios dos físicos pré-socráticos (cf. *Met.* A 6, 987^a31-^b10; ^b29-988^a1; Ross : 1924, v. I, p. 172-3)².

Como nota Suzanne Mansion (1961 : p. 54-55), Aristóteles freqüentemente critica os filósofos mais antigos pela má formulação de um problema, ao passo que Platão é criticado em virtude da solução proposta. No caso em questão, a tese platônica não apenas está livre das confusões atribuídas aos pré-socráticos, como também parece sair fortalecida do exame

¹ A referência é a uma tese notoriamente obscura incluída na “doutrina não-escrita” de Platão (cf. *Fis.* IV 1, 209^b14; Ross, 1924 : v. I p. 169-73). Sendo respectivamente princípios formal e material das Idéias, um e grande/pequeno seriam princípios de todas as demais coisas (*Met.* A6, 987^b18-22).

² Dado que o “substrato” platônico é muito semelhante àquele que é exposto em Z3, 1028^a20-26, há quem sustente que o argumento de Z3 seja dirigido contra a doutrina platônica do receptáculo (cf. Gill, 1989 : p. 26-31). De fato, em *Fis.* IV 2, 209^b5-13 há um argumento contra a concepção do receptáculo exposta no *Timeu* que lembra, em linhas gerais, o de Z3.

da noção de substrato de Z3. Assim, quando o contraponto de Aristóteles deixa de ser os pré-socráticos e passa a ser o platonismo, a pesquisa entra em uma nova etapa.

O exame da essência em Z4-6 marca essa nova etapa na medida em que busca um terreno comum com o platonismo, a partir do qual se criará espaço para a alternativa aristotélica. Essa alternativa será uma retomada (com qualificações) da proposta segundo a qual noção de substrato de mudança corresponde ao bom sentido de “substância”.

Muitos intérpretes mostram surpresa com o que acreditam ser uma discrepância entre o anúncio de um necessário estudo da forma no final de Z3 e o que de fato ocorre nos capítulos subseqüentes, dedicados ao exame da essência. Nessa perspectiva, parece que uma parte importante da pesquisa da substância é abandonada antes de sua conclusão. A reação a isso, no entanto, é freqüentemente a resignação. Ross, por exemplo, sugere (1924 : v. I, p. xciv) que a dificuldade de tratar a forma como uma variedade de substrato tenha levado Aristóteles a simplesmente pular para o item seguinte da lista de candidatos à substancialidade apresentada no início de Z3.

Os manuscritos da *Metafísica*, no entanto, fornecem uma razão para passar ao exame da essência. Logo após o anúncio desse exame em Z4 há, em todos os manuscritos, uma passagem que justifica uma mudança de foco:

É, de fato, proveitoso progredir em direção ao mais conhecido. Com efeito, a aquisição do conhecimento acontece para todos por meio da passagem que parte das coisas menos conhecidas por natureza em direção às mais conhecidas. E esta é a tarefa: como com relação às ações, partir do que é bom para cada um e tornar bom para cada um o bom em absoluto, assim também [com relação ao conhecimento] partir do que nos é mais conhecido e tornar conhecido para nós o que é conhecido por natureza. Mas o que nos é conhecido e primeiro freqüentemente é pouco conhecido e pouco ou nada tem do ser. No entanto, a partir do que é imperfeitamente conhecido, mas conhecido para nós, é necessário tentar conhecer o que é conhecido em

absoluto, avançando, como foi dito, por meio do que nos é conhecido. (1029^b3-12)¹

Desde Bonitz, quase todas as edições do livro Z apresentam essa passagem transposta para uma posição diferente daquela dos manuscritos². Supõe-se que sua posição nos manuscritos deva-se a um antigo erro de edição, uma vez que a essência não poderia corresponder ao que é mais conhecido para nós. Além disso, inserida na posição dos manuscritos, essa passagem privaria de referente o αὐτοῦ de 1029^b13, que designa isso a respeito de que se está tratando e deve recuperar o τὸ τί ἦν εἶναι de 1029^b2 (cf. Bonitz, [1848-9] 1960 : v. II, p. 303; Frede e Patzig, 1988 : v. II, p. 54-6).

Com relação a essa última observação, pode-se dizer que, tomando 1029^b3-12 como nota entre parênteses, a referência do αὐτοῦ de 1029^b13 pode corresponder ao último termo anterior aos parênteses, a saber, o αὐτοῦ de 1029^b3, que se refere claramente a τὸ τί ἦν εἶναι (cf. Irwin, 1988 : p. 211, n. 31 e 1990 : p. 243-4).

À primeira observação, por sua vez, deve-se responder que, na posição dos manuscritos, a passagem é capaz de justificar o tipo de abordagem que se anuncia para a essência em 1029^b13: “e, em primeiro lugar, digamos algumas coisas a respeito dela [da essência] de um ponto de vista abstrato”. A expressão “de um ponto de vista “abstrato” traduz (na falta de alternativa melhor) o controverso advérbio λογικῶς. Myles Burnyeat (2001 : p. 19-25) sugere que examinar uma questão λογικῶς seja simplesmente examiná-la fazendo abstração do que é peculiar ao domínio em questão. Não há, no próprio advérbio, a

¹ πρὸ ἔργου γὰρ τὸ μεταβαίνειν εἰς τὸ γνωριμώτερον. ἡ γὰρ μάθησις οὕτω γίνεται πᾶσι διὰ τῶν ἡττον γνωρίμων φύσει εἰς τὰ γνώριμα μᾶλλον· καὶ τοῦτο ἔργον ἐστίν, ὥσπερ ἐν ταῖς πράξεσι τὸ ποιῆσαι ἐκ τῶν ἐκάστω ἀγαθῶν τὰ ὅλως ἀγαθὰ ἐκάστω ἀγαθὰ, οὕτως ἐκ τῶν αὐτῶ γνωριμωτέρων τὰ τῇ φύσει γνώριμα αὐτῶ γνώριμα. τὰ δ' ἐκάστοις γνώριμα καὶ πρῶτα πολλάκις ἡρέμα ἐστὶ γνώριμα, καὶ μικρὸν ἢ οὐθὲν ἔχει τοῦ ὄντος· ἀλλ' ὅμως ἐκ τῶν φαύλως μὲν γνωστῶν αὐτῶ δὲ γνωστῶν τὰ ὅλως γνωστὰ γνῶναι πειρατέον, ματαβαίνοντας, ὥσπερ εἴρηται, διὰ τούτων αὐτῶν.

² Na maioria das edições, a passagem em questão está inserida no final de Z3 (Jaeger, Ross, Frede e Patzig, etc.).

determinação de um grau preciso de abstração. A abstração é sempre relativa ao que, no contexto, diz respeito ao que é próprio do âmbito de estudo.

O que a abordagem de Z4-6, em contraste à de Z3 deixa claro, é que a abstração pertinente diz respeito ao que é peculiar aos seres sensíveis e à mudança. A essência, assim considerada, é “mais conhecida para nós” (ou antes, mais fácil, menos problemática) porque evita as peculiaridades da realidade sensível dos seres mutáveis.

Precisamente por essa razão, pode-se também dizer dessa parte da investigação que ela “pouco ou nada tem do ser” (1029^b9-10). Quem raciocina em abstrato, afinal, não conhece como as coisas de fato são no mundo sensível. Conforme advertência encontrada em Z4, não se deve desenvolver a pesquisa abstrata mais do que aquela ocupada com o “modo como as coisas estão dispostas na realidade” (1030^a28). Esse contraste antecipa o retorno à consideração da realidade sensível que deve reintroduzir a noção de forma.

Evidentemente, a noção de substrato poderia, também, receber esse tratamento abstrato (o que de fato parece ocorrer em *Seg. An.* I 22). Isso, no entanto, não seria de nenhum auxílio para resolver os problemas de Z3. A falta de clareza da noção de substrato corresponde à sua indeterminação quanto *ao que* deve desempenhar a função de substrato. Na análise de um objeto físico à luz dessa noção, essa vagueza levou à suposição de algo que nada é por si mesmo. A noção de essência, por sua vez, está no extremo oposto do espectro conceitual da doutrina da substância. É constitutivo da noção de essência de cada coisa que ela é aquilo que (cada coisa) é dita por si (Z4, 1029^b14).

No plano abstrato da análise de Z4-6, no entanto, isso naturalmente não poderá dizer respeito diretamente às substâncias. Assim, em Z4-6 Aristóteles fala da “essência de *cada coisa*”, sem jamais limitar o domínio de aplicação de “cada coisa” a seres sensíveis, a substâncias ou mesmo particulares¹.

¹ Cf. Burnyeat (2001 : p. 28-9). Em particular, não se pode supor que o uso de ἕκαστον indique tratar-se do indivíduo. Quando Aristóteles deseja inequivocamente referir o indivíduo, ele emprega a expressão τὸ καθ' ἕκαστον (cf. Arpe, 1938 : p. 41 e Frede e Patzig, 1988 : p. 87-8).

Apesar de abstrata, a análise de Z4-6 permite estabelecer algumas diretrizes para a investigação subsequente. Fica claro, em primeiro lugar, que não há essência em sentido estrito de compostos transcategoriais como o homem-branco, nos quais “algo é dito de algo” (Z4, 1029^b22-30^a2). Unicamente os seres que “não são ditos de outros, mas são por si e primeiros” (Z6, 1031^b13-14) têm essência no sentido rigoroso. Novamente, isso não exclui universais ou seres acidentais – desde que considerados em abstração disso de que são acidentes (Z6, 1031^b21-28).

O ponto central dessa discussão abstrata está na exposição da relação entre cada coisa e sua essência (exposição cuja parte principal encontra-se em Z6, 1031^a28-^b22, ^b28-1032^a11). De modo muito condensado, a argumentação procede da seguinte maneira: Dado que a essência de cada coisa corresponde ao que cada coisa é por si, se houvesse, no caso das coisas “primeiras”, distinção entre a coisa e sua essência, então a coisa não seria o que é por si. Considerar, portanto, que cada coisa e sua essência não são “um e o mesmo” (Z6, 1031^b19) resulta em distinguir uma coisa dela própria.

Significativamente, os exemplos de “coisas primeiras” empregados em boa parte da demonstração são Idéias platônicas (o que, por si só, reforça o caráter abstrato da prova). O que, na hipótese platônica, garante a identidade da substância com a sua essência, seria a separação das propriedades essenciais do âmbito das propriedades que são, em algum sentido, atribuídas a um substrato de mudança. Nessa hipótese, se os seres sensíveis podem ser conhecidos, isso ocorre *a despeito* do fato de serem substratos de mudança. É possível saber o que significa dizer que Sócrates é homem em virtude da sua relação com a Idéia de homem, que é dele separada e com a qual ele compartilha um nome (cf. A6, 987^b1-10).

No entanto, se essa é uma proposta para se compreender a natureza *dos* seres sensíveis, ela enfrenta problemas. O argumento de Γ 4 mostrou que o substrato de mudança deve ser delimitado pela essência expressa na definição. A mesma identidade que deve ocorrer entre a Idéia e sua essência deve ocorrer entre a essência e isso que é substrato, se este deve ser delimitado por uma essência. Se não pode haver distinção entre a Idéia e sua essência, não há também razão para estabelecer essa distinção diretamente entre a essência

e isso de que a Idéia é Idéia (Z6, 1031^b28-32^a2). Se não se deve distinguir entre a Idéia e sua essência, tampouco parece necessário estabelecer essa distinção no plano do ser sensível (cf. Mansion, 1971 : p. 79, n. 14).

A alternativa platônica, portanto, não é capaz de resolver as dificuldades relativas ao substrato que é composto de matéria e forma.

4.1.3 *A alternativa aristotélica: o contraste entre as Categorias e o livro Z*

Para evitar as alternativas platônica e materialista sofisticada, Aristóteles deve ser capaz de identificar o substrato lógico ao substrato de mudança – compreendido não apenas como substrato material simples, mas também tal como são os seres complexos que vêm a ser e perecem. Para compreender como isso ocorre no livro Z, é interessante estabelecer o contraste com as *Categorias*.

O tipo de ser que está no centro do interesse de Aristóteles corresponde, de modo geral, aos exemplos de “substâncias primeiras” fornecidas naquele primeiro trabalho (ainda que a referência fosse unicamente a particulares concretos, não sendo possível identificar um interesse especial em qualquer tipo de ser concreto). Lá também havia a pretensão de identificar o substrato como sentido de substância. Isso é claro a partir da indicação de particulares concretos (ὁ τῆς ἀνθρώπου, ὁ τῆς ἵππου, *Categ.* 5, 2^a13-14) como exemplos do que “subjaz a todas as demais coisas” (*Id.* 2^b38).

Nas *Categorias*, no entanto, há uma distinção entre substância primeira e substância segunda que impõe qualificações à compreensão do substrato como substância. Na medida em que é atribuída à substância primeira (o particular que é substrato de mudança) a sua natureza (a substância segunda) é distinta dela. Aristóteles introduz uma distinção entre “existir em” e “ser dito de” que permite distinguir entre a natureza de algo e um atributo qualquer: o que é dito *de*, mas não existe *em* transmite a isso de que é dito seu nome e definição (*Categ.* 5, 2^a11-21). Não deixa de haver, no entanto, uma cisão fundamental entre

o substrato e sua natureza. Parece, ainda, que o substancial é antes resguardado do substrato do identificado com ele.

Apesar da identificação dos objetos particulares ordinários (inequívocos substratos de mudança) com a substância primeira, o interesse no tratado das *Categorias* não é explicar a mudança. Para que homens e cavalos particulares sejam tomados como substâncias em oposição aos seres incluídos nas demais categorias sem abordar as questões do vir a ser, basta determinar a independência dos primeiros em relação aos demais (e a dependência destes em relação àqueles) e garantir um modo de privilegiar a relação do objeto particular com sua natureza (em oposição à sua relação com atributos ordinários). É possível, desse modo, dizer que estas e aquelas coisas são primeiras em relação aos seus atributos e que são, respectivamente, homens e cavalos (e não seus atributos).

Quando, no entanto, estão em questão as dificuldades da explicação do vir a ser, este esquema torna-se insuficiente para manter a substancialidade do substrato. No contexto da análise da mudança fica claro que, segundo as *Categorias*, a substancialidade da substância (isso que faz dela uma substância) é independente do fato de ser substrato. Quando se diz que “o homem é branco”, está claro que *este*-homem tem uma relação extrínseca com a brancura e uma relação intrínseca com a humanidade. Não se pode, no entanto, dizer a partir do modelo das *Categorias* que o substrato da brancura é substrato da brancura *por ser homem*. Somente se for possível afirmar que o homem é constituído *como substrato* pela humanidade será possível excluir a hipótese segundo a qual há dois modos de substancialidade (permanecendo em aberto a questão a respeito de qual dos dois é prioritário), um para o substrato, outro para a sua natureza. Somente se esses dois modos de substancialidade forem unificados em um só, será possível estabelecer para além de qualquer dúvida e sem qualquer equivocidade que o substrato da mudança é substância.

Essa linha de raciocínio torna-se ainda mais forte quando se examina a geração da própria substância. O homem somente vem a ser *como substância* se o substrato a partir do qual ocorre sua geração for *tornado homem*. Se a natureza do substrato, por ocasião da geração do homem, não for transformada em natureza humana, permanecerá no homem um

substrato que ou tem uma natureza distinta ou não tem qualquer natureza nem substancialidade. Se o homem não se identifica com o substrato no final do processo de geração, fica-se entre a seguinte alternativa: ou o substrato é substância e o homem não é substância; ou o homem é substância e o substrato não é substância. Pode-se, portanto, dizer que nas *Categorias* ocorre ao substrato ser substância: ele não é intrinsecamente substância.

Contrariamente ao platonismo, Aristóteles pretende que a essência delimite o substrato lógico de modo a fazê-lo coincidir com o substrato de mudança. A partir do modelo das *Categorias*, no entanto, seria necessário dizer que essa coincidência não é explicada a partir da constituição do próprio substrato. A alternativa materialista sofisticada, por sua vez, apresenta um critério para a identificação do substrato de mudança com o substrato lógico, mas o faz às custas da redução do âmbito da substância aos limites dos elementos materiais que não são gerados nem se corrompem. Para evitar esse resultado que transforma o homem em um acidente da matéria da qual é constituído, o composto de matéria e forma deve ser o substrato de propriedades que é identificado com o substrato lógico. Uma vez que a forma permite a identificação do ser humano como ser que é gerado e permanece no mundo, a essência deve ser identificada com a sua forma e não com a sua matéria. Se, portanto, o homem deve ser tomado como substância em sentido estrito, a essência que delimita o substrato lógico deve ser identificada com a forma do homem.

Para compreender como a identificação da forma com a essência permite tomar o homem como substrato lógico, há duas tarefas fundamentais a cumprir. Em primeiro lugar, deve-se examinar as condições segundo as quais algo pode corresponder a uma essência. Em segundo lugar, deve-se examinar o modo como a forma garante a geração e a permanência do homem. Se, ao garantir a geração e existência do homem a forma for capaz de ser identificada com a essência que delimita um substrato lógico, será possível tomar o homem como substância em sentido estrito.

A primeira tarefa será executada a partir do exame da noção de essência caracterizada como *o que é*. Viu-se, no primeiro capítulo, que a queixa de Ross a respeito da existência de uma ambigüidade insolúvel na noção de οὐσία pode ser substanciada a partir das ocorrências de οὐσία em uso diádico associadas aos seres não substanciais. A noção de τί ἐστὶ, quando vinculada à οὐσία em uso diádico, permite localizar essa dificuldade na medida em que há passagens nas quais ela é atribuída exclusivamente à substância e passagens em que ela tem aplicação irrestrita aos seres das demais categorias. Ao final do exame, deve ficar claro o sentido de τί ἐστὶ que se aplica exclusivamente à substância, assim como o sentido da expressão τί ἦν εἶναι (“essência” em sentido estrito), de maior precisão. Com isso, deve ser possível caracterizar as condições para que algo seja identificado com a essência.

4.2 *Essência e forma*

4.2.1 *O τί ἐστὶ e a substância*

O τί ἐστὶ como designação do ser de algo que existe por si, tal como expresso na definição, deriva-se da substantivação da pergunta τί ἐστὶ τὸ A; (“o que é A?”; cf. Arpe : 1938 : p. 08-14). Ocorre que a estrutura gramatical da frase não é inequívoca. Como nota Rudolf Boehm (1965 : p. 55-9), em “o que é *x*?” , “o que” pode ser tomado como sujeito ou predicado. No primeiro caso, pergunta-se qual ou quais itens caem sob o conceito de *x*. No segundo, pergunta-se a respeito do item *x*, o que ele é. O mesmo vale para o τὶ de τί ἐστὶ τὸ A.

Desses dois modos de compreender a frase, é o segundo que, apropriado pelo vocabulário técnico posterior a Sócrates, passa a corresponder a um pedido de definição. Ao falante do grego ordinário, no entanto, a compreensão mais natural é aquela em que τὶ é sujeito e está por um item concreto. Isso explica a situação comum nos diálogos platônicos em que os interlocutores de Sócrates, ao serem perguntados o que é algo, ao invés de

responderem por meio de uma definição, fornecem exemplos. Na origem, Aristóteles teria sido motivado a empregar τί ἐστὶ como sinônimo de substância mais devido a esse sentido reístico (o qual indica uma *res* ou coisa), do que ao sentido técnico e definicional (cf. Arpe, 1938 : p.11-2). A intenção seria eliminar a ambigüidade de expressões como τὸ λευκόν que, mais do que “o branco” em português, pode significar tanto a cor branca quanto algo que é branco (cf. Z6, 1031^b23-25). Ao ouvir τί ἐστὶ, o interlocutor de Aristóteles seria naturalmente levado a conceber a coisa e não a qualidade ou afecção.

Que o sentido reístico e não o definicional tenha originado o emprego de τί ἐστὶ como substância, é também sugerido pelo fato que não há nada na mera idéia de definição que restrinja sua aplicação às substâncias. Aristóteles, de fato, utiliza τί ἐστὶ para referir também a definição dos seres não-substanciais. Desse modo, por exemplo, em *Tópicos* I 9 coexistem ocorrências de τί ἐστὶ referindo-se à substância com ocorrências que se referem às demais categorias. Nesse texto, uma referência ao conjunto das categorias em que τί ἐστὶ figura como sinônimo de substância (103^b25) é imediatamente seguida da afirmação segundo a qual o que significa o τί ἐστὶ significa ora a substância, ora a quantidade, ora a qualidade e assim por diante (103^b27-29). A leitura do texto é inequívoca, desde que não se percam de vista os dois usos da expressão¹.

Seria possível, a partir dessa duplicidade de sentidos do τί ἐστὶ em Aristóteles, tentar ler as ocorrências da expressão em Z1 como sinônimo de coisa. De fato, qualquer dificuldade que possa haver no tratamento de τί ἐστὶ como sujeito de atribuição desaparece, quando a expressão é compreendida como sinônimo de coisa. É preciso, contudo, notar que a distinção entre os usos reístico e definicional não basta para dar conta do papel do τί ἐστὶ no livro Z. No texto referido dos *Tópicos*, Aristóteles está empenhado em eliminar ambigüidades como a da expressão τὸ λευκόν (cf. Kapp, [1942] 1967 : p. 36-42). Para esse fim, a distinção intuitiva entre coisa e atributo, é suficiente e a noção de

¹ Nesse texto, Aristóteles emprega οὐσία para designar a substância nas ocasiões em que τί ἐστὶ poderia criar ambigüidades (cf. 103^b28 e ^b31).

definição pode ser aplicada de modo uniforme e sem qualificações ulteriores não apenas a substâncias, mas a seres de qualquer natureza. No livro Z, por sua vez, a distinção entre coisa e atributo torna-se, ela própria, objeto de justificação. O que é expresso pela definição passa, então, a ser compreendido como recurso capaz de expor a primazia ontológica da substância. A própria noção de οὐσία possui uma variedade de sentidos que não pode ser reduzida aos sentidos reístico e definicional, se este último termo for compreendido analogamente a uma noção de definição que não comporta diferenças quando aplicada a um item substancial e quando aplicada a um item accidental. A diferença entre o meramente definicional e a exposição da essência em sentido estrito (ou seja, a expressão da causa do ser de algo que existe por si próprio) deve consistir no fato que este último deve corresponder a um sentido privilegiado de definição que pode ocorrer como substrato.

Se a intenção de Z1 é introduzir o estudo que apresentará o fundamento da independência da substância, o τί ἐστὶ que lá é dito ser substrato de atribuições não deve ser mero sinônimo da noção intuitiva de coisa nem simplesmente expressão da definição lingüística da substância. Ele deve corresponder à essência como identidade do ser independente.

No livro Z, esse sentido é delimitado precisamente a partir da diferenciação em relação ao sentido definicional de aplicação geral. Uma primeira caracterização ainda incompleta dessa distinção pode ser encontrada em Z4:

Com efeito, o *o que é* significa de um modo a substância e o este-algo, mas, de outro, cada um dos predicados: quantidade, qualidade e tantos outros quantos [existam] dessa natureza. Pois tal como o “é” aplica-se a todos, ainda que não da mesma maneira, mas, em um caso, em sentido primeiro, em outro, em sentido derivado, também o *o que é* aplica-se sem mais à substância e qualificadamente aos demais seres: com efeito, perguntaríamos o que é a qualidade, de modo que também a qualidade está entre as coisas que caem sob *o que é*, ainda que não sem mais, mas tal como no caso do não ser alguns dizem

de um ponto de vista abstrato que o não ser é, não sem mais, mas não-ser, assim também a qualidade. (Z4, 1030^a18-27)¹

Em *Tópicos* I 9, o τί ἐστὶ em sentido definicional é simplesmente dito corresponder ora à substância, ora à quantidade, ora à qualidade e assim por diante (103^b27-29). Nesse texto de Z4, por sua vez, há uma qualificação ausente nos *Tópicos*. Em Z4 fica claro que, ainda que o *o que é* seja dito de todas as categorias, ele é aplicado *em sentido primeiro* à substância e derivadamente aos demais tipos de seres. De acordo com esse texto, a quantidade está sob o âmbito do τί ἐστὶ do mesmo modo que o não-ser está sob o âmbito do ser, ou seja, sob a condição que a abordagem seja de natureza abstrata (tal como exposto na seção 4.1.2). No trecho de Z4 que sucede a passagem citada, essa abordagem é distinguida daquela na qual *o que é* aplica-se unicamente à substância, quando Aristóteles adverte que não se deve apenas atentar para o modo de dizer as coisas, mas sobretudo, ao modo como estão dispostas na realidade (Z4, 1030^a27-28).

Nesse ponto, a discussão não é mais dirigida diretamente ao τί ἐστὶ, mas ao conceito que, de fato, é objeto de Z4: a essência em sentido estrito (τὸ τί ἦν εἶναι). Na verdade, a noção de τί ἐστὶ fora introduzida em Z4 para facilitar a argumentação a respeito da essência. Em seu estudo a respeito dessa noção em Aristóteles, Curt Arpe comenta (1938 : p. 8-11) que, na formação do vocabulário técnico a partir de Sócrates, a expressão τί ἐστὶ do grego ordinário passa a designar não apenas a pergunta “o que é?”, mas também a sua resposta, significando, então, isso que a coisa, nela mesma, é. Esse sentido técnico, contudo, jamais teria perdido completamente a imprecisão do idioma ordinário. O τί ἐστὶ pode corresponder à definição completa de algo, à definição parcial (a indicação do gênero, por exemplo) ou mesmo apenas ao nome (*Id.* p. 18-9 e 39). A

¹ καὶ γὰρ τὸ τί ἐστὶν ἓνα μὲν τρόπον σημαίνει τὴν οὐσίαν καὶ τὸ τόδε τι, ἄλλον δὲ ἕκαστον τῶν κατηγορουμένων, ποσὸν ποιὸν καὶ ὅσα ἄλλα τοιαῦτα. ὥσπερ γὰρ καὶ τὸ ἐστὶν ὑπάρχει πᾶσιν, ἀλλ' οὐχ ὁμοίως ἀλλὰ τῷ μὲν πρώτῳ τοῖς δ' ἐπομένως, οὕτω καὶ τὸ τί ἐστὶν ἀπλῶς μὲν τῇ οὐσίᾳ πῶς δὲ τοῖς ἄλλοις· καὶ γὰρ τὸ ποιὸν ἐροίμεθ' ἂν τί ἐστίν, ὥστε καὶ τὸ ποιὸν τῶν τί ἐστὶν, ἀλλ' οὐχ ἀπλῶς, ἀλλ' ὥσπερ ἐπὶ τοῦ μὴ ὄντος λογικῶς φασὶ τινες εἶναι τὸ μὴ ὄν, οὐχ ἀπλῶς ἀλλὰ μὴ ὄν, οὕτω καὶ τὸ ποιόν.

expressão artificial $\tau\acute{\iota} \eta\grave{\nu} \epsilon\acute{\iota}\nu\alpha\iota$ teria sido introduzida por Aristóteles para evitar essa imprecisão, significando exclusivamente a definição completa ou essência de algo¹. O ponto de Z4, 1030^a17ss., portanto, é mostrar que, tal como a noção algo vaga de $\tau\acute{\iota} \acute{\epsilon}\sigma\tau\iota$, também o $\tau\acute{\iota} \eta\grave{\nu} \epsilon\acute{\iota}\nu\alpha\iota$ é aplicado em sentido primeiro (quando se examina o modo como as coisas estão dispostas na realidade) à substância e em sentido derivado (quando se atenta unicamente ao modo de dizer) aos seres das demais categorias.

É, portanto, claro a partir desse texto, que a distinção entre um sentido decorrente da abordagem abstrata e outro decorrente da abordagem comprometida com a descrição da realidade vale tanto para $\tau\acute{\iota} \acute{\epsilon}\sigma\tau\iota$, quanto para $\tau\acute{\iota} \eta\grave{\nu} \epsilon\acute{\iota}\nu\alpha\iota$. Cabe agora esclarecer melhor a diferença entre as duas abordagens.

A distinção entre a abordagem abstrata e a abordagem precisa é diferente para cada área do conhecimento. Com relação à argumentação desenvolvida em Z, talvez seja possível encontrar indicações a respeito da distinção pertinente em uma observação parentética de Z6, ainda que nada nela demonstre a pretensão explícita de distinguir essas duas abordagens:

No caso do que é dito de modo accidental, como o músico ou branco, por significar de dois modos, não é verdadeiro dizer que são o mesmo a essência e a própria coisa; pois [significam] 1) isto no qual ocorre o branco e 2) o acidente, de modo que a essência e a própria coisa de um modo são o mesmo e de outro não. Com efeito, a essência [do branco]

¹ O ganho de precisão em relação a $\tau\acute{\iota} \acute{\epsilon}\sigma\tau\iota$ é expresso através da reduplicação do verbo ser em $\tau\acute{\iota} \eta\grave{\nu} \epsilon\acute{\iota}\nu\alpha\iota$. A pergunta “o que é Sócrates?” pode ser adequadamente respondida indicando o que quer que Sócrates seja por si mesmo, por exemplo, animal ou bípede. O modo de ser de Sócrates, no entanto, não é indicado por qualquer resposta parcial dessa natureza, não correspondendo, por exemplo, simplesmente ao modo de ser de um animal em geral. Diante disso, a pergunta “o que é *ser* Sócrates?” deve ser respondida de modo completo por algo que indique precisamente o modo de ser que cabe a Sócrates: ser Sócrates é ser precisamente o que é ser um animal bípede. Por essa razão, Jacques Brunschwig, ao traduzir $\tau\acute{\iota} \acute{\epsilon}\sigma\tau\iota$ por “essência” em geral, passa a traduzir $\tau\acute{\iota} \eta\grave{\nu} \epsilon\acute{\iota}\nu\alpha\iota$ por “essencial da essência” (1967 : p. 5, n. 3). Ver também: Arpe, 1938 : p. 14-8; Aubenque, [1962] 2005 : p. 461-4.

não é o mesmo que o homem nem o mesmo que o homem branco, mas é o mesmo que a afecção. (Z6, 1031^b22-28)¹

Aquí, a essência do branco é dita ser idêntica a ele unicamente quando considerado em abstrato, ou seja, à parte da substância que lhe serve de substrato. Em uma investigação a respeito do ser das coisas (e não do modo de dizê-las), a abordagem que não leva em conta o substrato só pode corresponder àquela de natureza abstrata. O parentesco entre as duas expressões e o paralelismo dos contextos autoriza a transferir essa caracterização ao τί ἐστὶ. Assim, segue-se de Z4 e Z6 que a abordagem abstrata não leva em conta o fato que quantidades, qualidades, etc. existem em um substrato substancial. Em uma abordagem abstrata dessa natureza, pode-se falar de essência e, por extensão, de *o que é* dos seres não-substanciais. Quando se considera, por outro lado, o modo como as coisas estão dispostas, deve-se levar em conta que tais seres dependem de um substrato que é distinto e independente deles próprios e, nesse contexto, apenas os seres que existem por si (e não em algo distinto), ou seja, as substâncias, têm essência e *o que é*.

4.2.2 *A forma como critério para delimitar a essência e as exigências formais da essência*

Um branco particular, considerado a partir das condições sem as quais não pode existir, não é idêntico ao enunciado que define a cor branca. Este branco só existe na medida em que ocorre em algo distinto do branco (a saber, uma superfície particular) incluindo em si, portanto, algo distinto do que enuncia a sua definição como uma certa cor. Em oposição a seres como o branco, as substâncias são idênticas às suas definições, uma vez que existem independentemente e não em algo distinto delas próprias.

A partir disso, distinguem-se dois sentidos de definição. Em sentido abstrato, a definição corresponde a um enunciado que não leva em conta as condições que devem ser

¹ τὸ δὲ κατὰ συμβεβηκὸς λεγόμενον, οἷον τὸ μουσικὸν ἢ λευκόν, διὰ τὸ διττὸν σημαίνειν οὐκ ἀληθῆς εἰπεῖν ὡς ταῦτὸ τὸ τί ἦν εἶναι καὶ αὐτό· καὶ γὰρ ὃ συμβέβηκε λευκὸν καὶ τὸ συμβεβηκός, ὥστ' ἔστι μὲν ὡς ταῦτόν, ἔστι δὲ ὡς οὐ ταῦτὸ τὸ τί ἦν εἶναι καὶ αὐτό· τῷ μὲν γὰρ ἀνθρώπῳ καὶ τῷ λευκῷ ἀνθρώπῳ οὐ ταῦτό, τῷ πάθει δὲ ταῦτό.

satisfeitas para que algo exista como item particular no mundo. Nesse sentido, o enunciado que apresenta o que é a cor branca é definição do mesmo modo que o enunciado que apresenta o que é o homem. Em sentido estrito, por sua vez, há definição apenas das coisas que não existem em algo distinto do que enuncia a sua definição, ou seja, das substâncias.

Pode-se encontrar aqui uma dificuldade à proposta de garantir que alguns substratos de mudança sejam substância em sentido estrito a partir da identificação da sua forma com a essência. De acordo com essa proposta, a forma deve ser tomada como critério para determinar as propriedades que delimitam o sujeito de atribuição. No entanto, a forma é atribuída ao substrato material preexistente. Se o fato que o branco deve ser atribuído a uma superfície impede a identificação do branco com a sua essência, então a forma dos seres sensíveis parece igualmente impedir a identificação desses seres com a essência. Se um branco particular não é idêntico à sua essência na medida em que existe em algo distinto do próprio branco, um homem particular parece ser igualmente distinto de sua essência na medida em que a sua forma existe em um substrato diferente do homem.

Para que o homem particular seja substância em oposição a um branco particular, é necessário que as propriedades que constituem a substância composta sejam atribuídas à sua matéria em um sentido distinto daquele em que se diz que as propriedades ordinárias da substância são atribuídas a ela. De outro modo, a forma humana estará vulnerável ao mesmo tipo de problema que, ao final da primeira etapa do argumento de Z3, impedia de tomar o “formato visível” da estátua como conjunto de propriedades capaz de delimitar um substrato lógico.

Assim, para que a forma permita delimitar o substrato de mudanças como sujeito lógico, é necessário distinguir dois tipos de substrato de mudança: a relação entre a matéria do homem e sua forma não pode ser a mesma que ocorre entre o homem e as propriedades que ele ganha e perde ao longo de sua existência¹.

¹ A descrição da relação entre forma e matéria a partir do modelo da relação entre o objeto e suas propriedades termina por comprometer Aristóteles com a compreensão da matéria como um objeto sem qualquer propriedade. É o que se encontra na leitura de Zeller (para citar somente o exemplo mais clássico), que fala da matéria como “algo da natureza de um objeto” que nada é e pode tornar-se qualquer coisa ([1844-

Isso impõe especial cuidado à leitura das passagens nas quais Aristóteles refere-se à forma como sendo predicada da matéria¹. Do fato que as relações 1) entre $[a]$ substância e $[b]$ acidente e 2) entre $[a]$ matéria e $[b]$ forma sejam ambas descritas como “predicação de b a a ”, não se segue que a relação ontológica expressa nos dois casos seja a mesma². Em face de tais passagens, é necessário ter em mente a distinção de dois modos de ser substrato que é apresentada em Z13, em um trecho que faz inequívoca referência a Z3³: “falou-se a respeito da essência e do substrato, que subjaz de dois modos, ou sendo este-algo, como o animal subjaz às afecções, ou como a matéria subjaz ao ato”. (1038^b5-6)

Tomando a relação lingüística entre sujeito e predicado como representação ontologicamente neutra das duas relações entre o substrato e isso de que ele é substrato, pode-se descrever da seguinte forma a distinção expressa em Z13: No primeiro caso, o sujeito é algo independente que recebe uma qualificação. A relação entre sujeito e predicado é extrínseca na medida em que o sujeito é o que é independentemente do predicado. No segundo caso, por sua vez, a relação expressa pela atribuição é constitutiva e intrínseca: o que ocupa a posição de sujeito não é algo independente, senão em virtude do que está na posição de predicado.

1852]1921 : p. 240). A essa tendência de leitura, convém opor a formulação feliz de G. E. Anscombe: “A idéia segundo a qual o que muda precisa ser algo que não muda precisamente porque é o que muda é muito parecida à idéia segundo a qual o que tem predicados precisa ser algo sem predicados só porque é o que tem predicados: estando ambas baseadas em leituras inadequadas de Aristóteles.” ([1953] 1979 : p. 88)

¹ O exemplo mais conhecido é certamente aquele de Z3, 1029^a23-24. Nesse caso, no entanto, a substância é dita ser predicada da matéria em virtude da ausência de um critério para distinguir, no substrato de mudança tomado como sujeito lógico, propriedades essenciais de acidentais. Trata-se, portanto, da apresentação de um resultado considerado absurdo. Exemplos de uso propriamente aristotélico desse modo de exprimir a relação entre forma e matéria podem ser encontrados nas passagens examinadas adiante nesta seção.

² No vocábulo ὑποκεῖσθαι, Bonitz parece afirmar que a relação lógica entre sujeito e predicado não é claramente distinguida dos dois tipos de relação ontológica do substrato com isso de que ele é substrato, uma vez que tampouco se pode diferenciar com precisão 1) o modo de ser substrato da substância em relação ao acidente, daquele 2) da matéria em relação à forma. A isso, Brunschwig observa (1979 : p. 139-40) que as indistinções apontadas por Bonitz são, na melhor das hipóteses, imperfeitas e, se há algum motivo para representar as relações ontológicas 1) e 2) a partir da relação entre sujeito e predicado, disso certamente não se segue que o motivo seja *o mesmo* nos dois casos.

³ A exposição da distinção é precedida pela observação segundo a qual substrato e essência já foram objetos de exame (1038^b2-4), referência que, no caso do substrato, só pode remeter a Z3.

A distinção entre os dois modos de ser substrato levou Jacques Brunschwig a sugerir no célebre artigo “La forme, prédicat de la matière?” (1979) que se recuse para o segundo modo de ser substrato o modelo da atribuição de um sujeito a um predicado. Mais adequado seria compreender a relação entre matéria e forma como aquela que se dá entre os termos da definição (não a relação entre *definiendum* e *definiens*, mas aquela entre os termos que compõem o *definiens*) (p. 153-7). A matéria subjaz ao ato não do modo como o sujeito subjaz ao predicado que lhe é atribuído, mas do modo como o gênero subjaz à diferença que o determina. Assim, nas passagens em que a relação entre forma e matéria é expressa a partir dos termos que usualmente exprimem a atribuição ordinária, seria conveniente traduzir esses últimos como significando “determinação” e não “predicação”¹.

Brunschwig (p. 146-52) apóia sua interpretação em Θ7, 1049^a27-^b2. Nesse texto, Aristóteles apresenta a relação entre forma e matéria a partir de um modo de expressão em que a matéria (e não a forma) ocupa posição de predicado (como em τὸ κίβωτιον ξύλινον, “a cama é de-madeira”), sem, no entanto, deixar de referir-se no contexto do exame de tais casos à forma como “predicado” (κατηγορούμενον, cf. 1049^a35).

Nessa passagem, as expressões em que a matéria ocorre como predicado são empregadas para ressaltar a sua indeterminação. Referida em sua relação com a substância dela constituída a partir de um adjetivo (e não de um substantivo), a matéria é comparada aos itens de natureza accidental. Do mesmo modo que o homem não é dito ser “brancura”, mas “branco”, também a cama não é dita ser “madeira”, mas “de-madeira” (o que pode ser expresso em grego a partir do adjetivo ξύλινον, derivado de ξύλον, “madeira”). Nos dois casos, o adjetivo expressa um grau de indeterminação evidente a partir do contraste com o substantivo cognato. O adjetivo deixa clara a dependência da realidade por ele expressa em relação a algo distinto e designado pelo substantivo ao qual é atribuído.

¹ Para o termo mais significativo, o verbo κατηγορεῖσθαι, normalmente traduzido por “ser predicado de”, seria necessário distinguir entre um sentido predicativo estrito e um sentido amplo, que pode ser interpretado como designando a relação de determinação. Essa distinção é imposta pela passagem de *Seg. An.* II 3, 90^b34-37, na qual o verbo é empregado para dizer que os termos constitutivos do *definiens* não são predicados um do outro (cf. Brunschwig, 1979 : p. 155-7).

Nesse contexto, o que se pretende é expor o modo como a forma confere determinação à matéria. Se Aristóteles segue referindo-se à forma como *κατηγορούμενον*, então essa expressão não pode ser sempre compreendida como significado algo que é predicado¹.

É preciso, agora, verificar de que modo a forma, compreendida como o que orienta a geração de um ser sensível independente, pode determinar a matéria de modo a evitar que a relação entre o composto e sua forma seja identificada àquela entre a substância sensível e suas propriedades. Isso será feito a partir de um exame do papel da forma na descrição da geração das substâncias. Se, a partir desse exame, for possível concluir que a forma determina a matéria do modo necessário, será possível dizer que a relação entre a forma do homem e o seu substrato material não é do mesmo tipo que a relação entre o branco e o substrato sobre o qual ele existe. Nesse caso, será possível identificar a essência do substrato lógico com a forma do substrato de mudança que é submetido a geração e corrupção. Haverá, portanto, um meio de tomar o substrato de mudança como substância.

4.2.3 *As condições da descrição da geração*

Na geração, o ser gerado não pode ser referido como um particular determinado. Se o que está sendo gerado é um homem, o homem particular que está sendo gerado passa a existir apenas ao final do processo. No ventre materno, o que existe de fato é o embrião e não o homem particular que será dado à luz ao fim da gestação. O objeto que sofre o processo de geração e que *resultará* no objeto gerado não pode ser idêntico ao objeto gerado. Se esse fosse o caso, a geração não seria apenas inútil (uma vez que o produto estaria já dado desde o início), mas contraditória, pois a presença do produto seria anterior à sua própria produção. Pode-se dizer indeterminadamente que a geração é de *um* homem, mas não *deste* homem que surgirá unicamente ao fim do processo.

¹ Brunshwig (*Id.* : p.154-5) busca também apoio substancial em H2, 1043^a5-6, onde a relação entre a forma (ou antes “atualidade”) e a matéria é tratada como a relação entre os termos de uma definição, sem que a atualidade deixe de ser referida como *κατηγορούμενον*.

Essa distinção é defendida por G. E. L. Owen (1978-9 : p. 16-21), que, de modo provocativo, comenta que a estátua sendo esculpida pelo escultor não é a mesma estátua particular que ele terá em seu estúdio quando o trabalho estiver completo. Quando alguém está esculpindo uma estátua, argumenta Owen, a afirmação que ele está esculpindo uma estátua é verdadeira mesmo que o trabalho seja abandonado ainda incompleto. Uma afirmação a respeito da geração de algo não tem como condição de verdade a existência (presente ou futura) desse algo. Quando se pergunta o que está em processo de produção, a resposta não é a indicação de um particular, mas o fornecimento de uma definição, que é necessariamente enunciada em termos universais.

Assim, quando Aristóteles afirma que “tudo o que vem a ser, vem a ser por efeito de algo, vem a ser a partir de algo e vem a ser *algo* ($\tau\iota$)” (Z7, 1032^a13-14), o “algo” que se atribui ao que passa a existir não pode ser identificado com o particular que está em processo de geração. Não parece possível evitar o contra-senso da preexistência do gerado à geração a partir dessa identificação¹. Tampouco os textos favorecem uma tal interpretação: Não apenas a passagem paralela de $\Lambda 3$, 1029^b36-70^a2 fornece $\epsilon\acute{\iota}\delta\omicron\varsigma$ como explicação de $\tau\iota$, eliminando a associação do algo gerado com o particular sensível, como também a reapresentação dos termos da geração no início de Z8 impõe a compreensão de “algo” como correspondendo à forma. Em Z8 Aristóteles exemplifica o “algo” que vem a ser por “esfera ou círculo” (1033^a27-28), para em seguida dizer que, tal como a matéria, esfera não é produzida (1033^a28-29). Como nota Bostock (1994 : p. 122-3), o único meio de evitar a conclusão que Aristóteles teria se expressado de modo muito impreciso nessa passagem, empregando o mesmo termo para exemplificar ora a forma não-gerada, ora o indivíduo concreto, é tomar as duas ocorrências de “esfera” (e, por conseguinte, o “algo” que vem a ser) como correspondendo à forma e não ao objeto concreto produzido².

¹ Por essa razão, não entendo a preferência de Frede e Patzig (*ad* 1032^a19) pela associação, em Z7, 1032^a18-19, do algo que vem a ser à coisa concreta e não à sua forma. O argumento segundo o qual Aristóteles estaria, no início de Z7, apresentando uma caracterização ainda intuitiva dos processos naturais de vir a ser e de sua própria teoria em nada altera o contra-senso resultante dessa associação.

² Ross é às vezes acusado de cometer em sua tradução a associação desastrosa do algo que vem a ser com o objeto concreto (cf. Bostock, 1994 : p. 122; Owen, 1978-9 : p. 20-21 e 16). De acordo com a acusação mais eloqüente, a de Owen, Ross teria tomado os exemplos dados para o algo que vem a ser como referindo não as espécies, mas, de modo geral, os indivíduos pertencentes à espécie. Assim, quando é dito que o que vem a ser

Agora, se a identificação do algo que refere o gerado com o próprio objeto concreto que é resultado do processo cria um contra-senso, a identificação desse algo com a forma *individual* do objeto em nada altera a situação. Considerada como indivíduo, a forma nada mais é do que o próprio objeto concreto tomado à parte de suas propriedades acidentais. Assim sendo, a descrição do processo que leva à geração de um indivíduo tem como condição a consideração da forma do indivíduo em separado e como universal.

Esse é precisamente o ponto da crítica ao platonismo que ocorre em Z8 a partir de 1033^b19: se houvesse uma esfera [individual] à parte das particulares, este-algo [sensível] não viria a ser (1033^b19-22). A forma, portanto, não deve [neste contexto] ser considerada como *isto* (τόδε), mas como *tal* (τοιόνδε) (1033^b22-26), ou seja, como uma natureza que é compartilhada pelos indivíduos de uma mesma espécie (em particular, pelo indivíduo que gera e pelo que é gerado) (1033^b29-34^a2). Portanto, se existissem Idéias como supõem os platônicos [a saber, como substâncias individuais] não surgiriam substâncias por si (1033^b26-29)¹.

é algo, por exemplo, animal, Ross teria entendido “animal” como podendo ser substituído por Sócrates ou Cálías, ou seja, pelo indivíduo concreto que será resultado do processo de geração. Ross traduz Z8, 1033^a27, (talvez o caso mais expressivo), como “algo é produzido, por exemplo, uma esfera ou um círculo”, o que, para Owen resulta no conflito com a afirmação de Z8, 1033^a29-30, segundo a qual a esfera não é produzida. Ainda que a tradução sugerida por Owen (“o que vem a ser, vem a ser *algo*, por exemplo, uma esfera ou um círculo”) seja preferível, inclusive por razões de língua (cf. Frede e Patzig *ad loc.*), a associação indesejável entre “algo produzido” e a esfera concreta só seria inevitável se Ross houvesse empregado artigos definidos diante de “esfera” e “círculo”. O uso de pronomes indefinidos por parte de Ross pode ser tomado como modo indeterminado de referir o algo gerado sem compromisso com sua existência enquanto particular. Ross estaria, então, lançando mão precisamente do recurso que, segundo Owen, as línguas modernas dispõem para evitar a associação de “algo” com o objeto particular: “O que a semente está-se tornando é, de fato, um *isto*, pois (como nós podemos dizer, ainda que os gregos não pudessem), ela está-se tornando *uma* árvore. Mas o que ela está-se tornando não é qualquer árvore particular, mas um *tal*, pois identifica-se o processo dizendo que tipo de coisa a semente está-se tornando” (*Ibid.*, p. 21; grifos no original).

¹ Em *Notes on Zeta* (p. 64) ressalta-se que esse argumento mostra a inadequação da compreensão das formas como indivíduos para a explicação da geração de substâncias, o que não exclui a suposição de formas individuais em outros contextos. Por essa razão, Frede e Patzig, para quem as formas são exclusivamente individuais, podem ler de modo semelhante a porção final de Z8, devendo, no entanto, limitar a condição de universalidade *ao modo de expressão* da natureza disso que vem a ser (cf. *ad* 1033^b21-22). Os autores chegam a inserir “tais *expressões*” na tradução do trecho que refere o que deve ser compreendido como um *tal* (τοιόνδε) e não como *isto* (1033^b21-22) para evitar a aplicação dessa conclusão às formas substanciais.

4.2.4 A forma como *τοιόνδε* e como *τόδε τι*

Apesar de necessária à descrição da geração, a caracterização da forma como universal e *τοιόνδε* parece incompatível com a sua identificação com a essência de algo e com a substância primeira (Z7, 1032^b1-2). Em Z3, a condição de ser substância recaía sobre a forma e o composto em detrimento da matéria separada da forma porque, ao contrário desta, a forma e o composto eram ditos serem *τόδε τι* (1029^a27-30). No entanto, caracterizada como *τοιόνδε*, a forma é precisamente contrastada com o que é *τόδε τι* (Z8, 1033^b19-24). Se a forma é *τοιόνδε*, então as razões que eliminaram a matéria isolada da forma do conjunto das substâncias parecem aplicar-se também a ela.

Para entender como a forma pode ora ser tratada como *τόδε τι* e substância, ora como *τοιόνδε*, é necessário examinar a oposição entre essas duas caracterizações. Em Z13, Aristóteles afirma que o universal é *τοιόνδε* e não *τόδε τι* (1038^b35-39^a2, 1039^a15-16) porque o universal é comum, ao passo que a substância é *peculiar* (*ἴδιος*) a isso de que ela é substância (1038^b8-12).

Não é certo que, em si mesma, a condição de “ser peculiar a algo” caracterize o particular em oposição ao universal¹. É possível que, em Z13, nada seja determinado em relação a essa questão. Tampouco pode-se dizer sem mais que a expressão *τόδε τι* refira-se ao particular. Ela é ambígua, na medida em que *τι* pode tanto indicar um modo de determinação próprio do universal, quanto a determinação do particular (ambigüidade que, como se viu, diz respeito também ao *τι* de *τί ἐστί*). No entanto, para a resolução da questão que nos interessa, o contraste relevante é precisamente aquele entre o enunciado universal da forma e o caráter particular da substância composta. Esse é o contraste

¹ *Notes on Zeta* (p. 127-8) apresenta esse ponto, com a observação segundo a qual é desnecessário a Aristóteles determinar se o “algo” em questão é particular ou universal, se ele, em Z13, está apenas expondo o ponto geral segundo o qual a substância de algo é peculiar a algo. Frede e Patzig (1988 : v. II, p. 245-7) respondem que, se o “algo” do qual se diz que a respectiva substância é peculiar não for um particular, então o mesmo argumento pode ser aplicado aos gêneros.

expresso em Z8 através da oposição entre $\tau\omicron\iota\acute{o}\nu\delta\epsilon$ e $\tau\acute{o}\delta\epsilon \tau\iota$ (1033^b21-22). Aristóteles, no mesmo trecho, elimina as ambigüidades substituindo essa última expressão por $\tau\acute{o}\delta\epsilon \tau\omicron\iota\acute{o}\nu\delta\epsilon$ (“este-tal”) em 1033^b23-24). Uma vez que, nesse texto, o enunciado universal da forma é referido como $\tau\omicron\iota\acute{o}\nu\delta\epsilon$ em oposição ao $\tau\acute{o}\delta\epsilon$ que indica algo particular, a expressão $\tau\acute{o}\delta\epsilon \tau\omicron\iota\acute{o}\nu\delta\epsilon$ indica inequivocamente um particular que está sob a espécie referida pelo universal.

Se o texto de Z13 não permite, por si só, decidir que a condição de ser peculiar seja suficiente para estabelecer a diferença entre o enunciado universal da forma e a forma como $\tau\acute{o}\delta\epsilon \tau\iota$, o cruzamento da condição de peculiaridade com outra adicional exposta adiante no livro Z pode indicar que o objetivo final de Aristóteles seja a compreensão da forma como o que é peculiar ao particular¹. Quando, em Z17, Aristóteles expõe os termos da compreensão da substância como causa, ele o faz de tal modo a deixar claro que, no âmbito causal, o seu interesse é a substância composta particular².

É com vistas a compreender a forma como causa do ser da substância particular, portanto, que o contraste entre o $\tau\omicron\iota\acute{o}\nu\delta\epsilon$ e $\tau\acute{o}\delta\epsilon \tau\iota$ será aqui examinado. Nesse contexto, a noção de peculiar aplicada à substância particular deverá permitir compreender o que significa tomar a forma como $\tau\acute{o}\delta\epsilon \tau\iota$ em oposição ao $\tau\omicron\iota\acute{o}\nu\delta\epsilon$.

¹ Como nota Burnyeat (2001 : p. 46), a ausência de qualquer ocorrência do termo “forma” em Z13 pode impedir que se tome esse capítulo isoladamente para decidir se as formas substanciais são ou não particulares, mas ela não impede que o resultado obtido a partir da noção de “substância” seja empregado para qualificar o uso de forma como $\tau\acute{o}\delta\epsilon \tau\iota$ (único uso que permite tomar a forma como substância). Ao contrário, a exposição de Burnyeat da estrutura argumentativa do livro Z como formada a partir de partes lógicas e abstratas que se complementam com argumentos baseados nos princípios da física leva a esperar que o resultado de Z13 seja empregado alhures para esclarecer um ponto a respeito da forma. A proposta defendida aqui é que isso ocorre em Z17.

² É o que se depreende da exposição do tipo de questão pertinente a uma investigação sobre a substância por recurso a exemplos explicitamente caracterizados como particulares a partir de artigos definidos: “por exemplo, porque *estas coisas* são uma casa? (...) E por que *isto* é homem ou por que *este* corpo está disposto *deste modo*?” (Z17, 1041^b5-7). É, no entanto, necessário notar que essa caracterização inequívoca da substância como particular não ocorre desde o início do capítulo (em 1041^a27, por exemplo, “tijolos e pedras” não é precedido de qualquer artigo). Como nota Burnyeat (2001 : p. 59, n. 121), os artigos definidos passam a ser empregados quando a exposição já superou a fase abstrata e quando a noção de matéria passa a ser decisiva para o argumento.

Em Z17, imediatamente após haver proposto o exame da substância como causa (1041^a9-10), Aristóteles afirma que toda investigação deve proceder perguntando “por que algo ocorre a algo?”. No caso de seres como o homem, a investigação deve partir de uma desarticulação, ou seja, a investigação deve perguntar por que tal matéria é tal coisa (1041^b4-9). Com relação a uma casa, a resposta deve indicar por que o material do qual ela é composta tem uma dada disposição. A resposta corresponderá ao que é ser casa, ou seja, à forma da casa. No caso de um homem, pergunta-se por que tal corpo tem tal disposição. A resposta, novamente, será a forma do homem. A relação de algo a algo da qual fala Aristóteles em Z17, portanto, é uma relação de estruturação que é identificada à forma.

Essa capacidade estruturadora da forma está completamente ausente, por exemplo, na brancura. O branco não impõe sobre a sua superfície qualquer alteração além da própria cor. Para que se possa compreender o que caracteriza a forma como τόδε τι em oposição ao seu enunciado como τοιόνδε, deve-se notar que todo o poder causal atribuído à forma substancial em oposição aos acidentes depende de sua aplicação aos casos particulares (cf. Λ5, 1071^a18-24). Ainda que a formulação da capacidade estruturadora da forma ocorra em termos gerais, é necessário que a estruturação que a forma humana dá ao tipo de matéria apropriado ao corpo humano explique a geração e o modo de ser de Sócrates para que o conceito geral de “homem” não corresponda a uma arbitrariedade.¹ A estrutura que mantém a unidade entre as partes do corpo de Sócrates é a estrutura particular que é peculiar a Sócrates. Enquanto essa estrutura particular existir, Sócrates permanecerá existindo.

O enunciado universal da forma do homem que permite falar indeterminadamente de “um homem” (tal como requerido para falar de um homem em processo de geração) não impõe o conhecimento do papel estruturador da forma. É possível fazer uso do conceito de “homem” sem conhecer com precisão o que o torna uma substância (se a bipedia ou a razão, por exemplo). A resposta a essa questão, por outro lado, é condição da capacidade de descrever processo de geração e do modo de ser do homem em particular, quando se pretende que geração e modo de ser sejam descritos a partir de um fim estruturador.

¹ Por essa razão, a relação entre matéria e forma nas definições das substâncias é primeiramente exposta em Z17 em termos universais, mas depois aplicada aos casos particulares (como observado em nota acima).

Quando se fala em “casa”, por exemplo, não é necessário supor as necessárias relações das partes da casa. A estruturação precisa de casa, por outro lado, é necessariamente dominada pelo arquiteto que é capaz de realizar sobre tijolos e pedras a forma da casa. O domínio da estruturação associada à forma não é suposto no uso indefinido de um conceito, mas sim na exposição do modo de geração ordenado à realização da substância como fim (essa é a distinção entre o discurso do artista ou cientista em relação àquele do leigo). Quem é capaz de produzir uma casa particular necessariamente conhece a estruturação associada à forma da casa e, de mesmo modo, quem é capaz de descrever a geração de um animal particular conhece a estruturação da forma do animal sobre sua matéria.

Assim, tanto quanto o vulgo pode dizer imprecisamente que “um homem está sendo gerado”, também ele pode dizer que “homem gera homem”, mas somente o homem de ciência será capaz de justificar essa última afirmação a partir da descrição de uma série de eventos causalmente relacionados. A descrição da ação da forma que é “a mesma em outro” (ou seja, a forma humana no progenitor, Z7, 1032^a25) sobre a matéria permite explicar que uma tal matéria seja disposta segundo tal estrutura e, desse modo, permite dizer que a carne e os ossos de Sócrates estejam organizados tal como estão. Nesse sentido, a forma de Sócrates é *peculiar* a ele. Somente quando se pode identificar no indivíduo a estrutura que, de outro modo, pode ser enunciada em termos universais, tem-se necessariamente conhecimento disso do que se fala.

Pode-se, assim, contrapor à forma caracterizada como mero universal e τοιόνδε o papel da forma como *natureza*. Não é propriamente o modo de existência o que diferencia a natureza do universal. Tanto quanto este último, a natureza também existe *em* um substrato (*Fis.* II 1, 192^b34). Assim como o mero universal, ela também é compartilhada por diversos indivíduos, o que permite enunciar a fórmula muito repetida segundo a qual “homem gera homem”. O que difere a natureza do mero universal é precisamente a capacidade de

estruturação que permite caracterizá-la como princípio e causa da mudança e permanência naquilo ao qual ela pertence primeiramente por si e não por acidente. (*Ibid.*, 192^b22-4)¹.

Esse poder de estruturação, no entanto, não se exerce em separado. A despeito do modo de expressão de Aristóteles em certas passagens, a natureza não é por ele concebida como uma força separada que opera sobre os objetos naturais. O poder de agir de um determinado modo pertence antes aos objetos naturais – mas não unicamente como objetos particulares e sim *na medida em que* são dotados de uma natureza (cf. A. Mansion, [1913] 1987 : p. 226).

Se a forma como natureza corresponde ao poder estruturador tomado universalmente, a forma como τóδε τι corresponde à realização da estrutura no caso particular. Sócrates é a forma humana como τóδε τι porque ele é o que é fundamentalmente na medida em que realiza a forma humana.

4.2.5 *A forma e os níveis de estruturação da matéria*

Cabe verificar agora se a estruturação que a forma impõe à matéria nos compostos substanciais, tal como descrita até aqui, é suficiente para garantir a distinção entre os dois tipos de substrato expostos em Z13 e, por conseguinte, garantir que a proposta de identificar a forma com a essência permita tomar certos substratos de mudança como substâncias. O ponto de partida para essa avaliação será o exame dos artefatos, que são freqüentemente empregados por Aristóteles como modelos de substâncias.

Os artefatos têm, sobre os seres vivos, a vantagem didática de permitir distinguir com maior facilidade matéria e forma. Além disso, eles permitem identificar com clareza a determinação imposta pela forma à matéria. Tanto o material do qual é feito o artefato,

¹ O fato que a natureza é compartilhada por indivíduos de mesma espécie permite aplicar ao caso da geração a caracterização da natureza como princípio *interno* de mudança. Na geração a natureza é princípio de movimento não em um mesmo indivíduo, mas em uma mesma espécie (cf. A. Mansion, [1913] 1987 : p. 238)

quanto a disposição das suas partes são determinadas pela função do artefato. Compreendida como forma, a função do artefato explica a escolha dos materiais e o modo como, da sua junção, resulta uma unidade. O machado é constituído de ferro *porque* as qualidades deste material permitem o desempenho da função própria do machado. O desempenho dessa função explica também a posição da lâmina em relação ao cabo, de modo que o resultado parece ter uma unidade interna que não se encontraria no conjunto formado pelo vermelho e o seu substrato.

Esse processo pode ser compreendido a partir da série noético-poiética descrita em Z7 (1036^b6-21). A função do artefato impõe, na mente do artesão, o desenvolvimento de um raciocínio ordenado a partir de uma série de passos que culminará na produção do artefato. Cada passo é teleologicamente determinado pela etapa anterior. Assim, para produzir algo capaz de cortar, a primeira pergunta a ser feita é “o que é necessário para cortar?”. A resposta será algo do tipo “para cortar é necessário haver rigidez”, que, por sua vez, provocará uma pergunta subsequente a respeito de qual material dispõe de rigidez. Desse modo, a forma do artefato, tomada como fim, permite compreender a inclusão das propriedades do material no composto. A incorporação do ferro no machado dá-se a partir da inclusão da sua rigidez às propriedades essenciais do machado.

A relação de estruturação descrita a partir do modelo didático dos artefatos pode ser também identificada no vínculo entre a forma e a matéria dos compostos mais complexos, os seres vivos. O corpo é matéria do ser vivo na medida em que é adequado à atividade do ser vivo, ou seja, na medida em que permite ao ser vivo executar a sua atividade característica (a vida), tal como o ferro torna possível ao machado cortar. O corpo de um ser vivo define-se a partir das funções que ele executa com o fim de manter a vida do animal. Ele é, assim, um órgão ou instrumento e só pode ser compreendido a partir de sua função. Quando ele não é mais capaz de executar sua função, ele deixa de existir. Um corpo morto é um corpo apenas por homonímia.

No caso dos artefatos, contudo, ainda que a matéria seja escolhida tendo em vista uma função, ela possui uma identidade que é independente do desempenho dessa função.

Mesmo que o machado perca seu fio e a estátua a sua forma, o ferro e o bronze continuam sendo ferro e bronze. O desempenho da função é intrínseco à identidade do corpo dos seres vivos e extrínseco à identidade do material do qual se compõem os artefatos. O material do machado tem uma identidade à parte da função do machado, ao passo que o corpo não tem identidade à parte do ser vivo¹. Assim, o limite da analogia entre seres vivos e artefatos deve estar no fato que o “corpo” dos artefatos é um algo independente, ao passo que o corpo dos seres vivos é unicamente um constituinte do ser vivo.

No entanto, é preciso notar que a natureza do corpo dos seres vivos não se reduz às suas propriedades funcionais ou orgânicas. A carne e os ossos do corpo vivo podem ser interpretados como órgãos na mesma medida em que, por exemplo, os olhos e sua identidade é igualmente dependente da função própria do corpo vivo. Parece, contudo, que o mesmo não ocorre no nível mais básico de análise: aquele em que os elementos ou corpos simples são tomados como matéria dos tecidos ou homeômeros. Neste plano, tudo parece passar-se do mesmo modo que na constituição dos artefatos. Terra e fogo parecem ter identidades independentes do corpo vivo na mesma medida em que o ferro com relação ao machado. Tal como o ferro no caso do machado, terra e fogo preexistem (nos alimentos) à constituição do homem e tornam a existir em separado após a sua morte (no cadáver).

Pode parecer, portanto, que, em última análise, a decisão de tomar os seres compostos dos elementos como seres independentes encontre tão pouco apoio no modo como as coisas estão dispostas no mundo quanto a decisão de tomar os artefatos como seres independentes. Se isso fosse o caso, no entanto, não haveria como evitar a conclusão que os seres vivos são meros acidentes de seus constituintes elementares. No caso da estátua, é conveniente, por razões práticas, falar dela como se fosse um objeto independente. Trata-se, no entanto, de mera convenção semântica. No caso dos seres vivos, dizer deles que são “terra e fogo” deve ser um equívoco de natureza ontológica. Assim, se a estruturação que, no nível básico, a

¹ Por essa razão, Kosman (1987) conclui que a identidade dos artefatos está mais próxima à dos compostos acidentais (como o cavalo-branco) do que à das substâncias em sentido estrito. De fato, Aristóteles não toma os artefatos como substâncias genuínas (cf. H3, 1043^b21-23).

forma impõe sobre os elementos não for capaz de constituir uma unidade intrínseca, ela também não o será no nível superior¹.

Para que o modelo funcione, é necessário tomar a incorporação da matéria preexistente no composto como reidentificação. Quando os elementos entram na composição dos seres vivos, eles não mais correspondem ao que eram quando existiam em isolado. Isso permite escapar da aplicação ingênua da prioridade natural. De acordo com esse tipo de prioridade, x é anterior a y se x pode existir sem y , não sendo verdadeiro o inverso. Se um dado elemento x deixa de ser o algo que é quando se torna constituinte de uma substância em sentido estrito y , então não é verdade que y não pode existir sem x . Se, quando x torna-se constituinte de y ele deixa de ser x , tornando-se x' , então, a dependência de y é em relação a x' e não a x . Uma vez que x' existe apenas quando incorporado em y , não se pode dizer que x' seja anterior a y .

Agora, se a forma não apenas organiza os componentes materiais em um composto, mas opera sobre eles uma transformação de tal modo que não é possível dizer que os componentes incluídos no composto sejam idênticos às porções de matéria a partir da qual o composto foi gerado, não cabe mais o paralelo entre a forma do homem e o branco. Não há mais qualquer razão para identificar a relação do branco com o seu substrato com a relação da forma do homem com a sua matéria. Eliminou-se, no caso de seres como o homem, o perigo (exposto em Z3) da redução das propriedades associadas à forma a propriedades ordinárias. Pode-se, agora, identificar a forma que orienta a geração e existência do substrato de mudança “homem” com a essência de um substrato lógico.

Pode-se, assim, concluir que a forma é essência quando não apenas orienta a constituição de um composto a partir de um substrato preexistente, mas quando também determina a *reidentificação* do substrato preexistente, de modo que sua identidade passe a ser dependente do composto. Na geração do homem a forma humana não orienta apenas a

¹ Scaltsas (1994 : p. 222-25) afirma que o argumento de Z3 é de natureza semântica, ainda que ele admita não ser essa a compreensão que o próprio Aristóteles tem do argumento. Se essa interpretação do ponto apresentado em Z3 é correta, então não há como evitar a redução dos seres vivos a acidentes dos seus componentes materiais.

disposição ou conjunção de certos elementos, mas a sua transformação em elementos distintos. Quando passam a compor o corpo humano, terra e fogo transformam-se em carne. Ao contrário dos primeiros, a identidade desta última é dependente de sua inclusão em um todo que é teleologicamente organizado¹.

Esse ponto é expresso a partir da passagem, do ἐκέλνο ao ἐκέλνιον (cf. Θ7, 1049^a18-22), de acordo com a qual o material que entra na composição de uma substância perde sua autonomia, passando a ser referido, não mais por um substantivo, mas por um adjetivo derivado.

Brunschwig (p. 145-6 e 163-6) considera importante distinguir esse aspecto da relação entre forma e matéria de outro apresentado caracteristicamente em Z17 a partir de expressões como “tais materiais são uma casa”. Ele parece entender que, nessas expressões, a matéria é compreendida segundo o papel que determinadas coisas podem ter a partir do estabelecimento de relações entre elas e claramente considera que tais expressões não dão conta do ponto apresentado em Θ7.

Há, de fato, uma diferença significativa entre os dois casos. Nas expressões apresentadas em Z17, a relação não é exatamente aquela entre algo indeterminado e aquilo que o determina, mas aquela entre algo em certa medida determinado e aquilo que inclui esse algo em uma dada estrutura atribuindo-lhe uma função. No caso de Z17, pedras são sujeito da forma da casa na medida em que essa atribui às propriedades das pedras uma função na estruturação da casa.

Nos exemplos de Z17, a ênfase é no que o item material tem de determinado (determinação que é incluída em uma estrutura pela forma), ao passo que naqueles de Θ7 a tônica está na indeterminação da matéria (que só existe como algo determinado a partir de

¹ A relação específica da forma substancial com o seu substrato explica a afirmação feita ao final de Z9 (1034^b16-19), segundo a qual a geração da substância diferencia-se daquela do acidente pelo fato que, no primeiro caso, a geração necessariamente procede a partir de uma forma de mesmo tipo *em ato* (e não apenas em potência, como no caso da geração accidental). A forma substancial necessariamente preexiste em ato porque o seu substrato não pode preexistir independentemente (não há “em que” a forma substancial possa preexistir em potência para exercer seu efeito gerador).

sua relação com a forma). A relação de estruturação apresentada em Z17 permite distinguir a definição de seres como animais, machados etc. da definição de seres como o branco. Somente, no entanto, a relação expressa em $\Theta 7$ permite distinguir entre os seres do primeiro grupo quais são as substâncias genuínas: não basta que a forma substancial apresente um modo de organização de diversos constituintes, ela deve garantir que tais constituintes, uma vez inseridos no todo substancial, percam sua independência em favor da unidade do todo orgânico.

A compreensão dos detalhes da transformação do material no corpo orgânico, bem como a unidade do composto resultante, dependem do exame da doutrina do ato e potência. Aqui, basta notar que a proposta de tomar a forma como essência das substâncias sensíveis supõe que a integração dos elementos básicos no corpo material da substância ocasione a reidentificação daqueles, de modo que, inseridos no corpo orgânico, sua identidade seja dependente deste último.

Para que uma integração dessa natureza seja possível, é necessário que os elementos básicos, mesmo em separado, não tenham o mesmo grau de autonomia que as substâncias que deles são compostas. De outra forma, o resultado da composição seria um mero agregado. Isso é apresentado no início de Z16:

É evidente que, das coisas que se crê serem substâncias, a maioria são potencialidades: as partes dos animais (nenhuma delas, com efeito, é independente e quando são separadas são todas como matéria), terra, fogo e ar. Nenhuma dessas coisas, com efeito, é uma, mas são como agregados, antes que sejam processadas e algo que é um seja gerado a partir delas¹.
(1040^b5-10)

Nessa passagem, é notável o paralelo entre as partes dos animais e os elementos básicos. Diz-se dos itens de ambos os grupos que não são autônomos como as substâncias

¹ Φανερόν δὲ ὅτι καὶ τῶν δοκουσῶν εἶναι οὐσίων αἱ πλεῖσται δυνάμεις εἰσί, τὰ τε μέρη τῶν ζώων (οὐθὲν γὰρ κεχωρισμένον αὐτῶν ἐστίν· ὅταν δὲ χωρισθῆ, καὶ τότε ὄντα ὡς ὕλη πάντα) καὶ γῆ καὶ πῦρ καὶ ἀήρ· οὐδὲν γὰρ αὐτῶν ἓν ἐστίν, ἀλλ' οἶον σωρός, πρὶν ἢ πεφθῆ καὶ γένηται τι ἐξ αὐτῶν ἓν.

genuínas. Mais do que isso, em separado, tanto partes dos animais quanto os elementos são apenas potencialidades, dependendo de sua inclusão em um todo orgânico para que delas resulte algo distinto de um mero agregado¹.

A passagem também deixa claro que o conjunto inicial de “substâncias aceitas” apresentado em Z2 deve ser revisto. O critério de tomar a forma como essência permite tomar somente alguns dos substratos de mudança apontados em Z2 como substâncias. Apenas os seres sensíveis cuja geração e modo de existência podem ser explicados a partir de uma estrutura teleologicamente ordenada, tendo a forma como fim, podem ser substâncias. Seres como os artefatos, as partes dos animais e os elementos não apresentam a coesão, a independência e a unidade interna que a forma substancial provê aos seres vivos, as genuínas substâncias sensíveis.²

4.2.6 *A forma e a substância mutável*

O modelo apresentado, como se viu, torna a relação da forma com o seu substrato bastante diferente daquela que ocorre entre a brancura e o seu substrato. Essa diferença permite identificar a forma de certos substratos de mudança com a essência dos substratos lógicos. Com isso, Aristóteles encontra um meio de tomar seres sensíveis cujo vir a ser e existência são regulados pela forma como substâncias em sentido estrito. Aristóteles tem uma resposta à questão a respeito da existência de seres determinados e independentes entre os substratos de mudança que evita os problemas das alternativas materialista e platônica. Cabe, agora, examinar brevemente algumas das conseqüências desse modelo.

¹ É matéria de disputa qual seja a característica dos elementos que os impede de ser substâncias em sentido pleno. Para Sokolowski (1970 : p. 282-3), é fundamental o fato que, em si mesmos, os elementos não se encontram demarcados do meio como unidades discretas. Para Gill (1989 : p. 239-40), é significativo que os elementos, ainda que possuam princípios internos de movimento, não possuam um princípio de repouso e, portanto, não possuam um princípio de ordenação do próprio movimento.

² Talvez haja exagero na afirmação de Furth, segundo a qual a metafísica da substância é uma “profunda fundamentação teórica (...) para as ciências biológicas” (1988 : p. 05), mas é inegável que os seres vivos ocupem a posição central no desenvolvimento da teoria da substância sensível.

Em primeiro lugar, a relação peculiar da forma substancial com o seu substrato permite estabelecer uma espécie de identidade entre a forma e o composto dela resultante que não se pode estabelecer entre a brancura e o branco particular. Trata-se, evidentemente, de um sentido qualificado de identidade. Nem todas as propriedades do particular composto são propriedades da forma: é verdadeiro dizer do composto e não da forma que, neste momento, tais e tais porções determinadas de matéria compõem o seu corpo. Uma vez que a identidade de Sócrates consigo mesmo não é afetada pela troca das porções determinadas de matéria que o compõem, pode-se igualmente dizer que Sócrates é idêntico a Sócrates abstraído de qualquer porção determinada de matéria. Sócrates é idêntico à sua forma na medida em que as porções de matéria particulares não são constitutivas de sua identidade.

A capacidade estruturadora e reidentificadora da forma garante que apenas a inclusão de um certo *tipo* de matéria no composto é necessária à sua constituição, de modo que as porções particulares de matéria não afetam a sua identidade. O composto, portanto, é fundamentalmente a sua forma, uma vez que até as porções elementares que o constituem participam da sua composição apenas na medida em que a forma o determina. Essa identidade qualificada não ocorre entre a brancura e o branco particular, que, enquanto particular, é fundamentalmente o substrato no qual existe.

Por essa razão, Aristóteles pode terminar o exame, desenvolvido em Z10-11, da contribuição de forma e matéria à definição do homem afirmando que a definição do homem é a definição da alma (1037^a28-29).

Essa afirmação não compromete Aristóteles com a idéia segundo a qual o homem é definido a partir de um enunciado que não faz referência a qualquer propriedade corpórea. É necessário notar que, se a forma da qual Aristóteles fala em Z11 excluísse de si qualquer referência à matéria, não seria possível defini-la. Não parece possível distinguir partes na forma completamente pura, de modo que ela tampouco poderia ser enunciada a partir de uma definição – uma definição, afinal, necessariamente comporta partes que estão pelas partes da coisa definida (Z10, 1034^b20-22). Se a forma pura é simples, aliás, não apenas não há dela definição, como também não há a seu respeito o tipo de pesquisa apresentado

em Z17. Apenas a respeito do composto é possível perguntar o que nele faz dele a coisa que ele é. Disso decorre que não há ensino ou pesquisa a respeito da forma pura (seu modo de apreensão é outro, cf. Z17, 1041^b9-11).

Se há pesquisa da substância sensível e se a sua definição é a definição de sua forma, parece necessário concluir que não se trata da forma completamente pura, mas tal como se realiza na matéria¹. De acordo com isso, a definição do homem incluirá certas características da matéria, mas apenas daquelas necessárias à realização da forma. Em outras palavras, apenas as características da matéria que podem ser incluídas em um raciocínio que tem a forma como fim devem ser incluídas na definição da substância sensível. Recorrendo novamente ao exemplo dos artefatos, é possível dizer que a rigidez do ferro deve, necessariamente, entrar na definição do machado, mas não o seu brilho ou a disposição a enferrujar.

Pode-se, desse modo, compreender que Aristóteles identifique, ao final de Z11, a definição do homem com a definição da sua alma, tendo anteriormente afirmado que não se pode eliminar a matéria das coisas que não podem ser definidas sem o movimento (Z11, 1036b21-32). Evidentemente, não é necessário definir o homem com as suas carnes particulares, mas apenas com os órgãos que executam as funções necessárias. *Estas* carnes e *estes* ossos, ou seja, as porções particulares de matéria da qual são compostos os homens não são mencionadas na fórmula que o define.

A compreensão da definição da substância composta como expressão da estruturação/reidentificação da forma sobre a matéria permite, finalmente, diferenciar de modo preciso, no âmbito do mundo sensível, a definição das substâncias da definição dos acidentes. A relação de estruturação entre forma e matéria confere à definição das substâncias um caráter explicativo que a definição dos acidentes não pode ter². Ainda que o branco, como afecção (tomado em separado da substância que lhe serve de substrato), seja

¹ A esse respeito, convém notar a formulação precisa de Z11, 1037^a29: “a substância é a forma *imane*nte”.

² Em *Fis.* II 2, 194^a12ss. a natureza é tratada como sinônimo de τί ἦν εἶναι (194^a21) e de τί ἐστίν (194^b10) precisamente em um contexto em que é fundamental o papel estruturador da natureza.

idêntico ao ser branco, o enunciado dessa identidade não permite compreender como coisas vêm a ser e permanecem sendo brancas. Por essa razão, uma pesquisa baseada nessa identidade seria como perguntar “por que a é a ?” (cf. Z17, 1041^a14-18). A definição do branco como afecção é explicativa unicamente na medida em que se pode, a partir dela, entender o que significa dizer que uma dada superfície é branca (ou seja, na medida em que, a partir dela, pode-se reconhecer que esta superfície tem esta cor que é denominada “branco”). A definição de homem, ao revelar o caráter estruturador da forma humana, é explicativa no sentido adicional a partir do qual se pode compreender o modo de ser das coisas ditas “homens”.

Agora, é também possível compreender as prioridades “por conhecimento” e “por definição”, enunciadas em Z1. Pode-se dizer que a correta interpretação da prioridade por definição depende da compreensão da prioridade por conhecimento a partir do domínio das causas do vir a ser e da existência dos seres sensíveis. Se a definição de algo é princípio do seu conhecimento e se conhecer algo é conhecer as suas causas (entendidas como as causas da geração e existência), então a prioridade por definição será atribuída àqueles seres cuja definição permitir conhecer o próprio vir a ser e o dos demais seres. Esta última condição é claramente satisfeita pela substância sensível, tal como caracterizada aqui. Para saber como um branco particular vem a ser e segue existindo é mais importante conhecer a natureza do seu substrato do que as propriedades das cores. Para saber como o branco vem a ser é necessário saber se a superfície na qual ele necessariamente existe é, por exemplo, madeira ou pele humana. As condições que deverão ser satisfeitas para o surgimento e existência do branco em cada um dos casos serão completamente diferentes e só poderão ser conhecidas a partir do conhecimento das naturezas da madeira e da pele. Em última análise, portanto, há um conhecimento para o surgimento do branco na madeira e outro para o seu surgimento na pele (o surgimento do branco no primeiro caso será objeto do botânico, ao passo que, no segundo, será objeto do dermatologista).

A identificação da forma com a essência, portanto, permite tomar os substratos de mudança complexos que interessam a Aristóteles como substâncias em sentido estrito,

estabelecendo, para esse conjunto de seres, não apenas a prioridade por natureza, mas também aquelas por definição e conhecimento.

4.2.7 *A substância imperfeita*

Há, no entanto, um problema que parece resultar da caracterização da substância mutável aqui apresentada. Foi dito que a forma de Sócrates, compreendida como estrutura particular das partes do seu corpo, é causa da existência de Sócrates ao longo do tempo. Por outro lado, foi também afirmado que essa mesma capacidade estruturadora da forma permite, em certo sentido, identificar Sócrates com a sua forma. Agora, se a forma de Sócrates é idêntica a Sócrates e, ao mesmo tempo, é causa de Sócrates, então ela é, simultaneamente causa e efeito.

Esse problema, no entanto, não ocorre devido às limitações da realização do modelo desenvolvido no âmbito do mundo sensível. Para compreendê-lo convém recorrer, novamente, à analogia com os artefatos.

O ferro pode ser incorporado ao machado sem impedir a identidade entre este e sua forma na medida em que as propriedades do ferro podem ser incluídas em um raciocínio teleológico que tem a forma do machado por fim. Na medida em que a rigidez do ferro permite realizar a função do machado, o ferro pode ser incluído no machado. No entanto, nem todas as propriedades do ferro podem ser incluídas em um raciocínio dessa natureza. O seu brilho e a disposição a enferrujar não podem ser incluídos da mesma maneira no raciocínio do artesão que deseja produzir o machado e tem a sua função como fim. O brilho e a disposição à ferrugem em nada contribuem para a realização da função de cortar. A inclusão dessas propriedades no machado não se explica, de modo algum, a partir da sua forma ou função, mas unicamente a partir da menção ao material do qual ele é composto.

O mesmo pode ser dito de substâncias genuínas, como Sócrates. Tomando a alma racional de um homem adulto por fim, é possível estabelecer uma série explicativa para o

desenvolvimento das estruturas corporais do homem a partir do embrião. Nessa série estarão incluídos eventos como o crescimento do corpo, que supõe a absorção de nutrientes e, portanto, a busca de alimentos. A série incluirá, desse modo, a satisfação das condições do deslocamento, o que inclui a posse de um corpo físico com certas características de resistência e mobilidade. A constituição do corpo humano, portanto, pode ser explicada em grande medida a partir de sua descrição como instrumento para o desenvolvimento da alma humana adulta. Algumas de suas características, no entanto, não podem ser incluídas nessa descrição. Por exemplo, em nada contribui para o desenvolvimento da alma adulta o fato que o corpo humano entra em combustão quando exposto ao fogo. Essa propriedade deve ser explicada pela constituição do *material* do qual dispõe a natureza humana para o seu desenvolvimento. Tal como o mundo está disposto, não há como constituir um corpo que satisfaça tão bem quanto esse corpo que ocorre ser combustível as necessidades do desenvolvimento da alma humana. Dado o material do mundo, a composição orgânica mais eficaz para o desenvolvimento da alma será necessariamente combustível.

Com relação às propriedades que uma substância sensível, devido aos seus componentes materiais, necessariamente tem sem que possam ser inseridas em uma série instrumental tendo a forma como fim, o caso extremo é a *corrupção*. Os elementos que compõem o corpo de Sócrates tendem, naturalmente, há desagregação e não há como inserir a corrupção na definição de alma humana, assim como o vinho não é vinagre em potência. Por isso as coisas corruptíveis não são (enquanto corruptíveis) definíveis¹.

A substância material, portanto, comporta propriedades que são constitutivas, mas não podem ser explicadas a partir da sua forma ou essência. Mesmo que as porções de elementos que constituem o corpo de Sócrates não mantenham a sua independência quando integradas no corpo orgânico, a identidade de Sócrates com a sua forma é limitada na medida em que há propriedades da sua matéria que não podem ser integradas em uma série explicativa ordenada a partir a partir da forma substancial tomada como fim. É necessário concluir que, mesmo no sentido qualificado introduzido acima, a identificação do composto

¹ Cf. Z15, 1039^b27-40^a7; notar a ênfase na *corrupção* como impeditivo de definição e demonstração.

particular mutável com sua forma é limitada. O fato que o composto seja constituído por porções determinadas de matéria, como se viu, não afeta necessariamente a sua identidade com a forma. Agora, no entanto, percebe-se que o composto tem propriedades constitutivas que não se limitam à porções determinadas de matéria que o constituem.

A forma pode ser identificada com a essência e dessa identificação resulta a caracterização de uma substância (em uso monádico) em sentido estrito. Essa caracterização, no entanto, não corresponde perfeitamente aos seres sensíveis que se pretendia tomar como substâncias a partir da estratégia que permitiu identificar a forma com a essência.

Agora, se a identidade entre a forma e o composto não é completa, há sempre espaço para tratar a forma como causa do composto. Não há um problema de identidade entre a causa e o causado porque a forma e a substância particular mutável nunca são completamente idênticos.

Seria, então, o caso de assumir a posição de Frede e Patzig, segundo a qual a substância sensível é unicamente a forma e não o composto? Há uma boa razão para não adotar essa alternativa: a forma das substâncias sensíveis não têm *qualquer* grau de realidade, se não estiver realizada em um particular material, concreto e mutável. Não existe, no mundo sensível, qualquer substancialidade em separado da matéria (cf. H1, 1042^a29-30). Ainda que o concurso da matéria na composição da substância sensível imponha limitações à identificação entre a substância sensível e sua essência, ele é também condição para a realização da forma. O composto particular material é uma substância imperfeita, mas é a única substância possível no mundo material.

Nessa concepção, o âmbito próprio da substância no mundo material está na intersecção da forma com o particular concreto. A forma substancial em separado nunca corresponde ao τόδε τι que tem existência separada, ao passo que o particular concreto nunca é perfeitamente idêntico ao τί ἐστὶ que corresponde à sua forma.

O termo οὐσία em sentido estrito, portanto, admite, no âmbito dos seres sensíveis, dois usos mutuamente dependentes. À forma substancial cabe o sentido de οὐσία como causa unicamente quando ela é realizada em um particular sensível e material. Este, por sua vez, é οὐσία como coisa independente apenas na limitada medida em que corresponde à realização da forma substancial.

CONCLUSÃO

De acordo com a interpretação aqui defendida, o primeiro capítulo do livro Z apresenta um modelo geral para a compreensão do que existe de modo independente no mundo submetido à mudança. Nesse modelo, substâncias são caracterizadas como particulares que são substrato de mudança. Essa proposta, no entanto, seria insuficiente, na medida em que não satisfaz os requisitos da prioridade por definição e conhecimento. O percurso do livro Z, tal como descrito aqui, é voltado à sofisticação do modelo inicial, de tal modo que seja possível encontrar uma alternativa que satisfaça os requisitos necessários, mantendo o que é fundamental no esboço apresentado em Z1.

Já em $\Gamma 4$ é possível encontrar um argumento do qual se pode retirar uma crítica ao modelo exposto em Z1. A partir daquele argumento, tem-se que, se o substrato de mudança deve ser caracterizado como substância, é necessário levar em conta a definição disso que muda. Ao contrário dos acidentes, a substância não deve incluir nada distinto dela própria em seu ser. Desse modo, o argumento de $\Gamma 4$ mostraria que uma caracterização da substância mutável deve satisfazer a prioridade por definição.

Esse argumento, no entanto, é de natureza formal e não permite discernir, no mundo, o que (ou, se algo) satisfaz essa condição. É particularmente distintivo do livro Z levar em conta o que é necessário para a elaboração de uma resposta a esse respeito. Em contraste a $\Gamma 4$, o argumento de Z3 não trata da noção de substrato em abstrato, mas em sua relação com as noções de matéria, forma e composto. Tais noções dizem respeito à estrutura de

algo que vem a ser e perece. Introduzidas na discussão a respeito do substrato de mudança, esta última deixa de desenvolver-se em abstrato, podendo também dizer respeito às coisas que, sendo elas próprias submetidas a geração e corrupção, são substrato de mudança. Pode-se, com isso, estabelecer as condições para responder que tipo de coisa no mundo submetido a mudança, se algo em absoluto, é substância.

O argumento de Z3 mostra que, se há substâncias entre os seres mutáveis, é necessário encontrar um meio de delimitar o substrato lógico a partir da estrutura que, em tais seres, permite compreender a mudança. Com isso, Z3 estabelece um cruzamento entre a discussão abstrata a respeito da essência e a discussão sobre as condições da explicação da mudança.

Nessa perspectiva, o exame da noção de essência que tem início em Z4 nada mais é do que o início da reação às dificuldades apontadas em Z3. A partir do exame da essência, fica evidente a principal condição a ser satisfeita por qualquer critério ao qual se pretenda lançar mão para delimitar o substrato lógico: não é possível que um tal substrato, delimitado por uma essência, corresponda à adição de algo a algo.

Essa condição deve ser satisfeita pela proposta aristotélica para a delimitação do substrato lógico. Aristóteles recusa, ao mesmo tempo, a alternativa platônica, que separa os substratos lógico e de mudança, e uma possível alternativa materialista, que delimitaria o substrato lógico a partir das propriedades de componentes materiais simples. A pretensão de tornar compreensíveis fenômenos como a geração dos seres vivos impõe a Aristóteles a identificação do critério de delimitação do substrato lógico com a forma. Essa proposta no entanto, parece esbarrar contra a condição encontrada no exame da essência. A forma parece ser atribuída à matéria preexistente de modo que isso de que ela é forma parece corresponder sempre a algo dito de algo.

Para resolver essa dificuldade, é fundamental o papel da forma como causa. A partir dessa compreensão da forma, percebe-se que sua relação com a matéria é diferente daquela que ocorre entre um atributo ordinário e seu sujeito. Na geração do composto, a forma é

causa de modo a não apenas organizar os componentes, mas também reidentificá-los, tornando sua identidade dependente do composto no qual estão inseridos. Desse modo, a definição de tais seres não inclui nada diferente deles próprios e eles seriam capazes de satisfazer a prioridade por definição. É, portanto, possível reformar o modelo inicialmente apresentado em Z1 de modo que alguns seres particulares que são substratos de mudança satisfaçam a prioridade por definição.

Essa solução é limitada na medida em que a composição com a matéria introduz certas propriedades no composto que não podem ser explicadas por sua relação com a forma. Aceitar como substâncias seres que não satisfazem, para além de certos limites, a condição imposta, é aceitar a existência de substâncias imperfeitas.

Essa proposta de interpretação, se bem sucedida, mostra que é possível ler o livro Z como uma argumentação unificada (ainda que, talvez, restem tensões menores que não foram examinadas aqui) em torno da questão a respeito da substância mutável, compreendida como o que existe de modo independente. Cabe, no entanto, perguntar se ela se insere na proposta de recorrer à noção de causa para unificar o livro Z, tal como descrita na seção 1.2.3. As vantagens da ênfase na causa não se limitam à unidade da argumentação de Z, mas permitem também encontrar nele a realização de um projeto de estudo da οὐσία que é diversas vezes apresentado na *Metafísica*.

Nesta leitura, o tema da causa *da* substância é introduzido com vistas a solucionar a questão a respeito da existência independente e determinada dos seres mutáveis. Somente quando a dificuldade de se tomar seres sensíveis como substâncias neste sentido está bem determinada, a investigação começa a ocupar-se da causa de tais substâncias. A esse respeito, não se pode dizer que a interpretação desenvolvida aqui seja “causal irrestrita” no mesmo sentido daquelas expostas no primeiro capítulo. De acordo com aquelas leituras, o problema tratado no livro Z é imediatamente formulado como pergunta pela causa de algo que existe por si.

A diferença em relação à interpretação aqui proposta pode ser identificada a partir do papel da noção de substrato. Nas leituras anteriores, não há, entre Z3 e Z17, uma alteração radical no rumo da pesquisa porque o substrato é compreendido como *causa* de algo que existe por si. Aqui, a noção de substrato não é tomada como causa de algo, mas como conceito que permite identificar a dificuldade de se compreender seres sensíveis como substâncias. A noção de substrato, nesta leitura, impõe a consideração da causa da substância para verificar se algo que é substrato de mudança tem a unidade que se requer de uma substância genuína.

A unidade em torno da causa das substâncias, nesta leitura, é estabelecida na medida em que a causa da existência independente da substância mutável garante que a geração dos demais seres pode ser causalmente compreendida. O branco só existe em uma superfície e explicar que uma dada superfície existe é explicar que ela existe em uma substância – a madeira e a pele existem como partes da substância. Explicar a geração e existência da pessoa e da planta, portanto, é mais fundamental para conhecer a geração do branco do que conhecer as propriedades da cor. Pode-se dizer que a substância, nessa compreensão, tem prioridade por conhecimento sobre os demais seres. Nesse sentido, é possível dizer que é precisamente por ocupar-se da questão a respeito do que existe de modo independente no mundo submetido à mudança que o livro Z trata da causa.

APÊNDICE

TRADUÇÃO DE *METAFÍSICA* Z1-3

A edição do texto grego tomada como base para a elaboração desta tradução foi aquela estabelecido por Ross (1924). A divergência mais significativa em relação a essa edição diz respeito ao trecho de 1029^b3-12, que se encontra em Z4 nos manuscritos, mas foi transposto por Ross para o fim de Z3. O texto aqui empregado corresponde à versão dos manuscritos sem a transposição¹. Com exceção dessa divergência, a única diferença em relação ao texto de Ross corresponde a uma variante pequena (mas não desprovida de importância) em 1029^a6 (cf. nota *ad loc.*).

Além da tradução de Ross (1972), foram consultadas as de Tricot (1953), Furth (1985), Frede e Patzig (1988), Bostock (1994), Irwin e Fine (1995) e Angioni (2005). Esta última foi frequentemente tomada como ponto de partida para a busca de uma alternativa própria.

¹ A recusa da transposição do trecho em questão encontra-se justificada na seção 4.1.2.

Z1

1028^a10-13

Τὸ ὄν λέγεται πολλαχῶς, καθάπερ διειλόμεθα πρότερον ἐν τοῖς περὶ τοῦ ποσαχῶς· σημαίνει γὰρ τὸ μὲν τί ἐστὶ καὶ τόδε τι, τὸ δὲ ποιὸν ἢ ποσὸν ἢ τῶν ἄλλων ἕκαστον τῶν οὕτω κατηγορουμένων.

O ser é dito de muitos modos, conforme determinamos anteriormente no [capítulo] sobre os modos de dizer. Com efeito, o ser significa, de um lado, *o que é* e este-algo, de outro, a quantidade ou qualidade ou alguma das outras coisas predicadas dessa forma.

1028^a13-20

τοσαυταχῶς δὲ λεγομένου τοῦ ὄντος φανερόν ὅτι τούτων πρῶτον ὄν τὸ τί ἐστὶν, ὅπερ σημαίνει τὴν οὐσίαν (ὅταν μὲν γὰρ εἴπωμεν ποιὸν τι τόδε, ἢ ἀγαθὸν λέγομεν ἢ κακόν, ἀλλ' οὐ τρίπηχυ ἢ ἄνθρωπον· ὅταν δὲ τί ἐστὶν, οὐ λευκὸν οὐδὲ θερμὸν οὐδὲ τρίπηχυ, ἀλλὰ ἄνθρωπον ἢ θεόν), τὰ δ' ἄλλα λέγεται ὄντα τῷ τοῦ οὕτως ὄντος τὰ μὲν ποσότητες εἶναι, τὰ δὲ ποιότητες, τὰ δὲ πάθη, τὰ δὲ ἄλλο τι.

Sendo dito de tantos modos, é evidente que destes é ser primeiro o *o que é*, o qual precisamente significa a substância (com efeito, quando quer que digamos de qual qualidade é isto, dizemos que é bom ou mal, mas não que é de três côvados ou homem; por outro lado, quando dizemos o que é, não dizemos que é branco nem quente nem de três côvados, mas que é homem ou deus), ao passo que as demais coisas são ditas seres porque são quantidades, qualidades, afecções ou outra coisa do ser que é desse modo.

1028^a20-31

διὸ κὰν ἀπορήσειέ τις πότερον τὸ βαδίζειν καὶ τὸ ὑγιαίνειν καὶ τὸ καθῆσθαι ἕκαστον αὐτῶν ὄν σημαίνει, ὁμοίως δὲ καὶ ἐπὶ τῶν ἄλλων ὁπουοῦν τῶν τοιούτων· οὐδὲν γὰρ αὐτῶν ἐστὶν οὔτε καθ' αὐτὸ πεφυκὸς οὔτε χωρίζεσθαι δυνατὸν τῆς οὐσίας, ἀλλὰ μᾶλλον, εἶπερ, τὸ βαδίζον τῶν ὄντων καὶ τὸ καθήμενον καὶ τὸ ὑγιαίνον. ταῦτα δὲ μᾶλλον φαίνεται ὄντα, διότι ἔστι τι τὸ ὑποκείμενον αὐτοῖς ὠρισμένον (τοῦτο δ' ἐστὶν ἡ οὐσία καὶ τὸ καθ' ἕκαστον), ὅπερ ἐμφαίνεται ἐν τῇ κατηγορίᾳ τῇ τοιαύτῃ· τὸ ἀγαθὸν γὰρ ἢ τὸ καθήμενον οὐκ ἄνευ τούτου λέγεται. δῆλον οὖν ὅτι διὰ ταύτην κἀκείνων ἕκαστον ἔστιν, ὥστε τὸ πρῶτως ὄν καὶ οὐ τι ὄν ἀλλ' ὄν ἀπλῶς ἢ οὐσία ἂν εἴη.

Por isso, alguém poderia perguntar se o caminhar e o estar saudável e o estar sentado, cada um deles, significam um ser (e semelhantemente a respeito das outras coisas dessa natureza). Com efeito, nenhum deles é, por natureza, um ser por si nem é capaz de ser separado da substância, mas antes, se tanto, são seres o caminhante, o sentado e o saudável. Estas coisas em maior medida parecem ser seres porque há algo determinado que é substrato deles (e isto é a substância e o particular), o que precisamente aparece em tal predicação: com efeito, o bom ou o sentado não se dizem sem isso. É, portanto, evidente que é em virtude desta [da substância], que também cada um daqueles existe, de modo que o ser primeiro e não um certo ser, mas ser sem qualificações seria a substância.

1028^a31-^b2

πολλαχῶς μὲν οὖν λέγεται τὸ πρῶτον· ὅμως δὲ πάντως ἢ οὐσία πρῶτον, καὶ λόγῳ καὶ γνώσει καὶ χρόνῳ. τῶν μὲν γὰρ ἄλλων κατηγορημάτων οὐθὲν χωριστόν, αὕτη δὲ μόνη· καὶ τῷ λόγῳ δὲ τοῦτο πρῶτον (ἀνάγκη γὰρ ἔν τῷ ἑκάστου λόγῳ τὸν τῆς οὐσίας ἐνυπάρχειν)· καὶ εἰδέναι δὲ τότ' οἰόμεθα ἕκαστον μάλιστα, ὅταν τί ἐστὶν ὁ ἄνθρωπος γνῶμεν ἢ τὸ πῦρ, μᾶλλον ἢ τὸ ποιὸν ἢ τὸ ποσὸν ἢ τὸ πού, ἐπεὶ καὶ αὐτῶν τούτων τότε ἕκαστον ἴσμεν, ὅταν τί ἐστὶ τὸ ποσὸν ἢ τὸ ποιὸν γνῶμεν.

Contudo, “primeiro” é dito de vários modos: a substância, sem embargo, é primeira em todos, com relação à definição, com relação ao conhecimento e com relação ao tempo. Com efeito, [1] nenhuma das outras categorias é separada, apenas ela. E [2] também com relação à definição ela é primeira (pois é necessário que a definição da substância esteja contida na definição de cada coisa). E [3] julgamos conhecer cada coisa em mais alto grau quando conhecemos *o que é*, por exemplo, o que é o homem ou o que é o fogo e não quando conhecemos sua qualidade, sua quantidade ou sua posição, já que também cada um destes nós conhecemos quando conhecemos o que é a quantidade ou a qualidade.

1028^b2-7

καὶ δὴ καὶ τὸ πάλαι τε καὶ νῦν καὶ ἀεὶ ζητούμενον καὶ ἀεὶ ἀπορούμενον, τί τὸ ὄν, τοῦτό ἐστι τίς ἢ οὐσία (τοῦτο γὰρ οἱ μὲν ἔν εἶναί φασιν οἱ δὲ πλείω ἢ ἔν, καὶ οἱ μὲν πεπερασμένα οἱ δὲ ἄπειρα), διὸ καὶ ἡμῖν καὶ μάλιστα καὶ πρῶτον καὶ μόνον ὡς εἰπεῖν περὶ τοῦ οὕτως ὄντος θεωρητέον τί ἐστὶν.

E de fato isto que se investigou antigamente, assim como hoje e sempre, sendo sempre causa de aporia, a saber, o que é o ser, nada mais é do que a questão “o que é a substância” (isto, com efeito, é o que alguns dizem ser um, outros, mais de um e alguns dizem ser limitado, outros, ilimitado). Por isso, também a nós cabe investigar sobretudo, primeiramente e, por assim dizer, exclusivamente, a respeito do ser que é desse modo [como substância], o que é.

Z2

1028^b8-15

Δοκεῖ δ' ἡ οὐσία ὑπάρχειν φανερώτατα μὲν τοῖς σώμασιν (διὸ τά τε ζῶα καὶ τὰ φύτῃ καὶ τὰ μόρια αὐτῶν οὐσίας εἶναι φάμεν, καὶ τὰ φυσικὰ σώματα, οἷον πῦρ καὶ ὕδωρ καὶ γῆν καὶ τῶν τοιούτων ἕκαστον, καὶ ὅσα ἢ μόρια τούτων ἢ ἐκ τούτων ἐστίν, ἢ μορίων ἢ πάντων, οἷον ὁ τε οὐρανὸς καὶ τὰ μόρια αὐτοῦ, ἄστρα καὶ σελήνη καὶ ἥλιος)· πρότερον δὲ αὐταὶ μόναι οὐσίαι εἰσὶν ἢ καὶ ἄλλαι, ἢ τούτων τινὲς ἢ καὶ ἄλλαι, ἢ τούτων μὲν οὐθὲν ἕτεραι δὲ τινες, σκεπτέον.

“Substância” parece ser atribuída de modo mais evidente aos corpos (por isso dizemos que os animais, as plantas e as suas partes são substâncias, assim como os corpos naturais como fogo, água, terra e cada coisa desse tipo, bem como tudo o que é parte dessas coisas ou constituída a partir delas, seja de algumas delas ou de todas, como o universo físico e suas partes, estrelas, Lua e Sol). É necessário investigar se somente estas coisas são substâncias ou se também outras ou se [são substâncias apenas] algumas delas ou se [apenas algumas delas] juntamente com outras ou nenhuma delas, mas algumas outras.

1028^b16-18

δοκεῖ δὲ τισὶ τὰ τοῦ σώματος πέρατα, οἷον ἐπιφάνεια καὶ γραμμὴ καὶ στιγμαὶ καὶ μονάς, εἶναι οὐσίαι, καὶ μᾶλλον ἢ τὸ σῶμα καὶ τὸ στερεόν.

Parece a alguns que os limites do corpo (como superfície, linha, ponto e unidade) são substâncias e que o são em maior grau do que o corpo e o sólido.

1028^b18-24

ἔτι παρὰ τὰ αἰσθητὰ οἱ μὲν οὐκ οἴονται εἶναι οὐδὲν τοιοῦτον, οἱ δὲ πλείω καὶ μᾶλλον ὄντα αἴδια, ὥσπερ Πλάτων τά τε εἶδη καὶ τὰ μαθηματικὰ δύο οὐσίας, τρίτην δὲ τὴν τῶν αἰσθητῶν σωμάτων οὐσίαν, Σπεύσιππος δὲ καὶ πλείους οὐσίας ἀπὸ τοῦ ἐνὸς ἀρξάμενος, καὶ ἀρχὰς ἐκάστης οὐσίας, ἄλλην μὲν ἀριθμῶν ἄλλην δὲ μεγεθῶν, ἔπειτα ψυχῆς· καὶ τοῦτον δὴ τὸν τρόπον ἐπεκτείνει τὰς οὐσίας.

Além disso, alguns julgam que não há nada da natureza da substância para além das coisas sensíveis, ao passo que outros julgam que há substâncias em maior número e perfeição, sendo eternas. Platão, por exemplo, julga que as Idéias e os seres matemáticos são dois tipos de substâncias, sendo o terceiro a substância dos corpos sensíveis. Espeusipo, por sua vez, julga haver ainda mais substâncias, tomando como ponto de partida o um e julgando haver princípios para cada substância, um para os números, outro para as magnitudes e ainda outro para a alma. Desse modo ele amplia o número das substâncias.

1028^b24-27

ἐνιοι δὲ τὰ μὲν εἶδη καὶ τοὺς ἀριθμοὺς τὴν αὐτὴν ἔχειν φασὶ φύσιν, τὰ δὲ ἄλλα ἐχόμενα, γραμμὰς καὶ ἐπίπεδα, μέχρι πρὸς τὴν τοῦ οὐρανοῦ οὐσίαν καὶ τὰ αἰσθητά.

Alguns, por outro lado, dizem que as Idéias e os números têm a mesma natureza, vindo em seguida todas as demais coisas (desde linha e superfície até a substância do universo físico e das coisas sensíveis).

1028^b27-32

περὶ δὴ τούτων τί λέγεται καλῶς ἢ μὴ καλῶς, καὶ τίνες εἰσὶν οὐσίαι, καὶ πότερον εἰσὶ τινες παρὰ τὰς αἰσθητὰς ἢ οὐκ εἰσὶ, καὶ αὐταὶ πῶς εἰσὶ, καὶ πότερον ἔστι τις χωριστὴ οὐσία, καὶ διὰ τί καὶ πῶς, ἢ οὐδεμία, παρὰ τὰς αἰσθητάς, σκεπτέον, ὑποτυπωσαμένοις τὴν οὐσίαν πρῶτον τί ἐστίν.

A respeito dessas coisas, deve-se investigar o que é dito apropriadamente ou não e quais coisas são substâncias e se há algumas além das sensíveis ou não (e estas, como são) e se há alguma substância separada (ou nenhuma) além das sensíveis e por que e como, tendo antes dito esquematicamente o que é substância.

Z3

1028^b33-29^a2

Λέγεται δι' ἣ οὐσία, εἰ μὴ πλεοναχῶς, ἀλλ' ἐν τέτταρσί γε μάλιστα· καὶ γὰρ τὸ τί ἦν εἶναι καὶ τὸ καθόλου καὶ τὸ γένος οὐσία δοκεῖ εἶναι ἐκάστου, καὶ τέταρτον τούτων τὸ ὑποκείμενον. τὸ δι' ὑποκείμενόν ἐστι καθ' οὗ τὰ ἄλλα λέγεται, ἐκεῖνο δὲ αὐτὸ μηκέτι κατ' ἄλλου· διὸ πρῶτον περὶ τούτου διοριστέον· μάλιστα γὰρ δοκεῖ εἶναι οὐσία τὸ ὑποκείμενον πρῶτον.

A substância é dita, mesmo que não equivocadamente¹, ainda assim, ao menos principalmente em² quatro acepções: pois a essência, o universal e o gênero parecem ser substância de cada coisa e destes o quarto é o substrato³. Agora, o substrato é aquilo do que as demais coisas são ditas, ele próprio não mais sendo dito de outra. Por isso, em primeiro lugar é a respeito dele que se deve determinar. Com efeito, mais do que qualquer coisa, parece ser substância o substrato primeiro.

¹ A justificativa para essa tradução pouco usual de πλεοναχῶς é fornecida na seção 3.1.1. e, de modo mais extenso, em Zillig 2007a.

² *Legetai en* é uma forma nada usual de expressão, a respeito de cuja razão pode-se apenas especular (cf. Frede e Patzig *ad loc.*). Adotei a fórmula “em quatro acepções” menos para mimetizar a forma de expressão em grego do que para estabelecer um contraste com a variedade de modos de dizer a substância indicada por πλεοναχῶς. A partir dessa variedade, “substância” seria um πολλαχῶς λεγόμενον, ao passo que, na variedade expressa por ἐν τέτταρσι ela é dita segundo quatro acepções concorrentes (mas não necessariamente excludentes), cujo exame deverá permitir a determinação do bom sentido do termo. Essa solução é baseada na de Irwin/Fine (“in four... cases”). “Casos”, no entanto, pode dar a entender tratar-se de quatro sentidos distintos e igualmente legítimos (“neste caso deve-se dizer que a substância é gênero, naquele, que é subjacente”). Donde a substituição por “acepções”.

³ Essa forma de expressão pretende reproduzir a ambivalência do texto grego. O quarto candidato é isolado dos demais, podendo, no entanto, ser vinculado ao complemento dos três anteriores: “o quarto destes itens que parecem ser substância de cada coisa é o substrato”. Traduzir τέταρτον τούτων simplesmente como referência a uma das quatro acepções de “substância” pode enfraquecer excessivamente a possibilidade do vínculo entre o substrato e esse complemento. A alternativa de Furth (1985), que vincula τούτων a ὑποκείμενον e não a τέταρτον (“a essência e o universal e o gênero parecem ser a substância de cada coisa e, em quarto lugar, o sujeito destes”), tem seu interesse, uma vez que os problemas da noção não examinada de substrato decorrem justamente da possibilidade de tomá-lo por substrato da essência. Essa opção, contudo, não parece favorecida pela ordem dos termos em grego.

1029^a2-7

τοιούτον δὲ τρόπον μὲν τινα ἢ ὕλη λέγεται, ἄλλον δὲ τρόπον ἢ μορφή, τρίτον δὲ τὸ ἐκ τούτων (λέγω δὲ τὴν μὲν ὕλην οἶον τὸν χαλκόν, τὴν δὲ μορφὴν τὸ σχῆμα τῆς ἰδέας, τὸ δ' ἐκ τούτων τὸν ἀνδριάντα τὸ σύνολον), ὥστε εἰ τὸ εἶδος τῆς ὕλης πρότερον καὶ μᾶλλον ὄν, καὶ τὸ ἐξ ἀμφοῖν πρότερον ἔσται διὰ τὸν αὐτὸν λόγον.

Algo que é dessa natureza é dito ser, de um modo, a matéria, de outro, a forma, de um terceiro, o que surge da conjunção dos dois¹ (quero dizer por matéria, por exemplo, o bronze, por forma, o formato visível² e pelo que surge da conjunção dos dois, o composto³, ou seja, a estátua), de modo que, se a forma for anterior e mais ser do que a matéria, também o que surge da conjunção de ambos será anterior [à matéria] pela mesma razão⁴.

1029^a7-10

νῦν μὲν οὖν τύπῳ εἴρηται τί ποτ' ἐστὶν ἢ οὐσία, ὅτι τὸ μὴ καθ' ὑποκειμένου ἀλλὰ καθ' οὗ τὰ ἄλλα· δεῖ δὲ μὴ μόνον οὕτως· οὐ γὰρ ἰκανόν· αὐτὸ γὰρ τοῦτο ἄδηλον, καὶ ἔτι ἢ ὕλη οὐσία γίγνεται.

Agora, portanto, está dito de modo esquemático o que vem a ser a substância, que é o que não é dito de um substrato, mas do qual são ditas as outras coisas. É, contudo, necessário que ela não seja definida apenas assim, pois não é suficiente. Com efeito, tomado em si mesmo, isso é pouco claro e, além do mais, a matéria torna-se substância.

¹ A respeito da tradução da primeira frase deste parágrafo, ver seção 3.2.1.

² A respeito da expressão pouco σχῆμα τῆς ἰδέας, aqui traduzida por “formato visível”, ver seção 3.3.1.

³ Com exceção das passagens na qual a distinção entre “o que surge da conjunção dos dois/ de ambos” e “composto” pode ter alguma relevância, optei por traduzir τὸ ἐκ τούτων, τὸ ἐξ ἀμφοῖν e τὸ σύνολον indistintamente por “composto”.

⁴ Em lugar de τὸ ἐξ ἀμφοῖν, o texto de Ross (assim como o de Jaeger e o de Frede e Patzig) apresenta τοῦ ἐξ ἀμφοῖν. As duas variantes encontram-se nos manuscritos e Ross (*ad loc.*) observa que as evidências em favor de cada uma das duas opções são distribuídas de modo bastante equilibrado. Na primeira alternativa, forma e composto são tomados como anteriores à matéria por uma mesma razão. Na segunda, a forma é dita ser anterior à matéria e, pela mesma razão, também ao composto. A primeira alternativa é certamente mais coerente com a leitura de Z3 apresentada neste trabalho (cf. 3.3.2). Dentre os autores que adotam a variante τὸ ἐξ ἀμφοῖν do texto, incluem-se Décarie (1979 : p. 171, n. 19), Gill (1989 : p. 17-18) e Zingano (1997 : 342, n. 9).

1029^a10-19

εἰ γὰρ μὴ αὕτη οὐσία, τίς ἐστὶν ἄλλη διαφεύγει· περιαιουμένων γὰρ τῶν ἄλλων οὐ φαίνεται οὐδὲν ὑπομένον· τὰ μὲν γὰρ ἄλλα τῶν σωμάτων πάθη καὶ ποιήματα καὶ δυνάμεις, τὸ δὲ μῆκος καὶ πλάτος καὶ βάθος ποσότητες τινες ἀλλ' οὐκ οὐσίαι (τὸ γὰρ ποσὸν οὐκ οὐσία), ἀλλὰ μάλλον ᾧ ὑπάρχει ταῦτα πρῶτον, ἐκεῖνό ἐστὶν οὐσία. ἀλλὰ μὴν ἀφαιρουμένου μήκους καὶ πλάτους καὶ βάθους οὐδὲν ὀρώμεν ὑπολειπόμενον, πλὴν εἴ τί ἐστὶ τὸ ὀριζόμενον ὑπὸ τούτων, ὥστε τὴν ὕλην ἀνάγκη φαίνεσθαι μόνην οὐσίαν οὕτω σκοπούμενοις.

Pois, se esta não for substância, escapa-nos que outra coisa é substância: retirando as outras coisas não aparece nada que reste. Com efeito, se as outras coisas são afecções, ações e potências dos corpos, o comprimento, a largura e a profundidade são certas quantidades, mas não substâncias (pois o quanto não é uma substância), mas antes é substância aquela primeira coisa à qual essas são atribuídas. Mas, em verdade, uma vez separado o comprimento, a largura e a profundidade, nada vemos restar, a não ser que seja algo o que é determinado por essas coisas, de modo que é necessário que a matéria apareça como única substância aos que investigam assim.

1029^a20-26

λέγω δι' ὕλην ἢ καθ' αὐτὴν μήτε τί μήτε ποσὸν μήτε ἄλλο μηδὲν λέγεται οἷς ὄρισται τὸ ὄν. ἔστι γὰρ τι καθ' οὗ κατηγορεῖται τούτων ἕκαστον, ᾧ τὸ εἶναι ἕτερον καὶ τῶν κατηγοριῶν ἐκάστη (τὰ μὲν γὰρ ἄλλα τῆς οὐσίας κατηγορεῖται, αὕτη δὲ τῆς ὕλης), ὥστε τὸ ἔσχατον καθ' αὐτὸ οὔτε τί οὔτε ποσὸν οὔτε ἄλλο οὐδὲν ἐστὶν· οὐδὲ δὴ αἰ ἀποφάσεις, καὶ γὰρ αὐταὶ ὑπάρξουσι κατὰ συμβεβηκός.

Agora, digo uma matéria que, em si mesma, não é dita algo nem quanto nem qualquer das outras coisas a partir das quais o ser é determinado. Com efeito, ela é isso ao que é atribuída cada uma dessas coisas e cujo ser é diferente de cada um dos predicados (pois as outras coisas são atribuídas à substância, ao passo que ela é atribuída à matéria), de modo que a última coisa, por si, não é algo nem quanto nem qualquer outra coisa: de fato, não é nem as negações, pois elas também existirão de modo accidental.

1029^a26-30

ἐκ μὲν οὖν τούτων θεωροῦσι συμβαίνει οὐσίαν εἶναι τὴν ὕλην· ἀδύνατον δέ·καὶ γὰρ τὸ χωριστὸν καὶ τὸ τόδε τι ὑπάχειν δοκεῖ μάλιστα τῇ οὐσίᾳ, διὸ τὸ εἶδος καὶ τὸ ἐξ ἀμφοῖν οὐσίαν εἶναι μᾶλλον τῆς ὕλης.

Aos que investigam a partir dessas considerações, portanto, resulta ser substância a matéria. Isso, no entanto, é impossível. De fato, o separado e o este-algo parecem pertencer acima de tudo à substância e por isso a forma e o composto pareceriam ser substância mais do que a matéria.

1029^a30-33

τὴν μὲν τοίνυν ἐξ ἀμφοῖν οὐσίαν, λέγω δὲ τὴν ἐκ τε τῆς ὕλης καὶ τῆς μορφῆς, ἀφετέον, ὑστέρα γὰρ καὶ δήλη· φανερὰ δέ πως καὶ ἡ ὕλη· περὶ δὲ τῆς τρίτης σκεπτέον, αὕτη γὰρ ἀπορωτάτη.

Pois bem, a substância que se origina dos dois (quero dizer, a que se origina da matéria e da forma) deve ser deixada de lado, pois é posterior e evidente. E, de certo modo, também a matéria é manifesta. Mas é necessário investigar a respeito da terceira, pois esta é a que mais traz dificuldades.

1029^a33-34

ὁμολογοῦνται δ' οὐσίαι εἶναι τῶν αἰσθητῶν τινές, ὥστε ἐν ταύταις ζητητέον πρῶτον.

Aceitam-se como substâncias alguns dos [seres] sensíveis, de modo que entre essas deve-se investigar primeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Edições de base das obras de Aristóteles¹

DALIMIER, C.; PELLEGRIN, P. *Aristote, Traité du Ciel*. Paris, Flammarion, 2004.

JOACHIM, H. H. *Aristotle on coming-to-be and passing-away (De generatione et corruptione)* – A revised text with introduction and commentary by Harold H. Joachim. Oxford, Clarendon, 1926.

LEE, H. D. P. *Meteorologica*. Cambridge, Harvard University Press, 1952.

MINIO-PALUELLO, L. *Aristotelis Categoriae et Liber de Interpretatione*. Oxford, Clarendon, 1949.

ROSS, W. D. *Aristotle's Metaphysics* – A revised text with introduction and commentary by W. D. Ross. Oxford, Clarendon, 1924.

_____. *Aristotle's Physics* – A revised text with introduction and commentary by W. D. Ross. Oxford, Clarendon, 1936.

_____. *Aristotle's Prior and Posterior Analytics* – A revised text with introduction and commentary by W. D. Ross. Oxford, Clarendon, 1949.

_____. *Aristotelis Topica et Sophistici Elenchi*. Oxford, Clarendon, 1958.

Obra referida de Platão

PLATO. *Timaeus*. [JOWETT, B. trad.] In: _____ *The collected dialogues* [ed. HAMILTON, E. e CAIRNS, H] 7 ed. New Jersey, Princeton, 1999.

¹ Outras edições referidas das mesmas obras de Aristóteles encontram-se no item “Outras obras referidas”.

Outras obras referidas

ANSCOMBE, G. E. M. “The principle of individuation”. In: BARNES, J., SCHOFIELD, M., SORABJI, R. *Articles on Aristotle 3 – Metaphysics*. London, Duckworth, 1979, p. 88-95. Originalmente publicado em *Proceedings of the aristotelian society*. Suppl. V. 27, 1953, p. 83-96.

ANGIONI, L. *Aristóteles, Metafísica, livros VII e VIII*. Campinas, IFCH/UNICAMP, 2005.

ARPE, C. *Das τί ἦν εἶναι bei Aristoteles*. Hamburg, Friedrichsen, 1938.

AUBENQUE, P. “Sur l’ambivalence du concept aristotélicien de substance”. In: CORDERO, N. L. *Ontologie et dialogue – Mélanges en hommage à Pierre Aubenque*. Paris, Vrin, 2000.

_____. *Le problème de l’être chez Aristote*. 5. ed. Paris, Presses Universitaires de France, [1962] 2005.

BOEHM, R. *Das Grundlegende und das Wesentliche – zu Aristoteles Abhandlung “über das Sein und das Seiende” (Metaphysik Z)*. Den Haag, Martinus Nijhoff, 1965.

_____. “Le fondamental est-il l’essentiel? (Aristote, Métaphysique, Z3)” *Revue philosophique de Louvain*, n. 64, 1966, p. 373-89.

BOLTON, R. “Science and the science of substance in Aristotle’s *Metaphysics Z*”. In: LEWIS, F.; BOLTON, R. *Form, matter, and mixture in Aristotle*. Oxford, Blackwell, 1996, p. 231-80.

BONITZ, H. *Aristotelis Metaphysica – Commentarius*. Hildesheim, Olms, [1848-9] 1960.

_____. *Index Aristotelicus*. 2. ed. Berlin, Walter de Gruyter, [1870] 1961.

BOSTOCK, D. *Metaphysics. Books Z and H – translated with a commentary by David Bostock*. Oxford, Clarendon Press, 1994.

BRUNSCHWIG, J. *Aristote Topiques (Livres I-IV)*. Paris, Les Belles Lettres, 1967.

_____. “La forme, prédicat de la matière?”. In: AUBENQUE, P. *Études sur la Métaphysique d’Aristote – Actes du VI^e symposium aristotelicum*. Paris, Vrin, 1979, p. 131-58.

BURNYEAT, M. et al. *Notes on Zeta*. mimeo Oxford, Sub-Faculty of Philosophy, 1979.¹

_____. *A map of Metaphysics Zeta*. Pittsburgh, Mathesis, 2001.

¹ Referido no texto como “Notes on Zeta” (ver “Nota acerca das citações”).

- CHARLTON, W. *Aristotle Physics, Books I and II*. 2 ed. Oxford, Clarendon, [1970] 1992.
- DANCY, R. "On some of Aristotle's second thoughts about substances: matter. *The philosophical review*, v. lxxxvii, n. 3, 1978, p. 372-413.
- DÉCARIE, V. "Le livre Z et la substance immatérielle". In: AUBENQUE, P. *Études sur la Métaphysique d'Aristote – Actes du VI^e symposium aristotelicum*. Paris, Vrin, 1979, p. 167-81.
- DENNISTON, J. D. *The greek particles*. 2 ed. London, Duckworth, Hackett, [1937] 1950.
- FREDE, M. "Individuals in Aristotle". In: _____. *Essays in ancient philosophy*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1987a, p. 49-71.
- _____. "Substance in Aristotle's *Metaphysics*". In: _____. *Essays in ancient philosophy*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1987b, p. 72-80
- _____.; PATZIG, G. *Aristoteles, 'Metaphysik Z' – Text, Übersetzung und Kommentar*. München, Beck, 1988.
- FURTH, M. *Aristotle Metaphysics, books Zeta, Eta, Theta, Iota (VII-X)*. Indianapolis, Hackett, 1985.
- _____. *Substance, form and psyche: an Aristotelean metaphysics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.
- GILL, M. L. *Aristotle on substance – The paradox of unity*. Princeton, Princeton University Press, 1989.
- GIORGIADIS, C. "Two conceptions of substance in Aristotle". *The new scholasticism – Journal of the American Catholic Philosophical Association*, vol. XLVII, 1973.
- _____. "The criteria of substance in *Metaphysics* $\Delta 8$, 1017^b23-26, Z3, 1028^b33-1029^a3 e H1, 1042^a24-30". *Bulletin of the Institute of Classical Studies*, n. 25, 1978, p. 89-91.
- IRWIN, T. *Aristotle's first principles*. Oxford, Clarendon, 1988.
- _____. "Le caractère aporétique de la *Métaphysique* d'Aristote". *Revue de Métaphysique et de Morale*, n. 2, 1990, p. 221-48.
- _____.; FINE, G. *Selections*. Indianapolis, Hackett, 1995.
- JAEGER, W. *Aristotelis Metaphysica*. Oxford, Oxford U. P. 1957.
- _____. *Aristote – Fondements pour une histoire de son évolution*. Paris, l'Éclat, [1923] 1997.

- KAPP, E. *Greek foundations of traditional logic*. Nova York, AMS Press, [1942] 1967.
- KOSMAN, L. A. "Animals and other beings in Aristotle". In: GOTTHELF, A.; LENNOX, J. G. *Philosophical Issues in Aristotle's biology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- MADIGAN, A. *Aristotle, Metaphysics books B and K1-2*. Oxford, Clarendon, 1999.
- MANSION, A. *Introduction à la physique aristotélicienne*. 2. ed. Louvain-la-Neuve, Éditions de l'Institut Supérieur de Philosophie, [1913] 1945.
- MANSION, S. "La première doctrine de la substance: la substance selon Aristote". *Revue philosophique de Louvain*, 44, 1946, p. 349-69.
- _____. "Le rôle de l'exposé et de la critique des philosophies antérieures chez Aristote". In: _____. *Aristote et les problèmes de méthode*. Louvain, Publications universitaires de Louvain, 1961, p. 35-56.
- _____. "Sur la composition ontologique des substances sensibles chez Aristote (*Métaphysique Z7-9*)". In: PALMER, R. B.; HAMERTON-KELLY, R. *Philomathes - Studies and essays in the humanities in memory of Philip Merlan*. Den Haag, Martinus Nijhoff, 1971, p. 75-87.
- OWEN, G. E. L. "Logic and metaphysics in some earlier works of Aristotle". In: DÜRING, I., OWEN, G. E. L. *Aristotle and Plato in the mid-fourth century*. Göteborg, Elanders Boktryckeri Aktiebolag, 1960, p. 163-90.
- _____. "Particular and general". *Proceedings of the aristotelian society* 79, 1978-9, p. 1-21.
- PECK, A. L. *Aristotle, Generation of Animals* – with an english translation by A. L. Peck. Cambridge, Harvard University Press, 1942.
- RAPP, C. "Substanz als vorrangig Seiendes (Z1)". In: _____. *Metaphysik, die Substanzbücher (Z, H, Θ)*. Berlin, Akademie Verlag, 1996, p. 27-40.
- ROSS, D. *Aristotle* – with a new introduction by John L. Ackrill. 6 ed. London, Routledge, [1924] 1995.
- _____. *Metaphysics*. Oxford. Clarendon, 1972.
- SCALTSAS, T. *Substance and universal in Aristotle's Metaphysics*. Ithaca, Cornell University Press, 1994.
- SCHOFIELD, M. "Metaph. Z3: some suggestions". *Phronesis*, vol. XVII, n. 2, 1972. p. 97-101.

- SOKOLOWSKI, R. "Matter, elements and substance in Aristotle". *Journal of the history of philosophy*. vol. viii, 1970, p. 263-88.
- TRICOT, J. *La Métaphysique*. Paris, Vrin, 1953.
- WEDIN, M. "Subjects and substance in *Metaphysics Z3*" In: RAPP, C. *Metaphysik, die Substanzbücher (Z, H, Θ)*. Berlin, Akademie Verlag, 1996, p. 41-73.
- _____. *Aristotle's theory of substance*. Oxford, Clarendon, 2000.
- ZELLER, E. *Die Philosophie der Griechen in ihrer geschichtlichen Entwicklung*. Zweiter Teil, Zweite Abteilung. Leipzig, Weichert-Druck, 4 ed. [1844-1852] 1921.
- ZILLIG, R. *Significação e não-contradição – Um estudo sobre Metafísica Γ4*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande de Sul, 2003.
- _____. "Sobre os múltiplos sentidos de 'substância': Nota acerca de *Metafísica Z3*", 1028^b33-34. *Revista de Filosofia Antiga*, vol. 1, 2007a, p. 1-14.
- _____. "Significação e não-contradição – O papel da noção de significação na defesa do princípio de não-contradição em *Metafísica Γ4*." *Analytica*, vol. 11, n. 1, 2007b, p. 107-26.
- ZINGANO, M. "L'homonymie de l'être et le projet métaphysique d'Aristote". *Revue internationale de philosophie* vol. 3, n. 201, 1997, p. 333-56.